

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
MESTRADO EM HISTÓRIA**

**APÓS A LONGA NOITE:
AS JORNADAS GREVISTAS DE 1975 NA UFBA.**

ANDERSON LUIS SANTOS SILVA

SALVADOR

2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
MESTRADO EM HISTÓRIA

**APÓS A LONGA NOITE:
AS JORNADAS GREVISTAS DE 1975 NA UFBA**

Anderson Luis Santos Silva

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do grau de Mestre em História Social na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, sob a orientação do Prof. Dr. Carlos Zacarias de Sena Júnior.

SALVADOR

2016

S586 Silva, Anderson Luís Santos
Após a longa noite: as jornadas grevistas de 1975 na UFBA / Anderson Luís Santos Silva. – 2016.
136 f.: il.

Orientador: Prof ° Dr° Carlos Zacarias de Sena Júnior
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2016.

1. Movimentos Estudantis – Bahia. 2. Greves estudantis – Bahia - História.
3. Estudantes - Atividades políticas. 4. Ditadura. I. Sena Júnior, Carlos Zacarias de. II. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
III. Título.

CDD: 371.81098134

**APÓS A LONGA NOITE:
AS JORNADAS GREVISTAS DE 1975 NA UFBA**

Anderson Luis Santos Silva

Banca examinadora:

Prof. Dr. Prof. Dr. Carlos Zacarias F. de Sena Júnior (Orientador)

Profa. Dr. Antonio Maurício Freitas Brito (UFBA)

Prof. Dr. Eurelino Teixeira Coelho Neto (UEFS)

SALVADOR

2016



Universidade Federal da Bahia
 Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA



PARECER SOBRE TRABALHO FINAL DE PÓS-GRADUAÇÃO

NOME DO ALUNO		MATRÍCULA	NÍVEL DO CURSO
Anderson Luís Santos Silva			Mestrado
TÍTULO DO TRABALHO			
Após a longa noite: as jornadas estudantis grevistas de 1975 na UFBA			
EXAMINADORES	ASSINATURA	CPF	
Carlos Zacarias F. de Sena Júnior (Orientador);		457687065-34	
Antonio Maurício Freitas Brito (UFBA)		548260475-68	
Eurelino Teixeira Coelho Neto (UEFS)		479.896.885-41	

ATA

Aos trinta e um dias do mês de março de 2016 nas dependências da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia (UFBA), foi instalada a sessão pública para julgamento do trabalho final elaborado por Anderson Luís Santos Silva, do curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História Social do Brasil. Após a abertura da sessão, o professor Carlos Zacarias F. de Sena Júnior, orientador e presidente da banca julgadora, deu seguimento aos trabalhos, apresentando os demais examinadores. Foi dada a palavra ao autor, que fez sua exposição e, em seguida, ouviu a leitura dos respectivos pareceres dos integrantes da banca. Terminada a leitura, procedeu-se à arguição e respostas do examinando. Ao final, a banca, reunida em separado, resolveu aprovar o aluno. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão e lavrada a presente ata que será assinada por quem de direito.

PARECER GERAL

Após apresentação do trabalho e arguição da banca, os avaliadores destacaram o cumprimento dos objetivos propostos e fizeram uma série de sugestões que não tiram o mérito do trabalho.

SSA, 31/03/2016: Assinatura do aluno:

SSA, 31/03/2016: Assinatura do professor orientador:

AGRADECIMENTOS

Uma longa caminhada foi percorrida até a conclusão deste trabalho. Inúmeras foram às dificuldades encontradas: como local inapropriado para produção do conhecimento, dores na coluna pelo excesso de peso e pelas inúmeras madrugadas adentro sentado numa cadeira pouco confortável. Mas, considero o ‘malabarismo’ de ajustar a jornada de trabalho de 40 horas de docência na educação básica do estado da Bahia com a pesquisa histórica, meu principal feito, mesmo sabendo que essa condição não é exclusividade minha. Pois, representa a falta de compromisso que o governo do Estado tem com a educação pública e com a qualificação do educador.

A incerteza passou a ser a minha companhia. Nunca imaginei que produzir conhecimento fosse tão doloroso; por muitas vezes me vi no limite da sanidade com grande dificuldade para continuar a minha pesquisa. Passei a ter insônia e outras “coisitas” típicas de quem está concluindo um processo como este.

Por outro lado reconheço que não poderia ser diferente. Por muito tempo desejei entrar no programa de pós-graduação em História Social da UFBA e igualmente para alcançar tal feito, algumas pestanas foram queimadas em algumas seleções, assim é certo que hoje poderia estar concluindo outro projeto futuro que desejo, mas nem tudo acontece como pensamos.

Mas como diz o dito popular: “entre mortos e feridos, salvaram-se todos”. Então passemos para os efetivos e justos agradecimentos. Espero não cometer injustiças, pois muitos foram os apoios que tive, não necessariamente sobre a dissertação, mas pelas palavras de incentivo, de estímulo, pelos abraços calorosos, pela cumplicidade de verdadeiros(as) amigos(as), para que eu não me dobrasse diante das intempéries.

Para começar, gostaria de agradecer a toda a minha família: meu pai, Antônio da Paixão, amigo e referência militante; a minha querida mãe, Sandra Maria, pelo seu espírito guerreiro que sempre nos conduziu e nos inspira todos os dias a encarar os problemas de frente e superá-los. Mesmo sendo “lugar comum” agradeço a ambos pelo que sou hoje, por todo esforço e cuidado que tiveram para garantir uma boa formação em todos os aspectos para mim e meus irmãos. A meu irmão, Sandro, também minha referência militante, a meu irmão, Guilherme, pelo carinho e paciência e a minha irmã,

Vivian, que mesmo distante sempre foi solidária à minha luta. Agradecer a minha avó, meu avô (mesmo em espírito sempre presente), meus tios, minhas tias, meus primos e primas de todas as horas, que mesmo não contribuindo diretamente com minha pesquisa estavam sempre preocupados com minha situação e desejando palavras de carinho.

Um agradecimento especial a minha querida companheira e amiga de todas as horas, Vanessa, que desde a graduação sempre me apoiou e me incentivou.

Agradeço a meus amigos de infância, do bairro, amigos e colegas de profissão que sempre me apoiaram e entenderam meu momento distante.

A meus companheiros e amigos de todas as horas e de militância que sempre me apoiaram e contribuíram direta ou indiretamente para que essa dissertação se tornasse realidade: Edemir (companheiro e irmão), Fábio (grande amigo e irmão, pelo apoio de todas as horas), Alex da Bahia, Juazeiro, Marivaldo, César, Rogério, Gerson, João Guerra, Virgílio (amigo e companheiro de martírio), Fabiano (amigo e conselheiro), Denilson, Hamilton e Hilton (amigos e companheiros de todas as horas), Jorge Almeida (pelo apoio e incentivo); as minhas amigas queridas: Daniela (que sempre acreditou em mim e me incentivou), a Yacy (companheira de luta e grande incentivadora), Ceci (amiga irmã), Fabiana, Nanda, Meire e Zilmar.

A meu amigo irmão Punk que desde o germe dessa pesquisa sempre acreditou em mim, mesmo quando eu mesmo não acreditava.

A Iracéllia (pelo apoio na revisão dos textos) e a Rafaela (pelo auxílio na pesquisa).

Não poderia deixar de reforçar os agradecimentos à professora Lina Aras (pelo incentivo e apoio) e ao meu orientador, professor Carlos Zacarias de Sena Júnior, por tudo que passamos juntos, pelas orientações, pelas referências e experiências passadas e pelas discussões no grupo de pesquisa.

Por fim, agradeço a todos que de alguma forma contribuíram para esta pesquisa.

RESUMO

A presente pesquisa buscou analisar “as jornadas grevistas estudantis” que aconteceram na Universidade Federal da Bahia em 1975. Amparado em farta coleção de periódicos; *Jornal da Bahia*, *Jornal A Tarde* e *Jornal Tribuna da Bahia*; e articulado com o arcabouço teórico-metodológico necessário para a pesquisa histórica com jornais, investigamos o ‘cotidiano’, passo a passo da cronologia de duas importantes greves que recolocaram o Movimento Estudantil da Bahia na cena política nacional. A primeira delas foi a Greve de quatorze dias dos Estudantes de Medicina, marco do retorno dos estudantes à cena política brasileira, na conjuntura de ditadura “civil-militar”, durante a chamada “distensão”. Nesse contexto, os grevistas em alguma medida puderam aparecer publicamente e a greve pôde ser coberta pela imprensa local. Esse novo ingrediente tornou possível a adoção de novas táticas de luta. O outro movimento paredista teve um caráter geral devido à adesão de aproximadamente 90% dos estudantes da universidade. A greve contra o jubramento constitui uma extensão da primeira, resguardadas as diferenças, pois expõe para a sociedade baiana a ‘crise’ do ensino universitário que a UFBA estava vivendo pós-reforma universitária. Quando a greve contra o jubramento foi deflagrada, cada curso aproveitou para evidenciar os principais problemas que enfrentavam, todos eles relacionados às deficiências do ensino.

Palavras chave: movimento estudantil, greve, ditadura civil-militar, universidade, distensão política.

ABSTRACT

This study sought to analyze "the student strike days" that took place in the Federal University of Bahia in 1975. Bolstered in abundant collection of periodicals; *Jornal da Bahia*, newspaper *A Tarde* and *Jornal Tribuna da Bahia*; and linked to the theoretical and methodological framework necessary for historical research papers, we investigated the 'everyday', step by step chronology of two major strikes that repositioned the Bahia ME the national political scene. The first was to strike fourteen days of Medicine Students, return the framework of this 'social actor' the dictatorship of situation "civil-military", although in the "detente" with the right to public appearances covered by the local press and adopting new tactics to fight to circumvent the action of repression, such as permanent assemblies and seeking support from other actors in society (such as the Catholic Church and neighborhood associations). The other *paredista* movement had a general account of the accession of about 90% of university students. The strike against *jubilamento* is an extension of the first, even considering a difference in the main agenda of claim of the students, because it exposes to the Bahian society in all staves the 'crisis' of university education that UFBA was living university post-retirement. When the strike against *jubilamento* was triggered, each course took the opportunity to highlight the main problems they faced, all of them related to education deficiencies, exposing the conditions necessary for the return to classes, revolved issues around very similar problems: student assistance, structural improvements, curriculum reform etc.

Keywords: student movement, strike, dictatorship civil-military, university, distension, periodicals.

ABREVIATURAS

AP: Ação Popular
APML: Popular Marxista-Leninista
ALN: Ação Libertadora Nacional
AI-5: Ato Institucional numero 5
ARENA: Aliança Renovadora Nacional
ASIs: Assessorias de Segurança e Informação
CAs: Centros Acadêmicos
CFE: Conselho Federal de Educação
CODI: Centro de Operações de Defesa Interna
CSN: Conselho de Segurança Nacional
DAE: Diretório acadêmico de economia
DAs: Diretórios Acadêmicos
DCE: Diretório Central dos Estudantes
DJ: Departamento de Jornalismo
DOI: Destacamento de Operações de Informações
ENEs: Encontros Nacionais de Estudantes
FUNRURAL: Fundo Rural
H.C: Hospital das Clínicas
HPES: Hospital Professor Edgar Santos
IAPSEB: Instituto de Assistência e Previdência do Servidor do Estado da Bahia
INPS: Instituto Nacional de Previdência Social
JBa: Jornal da Bahia
Libelu: Liberdade e Luta
MDB: Movimento Democrático do Brasil
MEC: Ministério da Educação
ME: Movimento Estudantil
MEP: Movimento de Emancipação do Proletariado
MPAS: Ministério da Previdência e Assistência Social
MR-8: Movimento Revolucionário Oito de outubro
UFBA: Universidade Federal da Bahia
UNE: União Nacional dos Estudantes
UEG: Universidade Estadual da Guanabara
UFMG: Universidade Federal de Minas Gerais
USP: Universidade de São Paulo
UFRJ: Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFPE: Universidade Federal de Pernambuco
UEE: União Estadual dos Estudantes
UFB: Universidade Federal de Brasília
UMFG: União de Moradores da Fazenda Grande
ORM: Organização Revolucionária Marxista
PCB: Partido Comunista Brasileiro
PC do B: Partido Comunista do Brasil
Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR).
Partido Social Democrático (PSD)
Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)
POLOP: Organização Revolucionária Marxista - Política Operária
SR: Sem Rendimento

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO 1 – COSIDERAÇÕES SOBRE O MOVIMENTO ESTUDANTIL DURANTE A DITADURA	20
FASES DA DITADURA MILITAR.....	21
MOMENTOS DE TRANSIÇÃO.....	29
OPOSIÇÕES.....	33
O MOVIMENTO ESTUDANTIL E A RESISTÊNCIA À DITADURA.....	38
CAPÍTULO 2 – “AGORA É GREVE”! O MOVIMENTO PAREDISTA DOS ESTUDANTES DE MEDICINA DA UFBA	46
INÍCIO DO MOVIMENTO PAREDISTA.....	46
PRINCIPAIS REIVINDICAÇÕES.....	52
FORMAS DE RESISTÊNCIA PARA A MANUTENÇÃO DA GREVE.....	56
APOIOS À GREVE.....	61
A POSIÇÃO DAS AUTORIDADES DE ENSINO.....	71
NEGOCIAÇÕES E FINAL DA GREVE.....	77
CAPÍTULO 3 – “AGORA É GERAL!” A GREVE CONTRA O JUBILAMENTO NA UFBA	85
DESENVOLVIMENTO DO MOVIMENTO GREVISTA.....	87
PRINCIPAIS REIVINDICAÇÕES.....	91
FORMAS DE RESISTÊNCIA.....	95
A POSIÇÃO DAS AUTORIDADES.....	103
APOIO AOS GREVISTAS.....	107
NEGOCIAÇÕES, CONFLITOS E FINAL DA GREVE.....	109
DESDOBRAMENTOS.....	113
CONSIDERAÇÕES FINAIS	118
REFERÊNCIAS	121
ANEXOS	125

INTRODUÇÃO

A história dos movimentos sociais durante a República brasileira não pode prescindir do estudo do movimento estudantil (ME). A década de 60 do século XX, principalmente no período próximo do golpe “civil-militar”¹ de 1964, teve como um ator importante o Movimento Estudantil (ME), seja nas lutas pelas reformas de base (incluindo a reforma universitária), seja na resistência ao golpe civil-militar, seja em defesa da universidade e sua autonomia, ou ainda em defesa das liberdades democráticas. Após o impacto desestruturante do golpe civil-militar, os estudantes reorganizaram suas entidades gerais e específicas, construíram intensos protestos até o refluxo advindo com o AI-5, editado em 13 de dezembro de 1968. A nacionalização da repressão e o ‘endurecimento’ da ditadura impuseram novas dinâmicas para os jovens opositores do regime: clandestinidade, exílio, resistência armada, silêncio crítico, resistência cultural, entre outras.

No caso do ME, após um período de resistência clandestina protagonizada por um restrito círculo de estudantes, houve um processo de desoxigenação e, após isso, de reorganização em meados da década de 1970. Dessa maneira, o decênio de 1970 deve ser entendido a partir de dois momentos distintos: o primeiro se deu entre 1970/1975 - marcado pela propaganda “Brasil ame ou deixe-o” do governo do general Emílio Garrastazu Médici, que entraria para história política desse país pelo aprofundamento da repressão e violência aos grupos de oposição. Foi, sobretudo, nesse período que o ME brasileiro atravessou a sua fase organizativa mais crítica.²

A segunda fase foi marcada pela reorganização do ME brasileiro, durante o período compreendido entre 1975 e 1980. A reorganização se deu sob os efeitos do fim do “milagre econômico”³, da retomada da luta por direitos democráticos e o início da

¹ DREIFUSS, René A. 1964: a conquista do estado – ação política, poder e golpe de classe. 3. Edição, Petrópolis, Vozes, 1981.

² A respeito desse período, ver: PELLICIOTTA, Mirza M. B. *Uma Aventura Política: As movimentações estudantis dos anos 70*. Dissertação de Mestrado em História. Campinas: IFCH, 1997. E, CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. *Os limites do movimento estudantil – 1964 – 1980*. Campinas. Dissertação de Mestrado em Educação. UNICAMP. 1987.

³ Sobre o milagre “econômico” e os motivadores de sua crise ver: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs). *O BRASIL REPUBLICANO. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007.

chamada “transição política” com o governo Geisel⁴. É nessa conjuntura que repousa nosso objeto de estudo.

Em sintonia com os novos estudos sobre a Bahia contemporânea e, ao mesmo tempo, contribuindo para suprir uma lacuna na historiografia a respeito da participação do movimento estudantil nas lutas dos anos 1970, esta dissertação analisa a atuação do Movimento Estudantil Universitário Soteropolitano, da Universidade Federal da Bahia (UFBA) em duas ‘jornadas grevistas’ de 1975: a greve dos estudantes de Medicina, ocorrida em junho e a greve geral contra o jubileamento, que aconteceu entre setembro e outubro daquele ano.

A crença no papel social da produção do conhecimento histórico e da importância da atuação do movimento estudantil para o processo de “distensão”⁵ constituem motivadores pessoais para viabilização desta pesquisa.

Alguns acontecimentos ajudam a ilustrar o retorno do ME ao cenário político nacional: os protestos sociais gerados pelo assassinato do jornalista e também professor da Escola de Comunicação da USP, Wladimir Herzog, em outubro de 1975. A missa de sétimo dia celebrada por D. Paulo Evaristo Arns, na Catedral da Sé, reuniria milhares de pessoas, incluindo a participação significativa dos estudantes⁶.

Na Bahia, podemos destacar o processo de reorganização do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da UFBA e das paralisações na Faculdade de Economia da Universidade Católica do Salvador (UCSAL) e na Escola Baiana de Medicina, faculdade agregada da UCSAL, ocorrida em meados dos anos 1970.⁷

No plano nacional, foi especialmente em 1977 que o ME organizou grandes aparições públicas, a exemplo das manifestações na PUC-Rio contra as prisões de estudantes que faziam panfletagem no ABC paulista no dia 1º de maio. Segundo Maria

⁴ Sobre esse tema ver, PELLICIOTTA, op cit. e CAVALARI, op cit.

⁵ REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. P. 98-112. A expressão “distensão” é utilizada pelo autor para caracterizar o período de 1974-1978.

⁶ Sobre esse tema ver, PELLICIOTTA, op cit. e CAVALARI, op cit.

⁷ Sobre o processo de reconstrução do DCE-UFBA e manifestações destacadas ver: BENEVIDES, Sílvio. *Proibido Proibir: Uma geração na contramão do poder – O Movimento Estudantil na Bahia e o Jovem*. Salvador. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. UFBA. 1999.

Paula Araújo⁸ esse ato público da PUC entrou para a história como o “Ato Público dos 5000”. Na Bahia, naquele ano, foram realizados dois atos estudantis denunciando as arbitrariedades cometidas pelo regime militar e reivindicando anistia ampla, geral e irrestrita: o primeiro aconteceu em maio – sendo duramente reprimido – e o segundo em agosto, sem intervenção policial. Exemplos locais de eventos planejados em escala nacional foram os Dias Nacionais de Lutas, os Dias Nacionais de Protestos e as Semanas de Lutas pelas Liberdades Democráticas, que provocaram manifestações por todo país naquele ano em 1970.

Assim, o final do decênio de 1970 selaria o reaparecimento público do ME, com acontecimentos que desembocaram, por exemplo, no processo de reorganização da União Nacional dos Estudantes (UNE). O Congresso de Reconstrução realizado em maio de 1979, em Salvador/BA, marcou o auge desse período de recomposição e reorganização⁹. Esse processo foi marcado também por novas greves e paralisações na Bahia, a exemplo das ocorridas na UFBA e na UCSAL.

No âmbito nacional, o período foi marcado pelas campanhas pela anistia, que alcançou seu auge nos anos de 1978 e 1979. A Bahia sediou o I Encontro Nacional de Direitos Humanos em 1978 e o II Congresso pela Anistia Ampla Geral e Irrestrita em novembro de 1979, ambos em Salvador.¹⁰ E, por fim, a luta pelas “Diretas Já!” que ganhou corpo com o fim do bipartidarismo em novembro de 1979.

Nesse sentido as jornadas grevistas dos estudantes da UFBA de 1975 deslancharam o processo de fortalecimento e reorganização institucional do ME na Bahia, sendo esse o motivo principal de meu interesse pelo tema.

Somando-se ao que foi dito até aqui, a viabilização desse projeto de pesquisa passou, também, pela minha participação no ME da UCSAL entre os últimos anos da década de 90 do século XX e os primeiros anos do século XXI. Assim o fato de ter sido ativista do ME constitui, em última instância, o primeiro incentivo para estudar esse movimento, sem que isso signifique uma análise apaixonada e que reforce mitos. O

⁸ ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. *Memórias estudantis, 1937-2007: da fundação da UNE aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Roberto Marinho, 2007: P. 218.

⁹ Sobre esse episódio ver, PELLICCIOTTA, op. Cit. E CAVALARI, Op. Cit.

¹⁰ Sobre a luta pela anistia na Bahia ver, GUEDES, Ana. MENDONÇA, Lucimar Silva Cunha (orgs). *Construindo a memória: a luta pela anistia na Bahia*. Salvador. 2006.

amparo teórico-metodológico somado a minha trajetória pessoal possibilitou, em muitas etapas da pesquisa, uma visão ampla dos eventos estudados.

O recorte espacial da pesquisa restrito à Universidade Federal da Bahia justifica-se, pois a UFBA foi um espaço relevante de um período recente da história política da Bahia. Segundo Paulo Henrique de Almeida¹¹, nos anos de 1960 a Bahia só contava com duas Universidades, além de algumas faculdades isoladas, a saber: a UFBA (criada em 1946) e a UCSal. Já os anos 70 e 80 ficariam marcados pela expansão da educação superior privada e implantação das universidades públicas estaduais: UNEB, UESB, UESF e UESC.¹²

Primeira universidade instalada na Bahia, a UFBA contribuiu para o surgimento de novas faculdades e universidades no estado¹³, deu visibilidade nacional a Reitores como Edgard Santos – membro do Conselho Federal de Educação – e Miguel Calmon – ex Ministro da Fazenda. Ademais, foi pioneira na reestruturação do ensino superior em 1968.

Nesse sentido não foi um mero acaso o tributário da importância que o Movimento Estudantil da UFBA teve no contexto soteropolitano e nacional de lutas democráticas contra a ditadura militar. Longe de qualquer determinismo, essa instituição de ensino superior já gozava de certo prestígio na sociedade baiana do período.

A análise do ME da UFBA foi possível com o mapeamento da imprensa local e da literatura sobre o período que, em diversos momentos, apresentaram a atuação desse ator social no teatro de rua soteropolitano.

Além dos aspectos acima citados, vale salientar que compartilhamos de uma inquietação com interpretações que secundarizam o papel do movimento estudantil na

¹¹ ALMEIDA, Paulo Henrique de. A expansão recente do ensino superior privado no Brasil e na Bahia. *BAHIA ANÁLISE & DADOS*. 2002.

¹²A respeito da expansão da Educação Superior no Brasil e na Bahia ver: ALMEIDA, Paulo Henrique de. A expansão recente do ensino superior privado no Brasil e na Bahia. *BAHIA ANÁLISE & DADOS*. 2002.

¹³ A respeito ver: BOAVENTURA, Edivaldo M. (org.). *UFBA: Trajetória de uma universidade (1946-1996)*. Salvador, 1999.

chamada “distensão política”¹⁴. Isso acabou contribuindo para a permanência de uma desinformação acerca da trajetória do ME, além de minimizar sua importância histórica no processo de “reabertura política”¹⁵.

Daniel Aarão Reis Filho, por exemplo, quando destaca os ‘novos ventos’ que sopram com a aparição pública de manifestação de descontentamento com a ditadura militar, destaca o protesto contra o assassinato de Vladimir Herzog em outubro de 1975. Embora os periódicos locais tenham dado uma vasta cobertura das greves aqui estudadas, Reis Filho só destaca o reaparecimento do ME no cenário político nacional a partir de 1976, com greves estudantis no Rio de Janeiro, em São Paulo e na Bahia¹⁶.

Ainda sobre a relevância do tema, podemos finalizar destacando a cultura política mais geral do ME de não preservação de sua história. Essa característica é resultado, dentre outras razões, da condição transitória que esses ativistas estão submetidos, não havendo assim, por parte do ME, “preocupação contínua com a periodização das suas lutas, avaliação e transmissão de seus ensinamentos a outras gerações futuras.”¹⁷ Neste sentido, sem qualquer perspectiva teleológica, esta pesquisa histórica pretende contribuir para o combate ao esquecimento de um importante capítulo da história do ME soteropolitano.

O recorte temporal se justifica pela efervescente atmosfera social soteropolitana, ilustrada em acontecimentos como a prisão de diversos ativistas sociais, em junho de 1975 e o reaparecimento de associações de bairro, a partir de 1975, bem como pelo processo de reorganização do ME universitário soteropolitano.

É importante frisar, ainda, que grande parte do acervo bibliográfico sobre o movimento estudantil brasileiro ocupa-se dos anos 1960, enquanto que os eventos da década de 1970 não receberam, de forma proporcional, o mesmo investimento historiográfico. Além disso, a aparição pública de novos “atores sociais” na cena

¹⁴ A respeito ver: PELLICIOTTA, Mirza M. B. *Uma Aventura Política: As movimentações estudantis dos anos 70*. Dissertação de Mestrado em História. Campinas: IFCH, 1997. E, CAVALARI, Rosa Maria Feteiro. *Os limites do movimento estudantil – 1964 – 1980*. Campinas.

¹⁵ A exemplo de SALLES, Severo. *Ditadura e luta pela democracia no Brasil: início da distensão política (1974-1979)*. Salvador, Quarteto, 2003. E POERNER, Artur. *O Poder Jovem*. 2ª Edição revisada e ampliada, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.

¹⁶ REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. P. 119.

¹⁷ A respeito ver: BRITO, Antonio Maurício Freitas. *Capítulos de uma história do movimento estudantil na UFBA (1964-1969)*. Dissertação do Mestrado em História Social na FFCH da UFBA, 2003.

política pode ter contribuído para a secundarização do papel que o ME desempenhou nessa conjuntura.¹⁸

- **Revisão bibliográfica**

Em se tratando do ME como objeto de análise, é pertinente apresentar que nos contemplamos com o conceito apresentado por Antônio Maurício Brito¹⁹. De acordo com o autor, o Movimento Estudantil pode ser entendido como uma diversidade de lutas e ações realizadas por estudantes buscando defender reivindicações, ideias, propostas etc.

Partindo desse pressuposto, procuramos estudar como e por quê uma parcela dos estudantes buscou se organizar enquanto grupo social com objetivos, pauta de reivindicações (geral e específicas), políticas de aliança e outras ações coletivas para conquistar os seus objetivos. O ME se expressou principalmente nas agremiações por locais de curso: Diretórios Acadêmicos (DAs), e organizações gerais: Diretório Central dos Estudantes (DCE), União Estadual dos Estudantes (UEE) e a União Nacional dos Estudantes (UNE).

Nunca é demais lembrar que conhecimento histórico se produz também com diálogo. Assim a obra de Mirza M. B. Pellicciotta se destaca por possibilitar em sintonia com seu objeto de estudo, uma análise mais global sobre o processo de reorganização do ME brasileiro no pós-68 nas bases da “crise” do modelo de Universidade Pública.²⁰ Seu estudo possibilitou, por exemplo, compreender a relação entre a “crise” desse modelo de universidade e a organização, pelos estudantes, das jornadas grevistas de 1975, como forma de luta pela melhoria do ‘*ensino universitário*’. Não por acaso as reivindicações específicas apresentadas pelos estudantes nos movimentos grevistas em

¹⁸ A respeito ver: SADER, Eder. Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo. 2. Ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991.

¹⁹ BRITO, Antonio Maurício Freitas. Capítulos de uma história do movimento estudantil na UFBA (1964-1969). Dissertação do Mestrado em História Social na FFCH da UFBA, 2005: p. 10.

²⁰ PELLICCIOTTA, op. Cit. A autora, caracteriza a crise do modelo, até então, de Universidade a partir das perdas de direitos tradicionais como a gratuidade, assistência em restaurantes, transporte e moradia ou o trato mais livre e politizado do espaço acadêmico.

questão, giravam em torno da melhoria do ensino. Essas questões serão apresentadas nos capítulos dois e três desta dissertação.

Acrescentemos ainda a divisão do processo, nas palavras de Pellicciotta, de “reconstrução” do movimento estudantil em duas fases, marcadas ainda por dimensões distintas de motivação que frequentemente se associam e interferem na construção do movimento.²¹

Ainda sobre o universo das produções sobre o ME brasileiro, encontramos o clássico *O Poder Jovem*, de Artur Poerner. Esse escrito constitui uma original tentativa de análise da trajetória histórica do movimento estudantil no Brasil, resgatando a participação dos estudantes desde as mobilizações no período colonial pela independência do Brasil até o período pós-reorganização da UNE, sendo ilustrativo para nosso trabalho, com destaque para as ações protagonizadas por ativistas de universidades públicas e privadas, em conjunto ou não.²²

Já o estudo de Rosa Maria Feiteiro Cavalari sobre *Os limites do movimento estudantil – 1964-1980*, deve ser entendido à luz da sua singularidade, por representar o primeiro estudo sistemático sobre o ME brasileiro no curso da ditadura militar. Assim, dialogamos com a análise descritiva que a autora fez sobre o conjunto dos acontecimentos protagonizados pelo ME no Brasil durante o período de distensão política, na perspectiva de confrontação das informações sobre esses eventos com as informações encontradas em periódicos locais sobre manifestações protagonizadas pelo ME da UFBA.²³

Na órbita da produção mais geral sobre o ME brasileiro, encontra-se também a produção de Maria Paula Araújo com sua recente obra *Memórias Estudantis: da fundação da UNE aos nossos dias*. Seu estudo constitui uma ampliação da análise da trajetória das lutas dos estudantes a frente da UNE no esteio da chamada “*História Presente*”.²⁴ A produção de Araújo, se insere na nossa pesquisa na mesma perspectiva

²¹PELLICCIOTTA, op. Cit. p. 68 e 69.

²²POERNER, op. Cit.

²³CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. *Os Limites do Movimento Estudantil: 1964-1980*. Dissertação de Mestrado UNICAMP, 1987.

²⁴REMOND, René. Uma história presente. In: REMOND, René (org.). *Por uma História Política*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ/FGV, 1996.

apresentada anteriormente, enquanto material bibliográfico que nos auxiliou na definição de interfaces do ME e outros “atores sociais” locais e possíveis nacionais.²⁵

Seguindo a sugestão de Peter Burke²⁶ em sua obra *História e teoria social*, que aponta a importância da cooperação entre as disciplinas na análise do todo social e em sintonia com as produções sobre o ME baiano, destacamos os estudos dos sociólogos Silvio Benevides e Antônio Eduardo Oliveira como importantes autores que nos auxiliaram na construção da pesquisa.²⁷

O trabalho de Silvio Benevides, além do seu pioneiro estudo sobre ME e o jovem na Bahia nos anos 1960 e 1970, foi importante para o nosso estudo na medida em que apresentou vestígios da trajetória do ME da UFBA, nos oferecendo pistas para a análise relevante dos eventos de 1975.

Antônio Eduardo Oliveira, por sua vez, analisou o ME da UFBA nos anos 1970. O autor discutiu a relação do ME com outros “*movimentos sociais*” à luz da construção do que ele chama de uma “rede de apoio social”. Seu trabalho auxiliou – entre outras questões – com a investigação da relação do ME universitário baiano com os de outras universidades brasileiras e outros ‘movimentos sociais’.

Em sintonia com o mapa geral do processo de “*distensão*”, no terreno dos “movimentos sociais”, encontra-se a obra de Severo Salles: *Ditadura e luta pela democracia no Brasil: início da distensão política (1974-1979)*. A obra nos permitiu ampliar o entendimento sobre o cenário conjuntural brasileiro na medida em que apresenta uma análise da reorganização dos movimentos democráticos e populares, como o novo sindicalismo, os movimentos de mulheres, os movimentos de bairro e os chamados novos ‘movimentos sociais’.²⁸

- **Considerações metodológicas**

²⁵ ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. *Memórias estudantis, 1937-2007: da fundação da UNE aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Roberto Marinho, 2007.

²⁶ BURKE, Peter. *História e teoria social*. São Paulo: UNESP, 2002.

²⁷ BENEVIDES, Op. Cit. OLIVEIRA, Op. Cit.

²⁸ SALLES, Severo. *Ditadura e luta pela democracia no Brasil: início da distensão política (1974-1979)*. Salvador, Quarteto, 2003. Para SALLES (2003), os novos “movimentos sociais” correspondem a toda forma de organização nascida no seio da sociedade civil estando em oposição ao estado.

Os jornais foram as principais fontes de pesquisa utilizadas neste trabalho. À luz da análise da cobertura jornalística sobre o ME da UFBA durante as jornadas grevistas de 1975, pudemos acompanhar a sucessão de eventos e a importância atribuída aos grandes acontecimentos pela imprensa. A definição dos periódicos seguiu os critérios relacionados à sua tiragem e circulação local. Desse modo, e na perspectiva de obtenção da abordagem o mais ampla possível, definimos como prioridade pesquisar os jornais de grande circulação local. O segundo critério diz respeito à oferta das coleções mais completas e bem conservadas no Instituto Histórico e Geográfico da Bahia (IHGB) e na Biblioteca Pública do Estado da Bahia (APEB). Como resultado dessas opções, priorizamos o *Jornal da Bahia*, a *Tribuna da Bahia* e o *A Tarde*.

Nesse sentido, voltamos a afirmar, que os jornais foram sem dúvida, importante ferramenta para esta pesquisa constituindo-se em verdadeiros “arquivos do cotidiano”, fragmentos de uma realidade que se pretende visibilizar. A periodicidade de circulação do conteúdo das matérias nos permitiu acompanhar o processo, o do dia a dia e a ação dos sujeitos sociais, estabelecendo uma cronologia dos acontecimentos.²⁹

É bem verdade também, que essa investigação esteve atenta a ausência de neutralidade dos órgãos de imprensa, que em alguns casos, segundo Maria Helena Capelato, pode servir como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social.³⁰ Nega-se, pois, aqui, aquela perspectiva que a tomam como mero “veículo de informações”, transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos, nível isolado da realidade político-social na qual se insere.

Vale a pena reafirmar que a imprensa periódica é um espaço de poder que controla, classifica, seleciona, ordena, estrutura e elege o que é digno de se chegar ao público³¹. Por isso, cabe ao historiador dispor de ferramentas teórico-metodológicas que deem condições para se proceder a análise do discurso, cruzando as informações e partindo do entendimento de que o discurso não cria o mundo, apropria-se deste e lhe

²⁹ ESPIG, Márcia Janete. O uso da fonte jornalística no trabalho historiográfico: o caso do Contestado. *Estudos Ibero – Americano*, Porto Alegre, v. 24, n. 2, dez. 1998, p.274.

³⁰ CAPELATO, Maria Helena Rolim (coord.) *Produção Histórica do Brasil (1985-1994)*. São Paulo, Xamã, 1995.

³¹ *Ibidem*, p. 139.

proporciona múltiplos significados a partir de determinados interesses.³² Assim, estamos atentos as disputas políticas, os jogos de poder e os interesses colocados enquanto instrumentos de legitimação de um modelo de sociedade, numa conjuntura da ditadura que era um misto de censura e “*abertura política*”, característica da chamada “*distensão*”.³³

Portanto, levando-se em conta a luta travada no campo do jornalismo, em que se encontra o poder de incluir ou de excluir, qualificar e desqualificar, legitimar ou não dar voz e tornar público ou não, ficamos atentos às manchetes, fotos, jogo de palavras, notícias de primeira página, notas de rodapé e demais aspectos técnicos que garantam separar o discurso ideológico desses órgãos de imprensa do conjunto de ações patrocinadas pelos estudantes da UFBA no ano de 1975.³⁴

Quanto à organização estrutural da dissertação, ficou distribuída em três capítulos. No primeiro deles procuramos fazer uma discussão sobre a conjuntura em que repousa o objeto desta pesquisa. Ao mesmo tempo, apresentamos uma literatura clássica e recente sobre a *ditadura militar no Brasil e o Movimento Estudantil*.

No segundo capítulo analisamos a greve dos estudantes de Medicina da UFBA, desde os antecedentes da deflagração do *movimento grevista* até o seu imediato desfecho, procurando entrever seu cotidiano e a atuação dos diversos atores envolvidos pelas lentes dos periódicos de circulação regional citados acima. Como foi dito, essa greve tem sua singularidade escrita na história regional e nacional por ter sido a primeira greve de uma instituição pública de ensino superior pós-AI5.³⁵

O terceiro capítulo versa sobre a *jornada grevista* contra o jubileamento e seu caráter geral. Ao contrário do movimento paredista de Medicina, a greve contra o jubileamento contou com a adesão da maioria dos estudantes da UFBA, e durou trinta e três dias.

³² JENKS, Keith. Re-thinking history. London: Routledge, 1991. Apud RAGO, Margareth. Epistemologia Feminista, Gênero e História. In: GROSSI, Miriam P. (org.), **Masculino, Feminino, Plural**. Florianópolis: Editora das Mulheres, 1998. p.27.

³³ A respeito ver: REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

³⁴ Ulianov, V. I., Arte, literatura y prensa. Versão espanhola, de Guilherme G. Nicolau. México, Grijalbo, 1969, p. 105. Apud FERREIRA, Maria Nazaré. **A Imprensa operária no Brasil – 1880/1920**. Petrópolis: Vozes, 1978. P.87.

³⁵ A respeito ver: BENEVIDES, Op. Cit. OLIVEIRA, Op. Cit.

Em ambos os movimentos paredistas procuramos analisar o conjunto de bandeiras e formas de luta, reivindicações, apoios internos e externos (tais como associações de bairros e partidos políticos), possíveis movimentações conjuntas com outros Movimentos Estudantis, como o ME da UCSAL, o discurso oficial das autoridades da universidade, a repressão em suas variadas esferas, e o desfecho (as conquistas, retrocessos e perspectivas) a partir da vasta cobertura jornalística.

CAPÍTULO 1 - CONSIDERAÇÕES SOBRE O MOVIMENTO ESTUDANTIL DURANTE A DITADURA

O ano de 1975 foi marcado por duas importantes greves na Universidade Federal da Bahia (UFBA). A primeira foi deflagrada em junho de 1975 pelos estudantes de medicina, visando a melhoria no “ensino médico”. A greve durou quase quinze dias e entre as principais pautas de reivindicações estavam: a manutenção do Hospital Professor Edgard Santos como hospital escola ligado à Faculdade de Medicina da UFBA, a reformulação do currículo escolar, que deveria ser elaborada por uma comissão de professores e estudantes (escolhida pelos alunos), aumento dos recursos humanos para a garantia de uma real orientação em todas as atividades, além de todas as condições materiais necessárias para um bom “ensino médico”.³⁶

A segunda paralisação foi deflagrada em setembro, durando até o final de outubro de 1975. A greve contra o jubramento, como ficou conhecida, foi iniciada pelos estudantes de Geologia e Geografia, mas teve adesão de praticamente todos os outros cursos. De acordo com Antônio Eduardo Oliveira, depois de um mês de greve quase 90% dos alunos dos trinta e três cursos paralisaram suas atividades.³⁷ O movimento paredista teve como reivindicação central, mas, não única, a revogação do jubramento. Para os estudantes, o jubramento representava um método arbitrário da Universidade visando conter “uma situação de ‘inchamento’ causada pelo reduzido número de vagas em todos os cursos, frente a uma crescente procura dessas vagas e um elevado índice de reprovação”³⁸.

O problema do jubramento já vinha sendo debatido anos antes em diferentes regiões do país. Os estudantes da UFBA, mais especificamente, já debatiam a questão desde 1972.³⁹ Os estudantes também reivindicaram melhorias nas condições do ensino.

³⁶ *Tribuna da Bahia*, 06 de junho de 1975.

³⁷ OLIVEIRA, Antônio Eduardo Alves de. *O ressurgimento do movimento estudantil baiano na década de 70*. (Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFBA, 2002. 159 f. p. 48.

³⁸ *A Tarde*, 25 de setembro de 1975.

³⁹ MÜLLER, Angélica. No caminho ao retorno democrático: Greves e Manifestações Estudantis nos Primeiros Anos do Governo Geisel (1974-1975). *Revista Mestrado História*, Vassouras, v. 13, n. 2. p. 17-32, jul./dez. 2011. p. 26.

É razoável supor que essas duas greves são representativas da história do ME em Salvador. De acordo com Angélica Müller, o processo do ME da UFBA exerceu uma influência em nível nacional, especialmente na reorganização do movimento na região Nordeste do país.⁴⁰

Apesar das considerações, ainda não foi realizado um estudo historiográfico das greves mencionadas. Todavia, os sociólogos Sílvio César Benevides e Antônio Eduardo Oliveira nos oferecem pistas relevantes para a investigação. Ambos realizaram estudos importantes sobre o Movimento Estudantil na Bahia. O primeiro investigou as décadas de 1960 e 1970. O segundo analisou o ME na década de 1970.⁴¹ Embora tenham elencado considerações significativas sobre as greves da UFBA de 1975, o movimento não foi explorado minuciosamente no que concerne a cobertura da imprensa e suas variadas abordagens ora conservadora, ora “crítica”; quais as formas e bandeiras de luta gerais e/ou específicas; em que medida esses estudantes conseguiram êxito nas suas reivindicações; como se posicionaram os dirigentes da Universidade; a repressão às greves e a sua relação com outros movimentos sociais e partidos políticos. Assim nosso objetivo consiste justamente em retomar e aprofundar as reflexões sobre as duas greves, trabalho que será apresentado nas páginas subsequentes. Antes de iniciarmos a análise dos movimentos grevistas é fundamental conhecer a dinâmica do movimento estudantil e suas diferentes fases no Brasil e na Bahia mais especificamente. Ademais, é preciso entender as dinâmicas políticas e sociais do contexto, marcado pela ditadura civil-militar (1964-1985). Tais reflexões serão feitas no presente capítulo.

Fases da ditadura civil-militar

Em 1964 foi instalado, via golpe, uma ditadura civil-militar que marcaria a história política do Brasil. Ainda não há consenso acerca do ano final do regime. Para

⁴⁰ MÜLLER, Angélica. *A resistência do movimento estudantil brasileiro contra o regime ditatorial e o retorno da UNE à cena pública (1969-1979)*. Tese. (Programa de Pós-Graduação em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 2010. 243 f. p. 138.

⁴¹ BENEVIDES, Sílvio César Oliveira. *É proibido proibir. Uma geração na contramão do poder: O movimento na Bahia e o jovem*. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFBA, 1999; OLIVEIRA, Antônio Eduardo Alves de. *O ressurgimento do movimento estudantil baiano na década de 70*. (Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFBA, 2002.

alguns encerrou-se em 1979, para outros em 1985 e alguns defendem o ano de 1989 como marco final.

Daniel Aarão Reis define como marco final da ditadura o ano de 1979. Para ele, como Estado de exceção, a ditadura encerrou-se com a revogação dos Atos Institucionais que marcaram o início de um processo de “transição democrática”.⁴² Outros autores, como Francisco Vidal Luna, Herbert S. Klein e Marcus Napolitano definem o ano de 1985 como marco final, levando em consideração o último governo presidido por um militar.⁴³ Já para Adriano Codato, a ditadura encerrou-se em 1989 e pode ser dividida em cinco grandes fases, com seis governos, incluindo um civil. Segundo o autor o ano 1985 não pode ser definido como fim da ditadura, embora naquele ano tenha ocorrido a primeira eleição – indireta – para presidente. Naquele momento foi eleito o primeiro presidente civil após 21 anos de governos encabeçados por militares. Apesar disso, para Codato, as eleições aceleraram o ritmo da transformação do regime, mas não puseram fim ao mesmo, pois não mudou sua direção conservadora.⁴⁴

Embora não haja consenso sobre quando efetivamente encerrou-se a ditadura “civil-militar” no Brasil, os autores citados concordam que em 1975 – ano em que se encontra o objeto de estudo dessa pesquisa – a ditadura era vigente. Essas diferentes abordagens sobre seu desfecho só confirmam o quanto esse momento histórico do Brasil foi complexo e nos dão pistas para futuras pesquisas.

Sabe-se que o período foi marcado por diversas fases. Como lembra Adriano Codato, o projeto militar desdobrou-se num processo pendular, em que eram revezados períodos de maior e menor violência política, seguindo uma lógica mais conjuntural do que instrumental.⁴⁵

⁴² REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

⁴³ LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. Mudanças sociais no período militar (1964-1985). In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p. 66-91; NAPOLITANO, Marcos. *O regime militar brasileiro: 1964-1985*. São Paulo: Atual, 1998.

⁴⁴ CODATO, Adriano Nervo. Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia. *Revista Sociologia Política*, n° 25, p. 83-106, nov. 2005.

⁴⁵ *Ibid.* p. 84

De 1964 até 1968, fase inicial, o Governo foi encabeçado inicialmente por Castelo Branco, depois por Artur da Costa e Silva. Essa fase foi de constituição do regime. A segunda, de consolidação, foi dirigida, na maior parte do tempo pelo general Emílio Garrastazu Médici. (1969-1974). Nesse momento houve um endurecimento do regime. Os primeiros anos da década de 1970 foram marcados pela propaganda “Brasil ame-o ou deixe-o”. Naquela conjuntura houve um aprofundamento da repressão e violência aos grupos de oposição, principalmente às organizações armadas. Muitas organizações de esquerda praticamente deixaram de existir ou tiveram sua vida orgânica duramente abalada com o endurecimento da perseguição política de Estado. Visto que o ME era um importante fornecedor de quadros para a luta armada e aos grupos de oposição em geral, este não ficou imune a essa conjuntura. Na Bahia, por exemplo, em 1975, cerca de doze diretórios acadêmicos de cursos da UFBA estavam fechados. Conseqüentemente, esse período passou a ser conhecido como os “anos de chumbo”, especialmente após a decretação do Ato Institucional nº 5 (AI-5) em dezembro de 1968, ainda sob o governo de Costa e Silva. A terceira fase, de transição, iniciou-se em 1974, no governo de Ernesto Geisel (1974-1979), terminando em 1979 no governo de João Baptista Figueiredo (1979-1985), último militar a encabeçar o regime. Em 1985, através de eleições indiretas, tomou posse um presidente civil – José Sarney.⁴⁶

A arquitetura do regime foi montada de modo que a ditadura funcionasse entre a força e o convencimento. Desde 1964 tornou-se comum a prisão arbitrária de suspeitos de “subversão”. A prisão era acompanhada de interrogatórios e sevícias de toda espécie. Em 1969, com a criação do Centro de Operações de Defesa Interna – Destacamento de Operações de Informações (CODI-DOI), a prisão seguida de tortura e muitas vezes de morte tornou-se uma técnica oficial, institucionalizando-se.⁴⁷

Mas, os golpistas militares também se preocuparam com a legitimidade. Lembremos que o golpe foi dado em nome da democracia supostamente ameaçada. A ditadura nunca se assumiu como tal, preocupando-se em manter uma fachada democrática. Durante quase todo o período, apesar das grandes limitações, o Congresso

⁴⁶ Ibid. p. 83.

⁴⁷ FICO, Carlos. A pluralidade das censuras e das propagandas da ditadura. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs). *O golpe e a ditadura: quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru: Edusc, 2004. p. 265

foi mantido em funcionamento. Ademais, os militares governaram sob uma Constituição, ainda que limitada.⁴⁸

Num primeiro momento, buscaram legitimar-se junto a uma parte expressiva da sociedade que dizia se sentir ameaçada por um suposto avanço do comunismo, do sindicalismo e da corrupção. Sobre o medo do comunismo cabe lembrar que, no Brasil, o anticomunismo surgiu logo após a Revolução Russa de 1917. O fenômeno tinha uma dimensão internacional e estava relacionado ao advento do bolchevismo e às crises revolucionárias emergentes no pós-Primeira Guerra Mundial. Num contexto de instabilidade e dificuldades, o exemplo russo poderia exercer um poder de atração sobre as massas proletárias. Desse modo, os governos dos países capitalistas dominantes ficaram temerosos e empenharam-se na repressão e na propaganda anticomunista, contribuindo para criar um medo do comunismo, que duraria longos anos. Desde o início, a imprensa de grande circulação foi um importante meio de difusão das ideias anticomunistas.⁴⁹

O anticomunismo é, antes que um corpo homogêneo, uma frente reunindo grupos políticos e projetos diversos. O único ponto de união é a recusa do comunismo, em tudo o mais impera a heterogeneidade. Se esta diversidade muitas vezes passa despercebida, isto se deve ao fato de que, nos momentos de conflito agudo, os diversos tipos de anticomunismo se unem contra o inimigo comum.⁵⁰

No caso do golpe civil-militar no Brasil – momento de conflito agudo – ocorreu a união dos diversos grupos anticomunistas. De acordo com Bethânia Mariane, durante o período da ditadura grande parte da imprensa de grande circulação vinculava as expressões comunismo/comunista à subversivo, terrorista, inimigo, obedecendo à lógica

⁴⁸ RIDENTI, Marcelo. As oposições à ditadura: resistência e integração. In: REIS FILHO, Daniel Aarão RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Parro Sá. *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p. 30-31

⁴⁹ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “perigo vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva/FAPESP, 2002. p. 1

⁵⁰ *Ibid.* p. 15.

ditatorial imposta, seja pela força da censura, seja porque partilhava os mesmos princípios dos militares.⁵¹

O regime contou com o suporte do empresariado nacional e multinacional, oligarquias rurais, setores das classes médias, grande imprensa, instituições religiosas, profissionais liberais e até alguns trabalhadores. A partir de 1969 a legitimidade foi buscada na retomada do desenvolvimento econômico e na difusão da ideia de que só os governos militares possibilitaram o progresso nacional com manutenção da ordem pública.⁵²

Como destacou Rodrigo Motta, o consenso anticomunista entre os golpistas e defensores foi fundamental para uni-los, sobretudo as corporações militares. Contudo, isso era insuficiente. Para compreender as políticas implantadas pela ditadura torna-se necessário considerar que não houve um projeto perfeitamente desenhado do golpe. Muitas das escolhas foram tomadas ao sabor dos eventos, das pressões e das lutas travadas ao longo dos anos, às vezes de maneira improvisada.⁵³

Os vencedores não tinham rumos claros sobre o que fazer após a conquista do poder, salvo a crença na necessidade de “limpar” o país – o sistema político – de inimigos reais e imaginários. Os grupos que deram sustentação ao golpe de 1964 compunham uma frente heterogênea, representando tanto diferenças sociais quanto ideológicas, o que tornou impossível reunir uma coalisão tão ampla em torno de um programa afirmativo. Liberais, conservadores, reacionários, nacionalistas autoritários e até alguns reformistas moderados receberam com alívio o golpe, pois haviam perdido a confiança no governo de João Goulart.⁵⁴

A inserção de diferentes grupos políticos contribuiu para que, de maneira geral, o regime civil-militar fosse marcado por paradoxos e ambiguidades. Tratava-se de um regime político marcado por discursos que, ao mesmo tempo, afirmavam os valores

⁵¹ MARIANI, Bethânia. *O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)*. Rio de Janeiro/São Paulo: Renavan/Unicamp, 1998. p. 209.

⁵² MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A modernização autoritário-conservadora nas universidades e a influência na cultura política. In: REIS FILHO, Daniel Aarão RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Parro Sá. *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p. 31-38.

⁵³ *Ibid.* p. 49-50.

⁵⁴ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o Regime Militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 8.

democráticos e liberais, a defesa da autoridade e da pátria ‘una e indivisa’ e a exaltação da família e da ordem social tradicional.⁵⁵

Nas universidades, mais especificamente, os paradoxos e as ambiguidades do regime se manifestaram de forma plena, demonstrando a complexidade dessa experiência autoritária, cujo impulso modernizador ocorreu de maneira repressiva. Vários professores, considerados ideologicamente suspeitos, foram demitidos ou aposentados, bem como foram afastados líderes docentes sob a acusação de cúmplices da “subversão estudantil”. Membros da comunidade acadêmica considerados “mais perigosos” foram torturados e mortos. O anseio por uma “limpeza” ideológica impediu a livre circulação de ideias e textos. Dentro dos campi foram criadas as Assessorias de Segurança e Informação e, juntamente com outros órgãos de informação, faziam triagens das contratações, concessões de bolsa e autorizações para estágios no exterior.⁵⁶

Vitorioso o golpe, e antes que os novos donos do poder definissem que rumos dariam ao país, o expurgo dos derrotados já era a primeira preocupação. Depois dos sindicatos e das organizações de trabalhadores rurais, as instituições universitárias foram alvos prioritários das ações repressivas. Na visão dos vitoriosos de 1964, as universidades haviam se tornado ninhos de proselitismo das propostas revolucionárias e de recrutamento de quadros para as esquerdas. Ali se encontraria um dos focos principais da ameaça comunista, o perigo iminente de que o Brasil deveria ser alvo, e que mobilizou muitos, sobretudo nas corporações militares, a se levantar em armas contra o governo Goulart, acusado de tolerar ou, pior ainda, de se associar aos projetos revolucionários.⁵⁷

Por outro lado – paradoxalmente – foram implantadas reformas no ensino superior de impacto duradouro, que ainda dão forma ao sistema universitário brasileiro atual, embora nos dias de hoje tenham ocorrido mudanças com a finalidade de democratizar as universidades. Após a derrubada do governo de Goulart, os responsáveis pelo golpe, como vimos, se uniram em torno de uma pauta negativa. Todavia, o consenso negativo não era suficiente para estruturar políticas de governo.

⁵⁵ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A modernização autoritário-conservadora nas universidades e a influência na cultura política. In: REIS FILHO, Daniel Aarão RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Parro Sá. *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p. 52.

⁵⁶ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o Regime Militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 7-8.

⁵⁷ *Ibid.* p. 23.

Em meio a heterogênea base de sustentação do novo poder havia um segmento que adotou posições reacionárias e se posicionou contra qualquer alteração no *status quo*. Mas também existiam lideranças importantes que entendiam que era preciso realizar mudanças no país, inclusive algumas reformas sociais, bem como a reforma agrária, em versão compatível com os valores liberais. Leia-se, uma distribuição de terras que fortalecesse o mercado interno, aumentando o número de proprietários. No que se refere às universidades, o governo incorporou a demanda de reforma universitária, se apropriando de projetos em debate nos anos anteriores a 1964, os implantando à sua maneira.⁵⁸

Salvaguardado os limites, o regime se apropriou do projeto de reforma universitária, defendida pelas esquerdas no pré-1964. Os grupos de esquerda defendiam a democratização do acesso e da gestão, o fomento à pesquisa e a criação de uma carreira docente atrativa entre outras questões. Ensaída entre 1965 e 1967, a reforma universitária da ditadura foi efetivamente lançada em 1968, como resultado de uma decisão política do comando militar. A reforma foi imposta a comunidade acadêmica que, em muitos casos, reagiu com perplexidade. Os traços reformistas lançados pelas esquerdas no pré-64 foram desconsiderados, todavia alguns pleitos acadêmicos foram acolhidos. Os grupos de esquerda defendiam a democratização do acesso e da gestão, o fomento à pesquisa e a criação de uma carreira docente atrativa, entre outras questões. A reforma da ditadura tinha por objetivo conectar as universidades aos trilhos do projeto desenvolvimentista autoritário. A motivação política se relacionava à pretensão de desmobilizar o radicalismo estudantil e seduzir os intelectuais da academia.⁵⁹

Para Motta, as universidades são espaços privilegiados para perceber as ambiguidades da ditadura. Segundo ele, as políticas estatais que foram implementadas no ensino superior indicam que a repressão foi mesclada com moderação. O que não implica em anular ou minimizar a violência política, mas, perceber que as relações da ditadura com os meios acadêmicos foram permeadas, também, por jogos de acomodação.

⁵⁸ Ibid. p. 8-69.

⁵⁹ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A modernização autoritário-conservadora nas universidades e a influência na cultura política. In: REIS FILHO, Daniel Aarão RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Parro Sá. *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p. 55-56

Ainda, Rodrigo Motta considera que a reforma universitária da ditadura pode ser definida como uma modernização autoritário-conservadora. Foi modernizante, pois implicou na racionalização de recursos, na busca de eficiência, na expansão de vagas na graduação, nas mudanças nos exames vestibulares, no aumento da participação da iniciativa privada no ensino superior, na reorganização da carreira docente federal – com melhores salários e dedicação exclusiva, na criação de departamentos que substituiriam o sistema de cátedras, no fomento à pesquisa que implicou aumento de verbas e financiamentos, na criação de cursos de pós-graduação, no incremento nas bolsas de estudo para formação de docentes no exterior, e na criação de novas universidades federais e estaduais – projeto milionário de construção de novos *campi*.

Do lado conservador, observamos que a ditadura foi pressionada por grupos de força que não se contentaram somente com o expurgo da esquerda revolucionária. Esses grupos impuseram uma agenda conservadora mais ampla, contemplando a luta contra comportamentos morais “desviantes”. Conseqüentemente, a ditadura combateu e censurou as ideias de esquerda e tudo o que considerava subversivo; controlou e subjuguou o movimento estudantil, criou agências de informação específicas para vigiar a comunidade universitária, a exemplo das Assessorias de Segurança e Informação (ASIs); censurou a pesquisa, bem como a publicação e circulação de livros; e tentou incluir valores tradicionais por meio de técnicas de propaganda, da criação de disciplinas dedicadas ao ensino moral e civismo etc.⁶⁰

As universidades são espaços privilegiados para a observação dos entrelaçamentos das diferentes forças que viveram durante a ditadura. Eram lugares importantes para a modernização do país e ao mesmo tempo eram campos de batalha entre valores conservadores e os ideais de esquerda e de vanguarda. Constituíam-se em instituições que o regime militar, simultaneamente, modernizou e reprimiu, reformou e censurou. É importante frisar que a modernização universitária ocorreu de forma desordenada e precária, entrando em crise com o esgotamento da expansão econômica do regime militar, especialmente nos anos 1980.⁶¹

⁶⁰ Ibid. p. 56-57.

⁶¹ Ibid. p. 58.

Momento de transição

O “milagre econômico” que contribuiu para dar legitimidade ao regime não durou muito. A partir de 1973 começaram a surgir sinais da crise que logo atingiria o planeta. Diante do quadro, a repressão, o êxito econômico, as medidas modernizadoras e de assistência social tornaram-se insuficientes para assegurar a ordem. Por isso, a tese da “transição lenta, gradual e segura” para a democracia começou a ganhar força entre os militares e os seus aliados civis. Mas aos críticos mais radicais deveriam continuar sob o controle ou até mesmo ser eliminados.⁶²

Adriano Codato compreende que o processo de “distensão política”, depois chamado “política de abertura” e, por fim, “transição política”, foi iniciado pelos militares. Para o autor, não resultou da pressão da “sociedade civil” que, em sua leitura, influenciou o processo, mas, não de maneira decisiva.⁶³

Na concepção de Codato, a abertura “lenta, gradual e segura” empreendida a partir do governo do general Ernesto Geisel (1975-1979) resultou de uma decisão do presidente, visando enquadrar a burocracia militar. O governo tinha como propósito promover uma distensão, leia-se, um relaxamento dos controles políticos impostos à sociedade. O movimento adquiriu lógicas próprias e sofreu várias crises, tanto no governo Geisel como no governo de João Figueiredo (1979-1985). As crises decorreram da tentativa dos presidentes em reafirmar o controle sobre o processo, bem como do movimento das oposições civil e militar de alterar o projeto. O autor afirma que, sob a tutela dos militares, para a elite no poder essa era a única forma de resolver as contradições no aparelho militar e do próprio “regime militar”.

“A ‘abertura política’ permitiu a intervenção do empresariado nacional, das camadas médias e dos trabalhadores no jogo político”. Nesse sentido, teria sido resultado de duas dinâmicas que atuaram simultaneamente no sistema político: a dinâmica das negociações no universo das elites e a dinâmica das pressões da sociedade sobre o Estado. Para o autor, as negociações estabeleceram o conteúdo, definiram o

⁶² RIDENTI, Marcelo. Op. Cit. 31-38.

⁶³ COTATO, Adriano. Op. Cit. p. 83.

modo e impuseram a natureza da transição. Por outro lado, as pressões determinaram o ritmo.⁶⁴

Para Maria Paulo Araújo, o projeto de distensão política foi idealizado pelo presidente Geisel e pelo chefe da Casa Civil, general Golbery do Couto e Silva. Naquele momento as esquerdas – entendidas num sentido amplo – iniciaram um processo de construção de uma frente democrática de luta contra a ditadura. Inaugurou-se um período distinto do anterior – marcado por uma tática de enfrentamento armado. O período de transição foi marcado pelo confronto entre o projeto de “abertura política” do regime e a atuação das forças de esquerda que entendiam o projeto como uma estratégia de institucionalização da ditadura que precisava, portanto, ser inviabilizado. Desse modo, as esquerdas passaram a defender em larga escala o espaço político e as conquistas democráticas. Nesse confronto, as forças de oposição foram duramente golpeadas. “O propalado projeto de abertura não impediu prisões, atentados e assassinatos políticos”. Nesse sentido, observamos que o projeto de abertura era extremamente relativo, ambíguo e, mais do que tudo, incerto.⁶⁵

No caso específico do movimento estudantil, observamos a continuidade de perseguição e prisão de estudantes. Em 1977, por exemplo, a polícia promoveu ações repressivas visando impedir a realização de Encontros Nacionais de Estudantes (ENEs) que tinham a finalidade de reconstruir no plano nacional a União de Estudantes (UNE).⁶⁶

Silva também nos oferece elementos que nos permite refletir sobre a complexidade da fase de transição. Para o autor, outros atores – internos e externos – estiveram envolvidos no processo. Segundo ele, os principais atores em presença no longo jogo político denominado abertura são: a pressão exterior, representada pelo governo norte-americano, à época encabeçado por Jimmy Carter, e pelos condicionantes da economia mundial, na qual o Brasil já se inseria de forma efetiva. No que se refere aos atores internos, destaca o papel dos militares e suas instituições e a oposição,

⁶⁴ CODATO, Adriano. Op. Cit. p. 90-96

⁶⁵ ARAÚJO, Maria Paulo Nascimento. Lutas democráticas contra a ditadura. In: FERREIRA, Jorge. REIS, Daniel Aarão. *As esquerdas no Brasil: Revolução e democracia: 1964...* vol 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 323-325.

⁶⁶ Ibid. p. 325.

representada pelo Movimento Democrático do Brasil (MDB) e seus condicionamentos inscritos na cultura política envolvente.⁶⁷

O conjunto de ditaduras militares na América Latina foi fortemente abalado quando ocorreu uma mudança na política externa norte-americana após a Guerra do Vietnã. O impacto da derrota no Vietnã, após anos de divisão da sociedade americana e de perda de prestígio mundial impuseram uma importante virada na política externa dos Estados Unidos. A campanha eleitoral e a prática administrativa de Carter apontavam para a mudança que visava, simultaneamente, recuperar o prestígio mundial do país, com nítida associação entre política externa e direitos humanos e criar condições suficientes para retornar ao enfrentamento com a União Soviética, projetando-se eficazmente à hegemonia global.⁶⁸

Essa inflexão não deve ser percebida a partir de um entendimento esquemático que supõe um apoio constante e invariável do “imperialismo norte-americano” às ditaduras. A partir de 1965, a escalada da Guerra do Vietnã vinha tomando quase que toda a atenção do então presidente dos Estados Unidos – Lyndon Johnson. No Brasil, o fortalecimento do nome de Costa e Silva, ao longo de 1965 e 1966, tornando-o um candidato certo à sucessão de Castelo Branco não agradava a Washington. Nesse caso, houve um esfriamento das relações diplomáticas institucionais. Mas, as decisões do governo norte-americano não eram pautadas apenas pelas avaliações de sua diplomacia. Todos os demais órgãos encarregados da segurança (Departamento de Defesa e Conselho de Segurança Nacional), além dos setores envolvidos em questões financeiras e econômicas (Departamento do Tesouro, *lobbies* empresarias etc.) eram considerados.⁶⁹

Foi apenas na década de 1970, com a mudança de conjuntura, que os Estados Unidos, efetivamente, sinalizavam que o longo histórico de apoio às ditaduras militares latino-americanas estava se encerrando. No que diz respeito à ditadura brasileira, após inúmeros contatos secretos, Washington advertiu publicamente o presidente Geisel

⁶⁷ SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política, 1974-1985. In: FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. (Orgs). *O Brasil Republicano: o tempo da ditadura: Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 247-249

⁶⁸ *Ibid.*

⁶⁹ FICO, Carlos. *O grande irmão: da operação brother sam aos anos de chumbo. o governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2008. p. 187-191.

sobre a violação dos direitos humanos. Em resposta, Geisel, imbuído do nacionalismo militar, denunciou os acordos de cooperação com os Estados Unidos.

Além da virada política norte-americana, outro fator externo parece ter sido determinante: o esgotamento dos modelos econômicos latino-americanos. O final da década de 1970 já vinha apresentando os primeiros sinais da crise. Diante disso, o modelo de eficiência das ditaduras mostrou-se incapaz de manter o processo de crescimento autossustentado, a exemplo do “milagre econômico” brasileiro promovido nos anos iniciais da ditadura.⁷⁰

No que diz respeito aos condicionamentos internos, Francisco Silva observou que dois principais atores estiveram envolvidos: de um lado o grupo militar constituído em torno do projeto Geisel-Golbery, interessados numa imediata reconstitucionalização do regime militar; do outro lado, as forças políticas de oposição organizadas em torno do MDB – único partido de oposição atuando na legalidade.⁷¹

Angélica Müller, por sua vez, evidenciou que além da atuação da oposição consentida, o processo de “abertura” também esteve associado a ação dos movimentos sociais, incluindo o Movimento Estudantil.⁷² Para Rodrigo Motta, os programas adotados na ditadura resultaram das negociações e dos conflitos entre os grupos apoiadores do regime, que foram influenciados por pressões internacionais, pelo contexto econômico, pelas ações dos opositores e também pelas tradições do país. Além disso, também devemos considerar as opções individuais dos detentores do poder.⁷³

Levando em consideração os fatores mencionados, concordamos com a ideia de Silva, que defende que não é possível compreender o complexo processo de transição, tomando como referência um cenário vazio onde os detentores do poder institucional são capazes de controlar todas as falas.⁷⁴ Nesse sentido, cabe evidenciar que grupos se organizaram para lutar pelo fim do regime, entre eles destacamos o Movimento Estudantil que em todas as fases mostrou-se atuante, em maior ou menor grau, como veremos a seguir.

⁷⁰ SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Op. Cit. p. 252-253

⁷¹ Ibid.

⁷² MÜLLER, Angélica. Op. Cit. p. 95-96.

⁷³ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Op. Cit. p. 64.

⁷⁴ SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Op. Cit. p. 256.

Oposições

Apesar do apoio de parte da sociedade civil, como mencionado, em 1964 foi derrubado um governo constitucional respaldado por outros setores sociais significativos como trabalhadores organizados em sindicatos, partidos e movimentos populares, segmentos das classes médias intelectualizadas e parte das elites, principalmente aquelas vinculadas ao aparelho de Estado. Os golpistas realizaram prisões, intervenções em sindicatos e movimentos populares, cassações, expulsão de funcionários civis e militares de seus cargos, abertura de inquéritos policial-militares e até assassinatos contra os adeptos do governo deposto.⁷⁵

No final da primeira semana após o golpe, foram presas mais de sete mil pessoas. A Revista *Time* chegou a contabilizar dez mil detidos em uma única semana de abril de 1964. Trabalhistas, comunistas, dirigentes sindicais, intelectuais, militares e estudantes foram perseguidos e tiveram seus direitos políticos cassados. Aproximadamente cinquenta mil pessoas foram presas em todo o país nos primeiros três meses da ditadura. No primeiro ano de vigência do regime já eram comuns as denúncias de emprego de tortura pela polícia e pelas Forças Armadas contra presos políticos. A violência policial esteve presente durante todo o período. Até o final de 1968 foram contabilizadas cerca de trinta e quatro mortes pelo regime.⁷⁶ Afora as que não entraram nos números oficiais. A partir dos dados fornecidos pelo “Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos”, Maria Lygia Moraes constatou que só no ano do golpe foram registradas treze mortes políticas.⁷⁷

Na primeira fase da ditadura (1964-1968) essas práticas chegaram a ser denunciadas por parte da imprensa. Mas após a institucionalização da censura política dos jornais em 1968, com a decretação do AI-5, elas passaram a ser ocultadas.⁷⁸ Outra parte dos meios de comunicação aderiu imediatamente aos desmandos golpistas. Como

⁷⁵ RIDENTI, Marcelo. Op. Cit. p. 33-34

⁷⁶ MATTOS, Marco Aurélio Vannucchi L. de; SWENSSON JUNIOR, Walter Cruz. Contra inimigos da ordem: a repressão política do regime militar brasileiro (1964-1985). Rio de Janeiro: DP&A, 2003. 13-16

⁷⁷ MORAES, Maria Lygia Quartim. O golpe de 1964: testemunho de uma geração. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; Motta, Rodrigo Patto Sá (Orgs). O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004). Bauru: Edusc, 2004. p. 305.

⁷⁸ FICO, Carlos. Op. Cit. p. 265.

observou Maria Lygia Moraes, “a violência, o moralismo, a subserviência e a intimidação constituíram a indelével marca do período”.⁷⁹

Segundo Antônio Maurício Brito, antes mesmo do golpe, a participação das “massas” na vida política passou a ser percebida como elemento incômodo e perturbador da ordem. As ideias anticomunistas transformaram-se em força material para as mobilizações favoráveis ao golpe ocorridas em várias cidades brasileiras.⁸⁰ Posteriormente, como dito em linhas acima, serviram de base de sustentação do próprio regime.

Apesar da perseguição, houveram movimentos de resistência. Maria Paula Araújo destacou que alguns atores se destacaram na oposição à ditadura, como o MDB, a Igreja Católica, a imprensa alternativa, o movimento dos bairros e favelas, os movimentos de minorias políticas, a exemplo dos feministas, do movimento negro e o movimento estudantil. O MDB – partido criado pela própria ditadura para representar uma “oposição consentida” – conjugava uma variedade de correntes políticas, algumas reacionárias. Por outro lado, sua estrutura partidária foi aproveitada por um grupo de deputados que se identificavam mais com as posições de esquerda. Eles criaram o movimento dos “autênticos do MDB” visando superar o estigma de “oposição consentida” e exercer uma “oposição autêntica”.

Parte da Igreja Católica também lutou contra o arbítrio, em apoio aos trabalhadores, aos camponeses, aos estudantes. Em muitos casos se envolveu diretamente com as lutas populares e os movimentos sociais de oposição. A imprensa alternativa foi uma tática de luta bastante peculiar do período. Constituíam-se em jornais políticos com alguns fazendo críticas comportamentais, muitos em sintonia com o movimento contra-cultural. Havia ainda aqueles que enfatizavam as análises políticas e econômicas.

Sobre o movimento de bairros e favelas é importante dizer que muitas vezes ocorriam em aproximação com partidos de esquerda e com a Igreja. Os movimentos de

⁷⁹ MORAES, Maria Lygia Quartim. Op. Cit. p. 300.

⁸⁰ BRITO, Antônio Maurício Freitas. *O Golpe de 1964, o movimento estudantil na UFBA e a resistência à ditadura militar (1964-1968)*. Tese. (Programa de Pós-Graduação em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFBA, 2008. 243 f. p. 66-67

minorias políticas também não deixaram de, entre outras atividades, exercer pressão contra o regime ditatorial.⁸¹

Se o espectro da oposição era bastante amplo, com muitos setores vindo a se constituir no curso da ditadura, os grupos de esquerda atuantes antes de 1964, a exemplo do Partido Comunista (PCdoB), da Ação Popular (AP), da Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (POLOP), entre outros, mantiveram-se em movimento para reverter a situação de falta de liberdades políticas desencadeadas pelo golpe. Como mencionamos, foram imputadas várias tentativas de organizar uma oposição armada, mas nos primeiros anos da década de 1970 começaram a ficar evidentes os sinais de esgotamento político e militar da luta armada promovida por grande parte dos grupos de esquerda.⁸²

Para Ridenti, as esquerdas armadas permaneceram em um enfrentamento aberto à repressão, sem possibilidade de reciclar seus quadros e suas bases, em uma conjuntura de refluxo dos movimentos sociais. Além desse desenraizamento social, a lógica da repressão imposta pelo regime contribuiu para que os grupos armados não conseguissem mais delimitar concretamente seu adversário. O foco centrava-se cada vez mais no aparelho repressivo da ditadura, nos torturadores e nos supostos traidores no interior de cada grupo guerrilheiro, e cada vez menos no sistema político e econômico. Conseqüentemente, o projeto de revolução desmantelou-se. A transformação da sociedade brasileira pela ação de grupos de “vanguarda” não conseguiu mais representar politicamente a classe trabalhadora.⁸³

Diante da situação, na década de 1970 algumas organizações iniciaram o processo de autocrítica da experiência da luta armada, embora alguns militantes tenham reagido e resistido a essa tomada de posição. Para muitos, o rompimento com a luta armada e a definição de uma luta em defesa da democracia pareciam um retorno ao “reformismo”, além de, objetivamente, significar uma reaproximação com o PCB e suas propostas táticas.⁸⁴

⁸¹ ARAÚJO, Maria Paula. Op. Cit. p. 334-342.

⁸² ARAÚJO, Maria Paula. Op. Cit. p. 334-342.

⁸³ RIDENTI, Marcelo. *O Fantasma da evolução Brasileira*. 2 ed. São Paulo: UNESP, 2010. p. 273-274

⁸⁴ ARAÚJO, Maria Paula. Op. Cit. p. 330.

A maior parte dessas organizações foi fundada entre 1962 e 1972. O conjunto delas, apesar da diversidade de orientações e diferentes visões políticas, compartilhava uma posição profundamente crítica ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), embora apresentassem críticas sob pontos de vista bastante divergentes. A partir de 1964 as críticas ao PCB recrudesceram. Algumas das organizações chegaram a responsabilizar o partido pelo golpe imputado pelos militares. Ao longo dos anos 1960-70, essas organizações, marcadas pelo sentimento anti-PCB, conquistaram uma inegável hegemonia entre jovens, universitários, estudantes, artistas e intelectuais. Essa hegemonia pode ser explicada por algumas razões, como: o próprio impacto ligado ao golpe de 1964, além dos eventos ocorridos no plano mais global. O final dos anos 1960 foi marcado, em praticamente todo o mundo ocidental, pelo surgimento de organizações dissidentes e independentes em relação aos partidos comunistas e socialistas tradicionais. Ademais, o ano de 1968 parece ter sido uma explosão e uma expressão dessa cisão.⁸⁵

As jovens gerações de militantes brasileiros também foram marcadas pelo desejo de rompimento, de radicalidade, movidas por um sentimento crítico ao que geralmente era considerado reformismo, passividade, conciliação. Na década de 1960, em várias partes do mundo ocidental, surgiu uma juventude extremamente politizada e militante. A maioria, estudantes secundaristas e universitários que se tornaram as principais vítimas da repressão político-militar na América Latina. No Brasil, a presença de ditaduras militares levou à radicalização do movimento estudantil e sua intensa participação na luta armada. Ademais, a partir do golpe de 1964 o sentimento de crítica e desconfiança em relação à democracia também contribuiu para essa tomada de posição por parte de um contingente numeroso de jovens brasileiros.⁸⁶

Lembremos que, à época, alguns grupos de esquerda percebiam a democracia como um valor burguês. Nesse sentido, assumir uma postura contra a democracia significa negar um valor que entendiam próprio dos regimes burgueses. Assumir a crítica aos valores democráticos não implicava, necessariamente, defesa do autoritarismo e ausência de liberdades.

⁸⁵ Ibid. p. 326-329.

⁸⁶ MORAES, Maria Lygia Quartim de. O Golpe de 1964: testemunho de uma geração. In: REIS FILHO, Daniel Aarão Reis; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs). *O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)*. Buru: Edusc, 2004. p. 298. ARAÚJO, Maria Paula. Op. Cit. p. 334-342.

No Brasil, de acordo com Marcelo Ridenti, a composição social dos militantes que ingressaram na luta armada era diversificada. Mas, no conjunto, predominaram os que poderiam ser classificados como camadas médias intelectualizadas. Dados do Projeto Brasil Nunca Mais indicam que elas compunham 57,8% do total de 2.112 processados pela Justiça Militar por ligação com organizações armadas urbanas. A maior parte dos militantes era do sexo masculino (81,7%), no geral, jovens (51,8% até 25 anos de idade).⁸⁷

[...] as esquerdas revolucionárias guerrilheiras apresentavam aspectos em comum. Todas davam prioridade a ação armada e eram contra o suposto imobilismo de partidos como o PCB. Independentemente das formas de estruturação (em partido ou em comandos guerrilheiros), as organizações viam-se como a vanguarda da revolução, fosse ela nacional-democrática ou socialista, e combatiam o capitalismo e o imperialismo norte-americano.⁸⁸

Para Moraes, do ponto de vista da história política do Brasil, a luta armada foi representativa de um processo de radicalização da classe média intelectualizada frente a um operariado atrelado a um sindicalismo dócil, somando-se a participação decisiva da juventude estudantil. Tal fenômeno também ocorreu em países como Uruguai e Argentina.⁸⁹

Apesar da efervescência da juventude, especialmente da famosa “geração de 68” é preciso lembrar as reflexões de Antônio Maurício Brito. Segundo o autor, é comum falar-se daquela geração como imbuída de combatividade e politização. Não obstante, é importante destacar que, no Brasil, naquela época, uma parcela significativa de jovens e estudantes eram indiferentes à participação política. Nesse sentido, é prudente falar em uma “geração de 68” no sentido de compartilhamento de afinidades e experiências, com a ressalva de evitar generalizações para o conjunto da juventude da época, ideias e

⁸⁷ RIDENTI, Marcelo. Esquerdas revolucionárias armadas nos anos 1960-1970. In: FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão. *Revolução e democracia* (1964-...). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 28.

⁸⁸ Ibid.

⁸⁹ MORAES, Maria Lygia Quartim. Op. Cit. p. 307.

projetos que entusiasmaram apenas determinada parcela, ainda que significativa, dos jovens e estudantes.⁹⁰

No Brasil, após o golpe em 1964 os militares também tiveram de enfrentar uma oposição institucional. Antes do surgimento da esquerda armada o regime foi pressionado, sentindo-se mais ameaçado, pela oposição moderada, protagonizada por partidos como Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). A aliança entre ambos triunfou nos dois estados mais importantes – Guanabara e Minas Gerais – que tiveram eleições diretas para o governo em 1965. Não obstante a moderação dos governadores eleitos, tal vitória representou uma ameaça à continuidade da nova ordem.⁹¹

Além das oposições mencionadas, com o progressivo fechamento político, somado à recessão econômica entre 1964 e 1968, alguns setores da sociedade civil, sobretudo das classes médias que haviam dado apoio ao golpe começaram a se mostrar insatisfeitos. Ademais, como mencionamos, parte da Igreja Católica retirou seu apoio ao regime devido às denúncias de desrespeito aos direitos humanos de opositores presos.⁹²

O movimento estudantil – foco de nosso interesse – foi, nas palavras de Araújo, “outro ator de muita importância no cenário de luta democrática”. Na década de 1970, especialmente a partir de 1974, o ME iniciou um processo de revitalização.⁹³ Com indicamos anteriormente, apesar de toda a repressão promovida anos antes, quando vários estudantes foram presos, torturados, mortos, exilados, banidos, o ME estudantil continuou atuando, ainda que com menos visibilidade e mobilidade. Com o processo de “abertura política”, os estudantes ganharam mais liberdade, embora a repressão não tenha cessado, como veremos nas próximas linhas.

O Movimento Estudantil e resistência à ditadura

⁹⁰ BRITO, Antônio Maurício Freitas. Op. Cit. p. 13

⁹¹ RIDENTI, Marcelo. Op. Cit. p. 33-34.

⁹² ARAÚJO, Maria Paula. Op. Cit. p. 35

⁹³ Ibid. 336.

No caso específico do Movimento Estudantil, quando a ditadura foi instalada em 1964 a União Nacional dos Estudantes (UNE) foi posta na ilegalidade, o que não implicou na eliminação da organização. A UNE passou a atuar totalmente na clandestinidade. Em lugar da participação nas movimentações de massa, buscou meios alternativos de resistir à ditadura. Nesse cenário, o ME universitário organizou pequenas ações, a fim de manter-se vivo. Na Universidade Estadual da Guanabara (UEG), os estudantes conseguiram manter a representação por turma, já que todos os Centros Acadêmicos (CAs) foram fechados. Na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em 1971 conseguiram organizar eleições para presidente da entidade. Na Universidade de São Paulo (USP) o movimento manteve-se vivo através do Conselho dos Centros Acadêmicos. Nesse sentido, o ME, em que pesem as limitações de representatividade, conseguiu, em alguma medida, se organizar e exercer práticas de resistência à ditadura.⁹⁴

Não obstante a atuação das forças repressivas, os estudantes conseguiram se organizar, expressando o crescente descontentamento social, que não encontrava vazão por vias institucionais do regime. Eles foram se tornando os agentes sociais mais visíveis da oposição.

No ano de 1968 conseguiram organizar grandes manifestações de rua em todo o país. Naquele ano ocorreu o XXX Congresso da UNE. O evento foi organizado na clandestinidade. Nas vésperas da decretação do Ato Institucional n. 5, centenas de estudantes se reuniram em Ibiúna, mas foram “derrubados” pela repressão.⁹⁵

O AI-5 significou a quebra da legalidade imposta pelo próprio regime; dava poderes quase ilimitados ao presidente da república, por exemplo, para legislar por decreto, suspender direitos políticos dos cidadãos, cassar mandatos eletivos, suspender o habeas corpus em crimes contra a segurança nacional, julgar crimes políticos em tribunais militares, demitir ou aposentar juízes e outros funcionários públicos.⁹⁶

⁹⁴ MÜLLER, Angélica. Op. Cit. p. 17-30.

⁹⁵ PELLICCIOTTA, Mirza Maria Baffi. *Uma aventura política: as movimentações estudantis dos anos 70*. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, 1997. 235 f. p. 41.

⁹⁶ RIDENTI, Marcelo. Op. Cit. p. 36.

Após a decretação do AI-5 a arquitetura política do regime, entre força e convencimento, pendeu fortemente em favor da primeira. O congresso foi fechado por aproximadamente um ano, parlamentares foram cassados e oposicionistas detidos. Além disso, consolidou-se uma rígida censura aos meios de comunicação, artes e espetáculos e o aparelho da polícia política foi incrementado e reorganizado.⁹⁷

Apesar disso, o ME não esmoreceu em fazer oposição ao regime. A decretação do AI-5 em 1968 e do Decreto Lei n. 477 em 1969 – que definiu infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino – empurraram a UNE para uma clandestinidade ainda maior. De variadas formas, os estudantes de várias regiões do país atuaram para manter sua representatividade associativa. Tais esforços contribuíram para a reorganização da associação no plano nacional, aos primeiros sinais de “abertura” política. Nesse sentido, o recuo da atuação da UNE no plano nacional, em decorrência da repressão, não desarticulou o ME como um todo.⁹⁸

Durante os “anos de chumbo” houve transformações significativas na configuração do ME devido às novas regras impostas pelo regime ditatorial. Dentro das universidades, as lutas de massa, que invadiram as ruas em 1968, transformaram-se em reivindicações pontuais. Ao mesmo tempo, alguns estudantes ingressaram na luta armada. Apesar disso, dentro das universidades continuaram ocorrendo movimentos estudantis, evidenciando uma “resistência possível”. A decretação do decreto Lei 477 em 1969 implicou um cerceamento ainda maior das liberdades de atuação de professores e alunos. No contexto, como mencionado, a UNE acabou esmorecendo enquanto uma entidade representativa dos estudantes no plano nacional. A partir de 1970 a organização adotou a tática de organizar “frentes de vanguarda por turmas e faculdades, visando manter o ME.”⁹⁹

Em 1969, apesar da queda de Ibiúna ocorrida no ano anterior, a UNE conseguiu eleger seu novo presidente: Jean Marc von der Weid, estudante de química da UFRJ e militante da Ação Popular (AP). No mesmo ano várias movimentações estudantis foram

⁹⁷ Ibid.

⁹⁸ MÜLLER, Angélica. No caminho ao retorno democrático: Greves e Manifestações Estudantis nos Primeiros Anos do Governo Geisel (1974-1975). *Revista Mestrado História*, Vassouras, v. 13, n. 2. p. 17-32, jul./dez. 2011. p. 18.

⁹⁹ MÜLLER, Angélica. Op. Cit. p. p. 30.

registradas. Na Guanabara, o Instituto de Filosofia da UEG foi fechado pelo Exército. Os estudantes reagiram, invadindo o prédio da faculdade. Como resultado, houve sua imediata reabertura. No Recife, os alunos da Faculdade de Medicina da UFPE organizaram uma resistência ao IV Exército que exigia a suspensão por três anos, de trinta e sete alunos da instituição universitária. A mobilização dos estudantes, que receberam apoio dos professores, resultou na recusa unânime, por parte da Congregação da Faculdade, em suspender os alunos. Ainda em Recife, vários estudantes entraram em greve devido ao assassinato do estudante Cândido Pinto, então presidente da UEE local.¹⁰⁰

Na Bahia, mais especificamente na cidade do Salvador, observamos que no início da década de 1960 a capital da Bahia possuía um ME presente e ativo na vida política. A mobilização pela reforma universitária unificou as lutas localmente. Naquela década a UFBA assistiu uma greve de estudantes contra o reitor Edgard Santos, repercutindo nacionalmente. Em junho de 1960 o baiano Oliveiros Guanais de Aguiar foi eleito presidente da UNE. No ano seguinte Salvador foi palco do I Seminário Nacional pela Reforma Universitária. A escolha da capital baiana para a sede do encontro indica a importância nacional do ME baiano à época.¹⁰¹

Depois do golpe de 1964 os estudantes continuaram protagonizando a cena política. A partir daquele momento começaram a construir experiências de resistência à ditadura. Na Universidade Federal da Bahia (UFBA), a reação interna foi marcada por espontaneísmo, temor, paralisia. Essas limitações também foram sentidas por setores de esquerda e outras camadas sociais que se opuseram ao regime. A reitoria da UFBA adotou a orientação política-administrativa de fechar as faculdades com a pretensão de impedir a concentração estudantil e, conseqüentemente, maiores possibilidades de organização coletiva. Apesar disso, em algumas faculdades houve assembleias que foram desbaratadas pela repressão.¹⁰²

A resistência do ME ao golpe não ultrapassou as expectativas ou ações de setores militantes, com pequena visibilidade social. O movimento estava marcado por problemas organizativos específicos, por restrições à resistência de outros atores sociais,

¹⁰⁰ Ibid. p. 32.

¹⁰¹ BRITO, Antônio Maurício Freitas. Op. Cit. p. 94; OLIVEIRA, Antônio Eduardo. Op. Cit. p. 42-43.

¹⁰² Ibid. p. 94.

entre outros. Cabe ressaltar que tais problemas podem ser localizados em escala nacional.

O discurso anticomunista e golpista funcionou como um anestésico junto ao estudante comum. No caso da Universidade da Bahia, devemos adicionar um possível impacto negativo junto aos estudantes comuns a respeito dos conflitos na aula inaugural antes do golpe, bem como a ampla propaganda disseminada associando o ME com a agitação. Parece razoável imaginar que essa atmosfera contribuiu para aumentar um hiato entre o ME, os setores militantes e o estudante-comum e gerar apatia, desorganização, distanciamento e inércia política na reação ao golpe. Vizinho da paralisia e da desarticulação, o medo foi outro ingrediente marcante do comportamento de muitos universitários, notadamente aqueles que tinham algum engajamento político no ME.¹⁰³

Na segunda metade da década de 1970, com a “abertura política” o fator medo pode ter se tornado menos intenso. A partir de então, segundo Maria Paula Araújo, o movimento estudantil passou a representar um dos principais palcos do debate em torno da luta democrática, refletindo as diferentes concepções que giravam em torno dele.

A luta democrática, através de uma frente democrática, sempre esteve presente no PCB. Proposta que foi recusada pelas organizações que optaram pela luta armada, sob acusação de reformismo. É bom lembrar que alguns grupos de esquerda da época percebiam a democracia como um valor burguês. Por isso, criticar os valores democráticos não implicava, necessariamente, se posicionar em favor do autoritarismo. A ressalva é importante, pois o debate em torno do conceito de democracia é complexo. Não se resume a dicotomia Liberdade *versus* Autoritarismo.

A partir da segunda metade da década de 1970 partidos e organizações de esquerda resolveram se aproximar e organizar uma frente democrática, embora cada um tivesse sua própria compreensão sobre o conteúdo democrático da frente. Ainda persistia o antigo conflito das esquerdas: “prudência *versus* enfrentamento”; “negociação *versus* radicalização”. O PCB privilegiava a ação no interior do MDB, enquanto outras organizações, com forte presença no ME, procuravam levar as

¹⁰³ BRITO, Antônio Maurício Freitas. Op. Cit. p. 95.

manifestações dos estudantes para as ruas em atos públicos e passeatas que enfrentavam as tropas de choque do regime.¹⁰⁴

A partir de 1974 o ME iniciou seu processo de revitalização atuando, grosso modo, em dois níveis: de um lado, na reconstrução de suas entidades – diretórios, centros acadêmicos e de sua entidade máxima, a UNE. De outro, trabalhando na frente de luta pelas liberdades democráticas. Esse movimento aconteceu nas universidades de quase todas as capitais do país. No contexto, o ME era dirigido por “tendências políticas”, que eram influenciadas por partidos e organizações de esquerda, à época, clandestinos.¹⁰⁵

Angélica Müller estudou mais detalhadamente essas tendências em diversas universidades do país, localizando os grupos de esquerda que exerciam maior influência em cada uma delas. De acordo com a autora, o retorno das grandes mobilizações estudantis na segunda metade da década de 1970 veio acompanhado por um processo de reagrupamento político no interior do ME, em torno do que passou a ser designado tendência estudantil. A tendência era vista como um meio intermediário entre o partido e as entidades estudantis. Os partidos permaneciam na ilegalidade, por isso, o ME continuou a ser uma opção, dentre outras, para que programas políticos que visavam o retorno ao estado democrático fossem colocados em prática. Entre os grupos, destacaram-se o Partido Comunista Brasileiro (PCB), o Partido Comunista do Brasil (PC do B), os trotskistas do Partido Operário Revolucionário (POR(t)) e de outras organizações que surgiram nos anos 1970, a Ação Popular Marxista-Leninista (APML), a Ação Libertadora Nacional (ALN), o Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8) e o Movimento de Emancipação do Proletariado (MEP). Essas diversas tendências se modificavam, eram repensadas, se agrupavam, eram substituídas por outras ou desapareciam.¹⁰⁶

Na Bahia, seguindo as ponderações de Antonio Eduardo Oliveira e Silvio Benevides, observamos que a maioria dos estudantes integrados ao ME que lutou contra a ditadura disseram ter aderido ao socialismo. De acordo Benevides, cerca de 80% deles tiveram ligação com organizações de esquerda. A ligação se dava na maioria das vezes

¹⁰⁴ ARAUJO, Maria Paula. Op. Cit. p. 333-334

¹⁰⁵ Ibid. p. 336-337.

¹⁰⁶ MÜLLER, Angélica. Op. Cit. p. 110-112.

através de vinculação direta com os grupos, mas também acontecia como colaboradores eventuais, o que não significava uma ligação direta com as entidades ou partidos de esquerda. As entrevistas realizadas pelo autor indicam que, na década de 1960, as organizações que exerceram maior influência sobre os estudantes baianos foram, por ordem de importância, PCB, PC do B, POLOP e Partido Comunista Revolucionário (PCBR). Na década de 1970, houve uma alteração na ordem de importância e as organizações de maior influência passaram a ser: PC do B, PCB e POLOP. Essas organizações contribuíram para que as reivindicações ultrapassassem o caráter meramente estudantil.¹⁰⁷

Para Oliveira, no Estado, assim como em outras regiões do país, formou-se uma “comunidade de esquerda” que ambicionava o poder. Como em outros lugares, essa comunidade era povoada por grupos variados que disputavam posições nas entidades estudantis e sindicais e buscavam a hegemonia do ME. No que diz respeito às tendências estudantis, na Bahia, a tendência denominada Viração, sob a orientação do PC do B foi a hegemônica. A Viração entendia que os estudantes deveriam se opor à ditadura militar através das bandeiras democráticas. Acreditava que a alternativa política deveria ser empreendida a partir de alianças como setores da burguesia nacional que identificavam como progressistas. De outro lado havia a tendência Liberdade e Luta (Libelu), que tinha pouca inserção na Bahia. Para a Libelu, a estratégia de luta pela liberdade era a conquista do socialismo. Defendia que o ME não deveria estabelecer relações com às forças burguesas. Apesar dos antagonismos, de maneira geral, os depoimentos daqueles que compuseram o ME estudantil baiano indicam que em todos os grupos o valor liberdade estava associado à questão da democracia política, à luta contra as injustiças sociais e à perspectiva de transformação social.¹⁰⁸

No que diz respeito às duas greves analisadas, as fontes jornalísticas não nos permitiram identificar de forma precisa a influência das esquerdas. O fato não anula a inserção desses grupos, especialmente se considerarmos a trajetória do movimento estudantil na Bahia que, como apontou Oliveira, recebeu forte influência das esquerdas. Talvez uma pesquisa em outras fontes possibilite essa identificação. No presente trabalho não temos a pretensão de responder ao problema. A sinalização tem o intuito de abrir janelas para pesquisas posteriores.

¹⁰⁷ BENEVIDES, Sílvio Cezar Oliveira. Op. Cit. p. 61.

¹⁰⁸ OLIVEIRA, Antônio Eduardo Alves. Op. Cit. p. 83-88.

Nos próximos capítulos analisaremos a eclosão e o desenvolvimento das duas greves ocorridas em 1975 na UFBA, como já foi indicado.

CAPÍTULO 2 - “AGORA É GREVE”! O MOVIMENTO PAREDISTA DOS ESTUDANTES DE MEDICINA DA UFBA

Início do movimento paredista

Os primeiros anos da década de 1970 foram marcados pela propaganda “Brasil ame-o ou deixe-o” do governo do general Emílio Garrastazu Médici. Naquele contexto houve aprofundamento da repressão e violência aos grupos de oposição. Foi, sobretudo, nesse período que o Movimento Estudantil (ME) brasileiro atravessou a sua fase organizativa mais difícil.¹⁰⁹ Como destacamos no capítulo anterior, muitas organizações de esquerda praticamente deixaram de existir ou tiveram sua vida orgânica duramente abalada com o endurecimento da perseguição política de Estado. O ME não ficou imune a essa conjuntura. Em 1975 cerca de doze diretórios da UFBA estavam fechados.

Todavia, em que pese a repressão, em 1975, como também já foi indicado, a atmosfera política brasileira começou a mudar, contribuindo para o fortalecimento do ME no cenário político nacional. De acordo com Arthur Poerner:

A ascensão do movimento era favorecida, ao contrário do que ocorrera em 1968, pela crescente impopularidade do regime, abalado não só pelo seu caráter autoritário e repressivo como pelo fracasso da política econômica e pelos casos de corrupção que a censura não lograva mais abafar. Setores cada vez mais amplos da classe média e, inclusive, do empresariado se sentiam, também devido ao aumento do desemprego, da inflação e dos impostos, tão marginalizados quanto os estudantes, os operários, os camponeses e os assalariados.¹¹⁰

¹⁰⁹ A respeito desse período, ver: PELLICCIOTTA, Mirza Maria Baffi. *Uma aventura política: as movimentações estudantis dos anos 70*. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, Campinas, 1997. 235 f. e CAVALARI, Rosa Maria Feteiro. *Os limites do movimento estudantil – 1964 – 1980*. Dissertação (programa de Pós Graduação em Educação). Faculdade de Educação, UNICAMP, Campinas, 1987. 306 f.

¹¹⁰ POERNER, Artur. *O Poder Jovem*. 2ª Edição revisada e ampliada, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

A Bahia refletiu os impactos e as contradições da mudança. Em Salvador alguns acontecimentos, tais como, a prisão de diversos ativistas sociais, somada ao reaparecimento de associações de bairro ilustram a efervescência político-social da capital baiana.¹¹¹

Na esteira dos acontecimentos, o movimento estudantil começou a ganhar força e visibilidade. Em 1975 duas grandes greves foram deflagradas na UFBA. Ambas tiveram repercussão nacional. A greve dos estudantes de Medicina da UFBA pode ser considerada um marco da história do ME na Bahia, seguindo uma tendência que se observava no plano nacional. Mas para Silvio Benevides foi a greve contra o jubileamento na UFBA, que representou o retorno dos estudantes à cena política baiana, sobretudo por ter sido a primeira manifestação de massa ocorrida após a repressão dos “anos de chumbo”.¹¹² Não obstante, como evidenciaremos nas linhas a seguir, a greve de Medicina ocorrida meses antes contou com adesão de uma parcela considerável da sociedade. Por isso, consideramos como o marco inicial da retomada do fôlego do movimento estudantil baiano.

Como demonstramos no capítulo anterior, a ideia de um “retorno” do movimento estudantil na segunda metade da década de 1970 pode ser problematizada. Como Angélica Müller analisou, embora enfraquecido pela repressão dos “anos de chumbo”, o ME brasileiro não deixou de existir. A autora demonstrou que o ME apresentou propostas de resistência contra o regime durante todo o período dos chamados “anos de chumbo” através de ações diversificadas. O movimento nunca foi interrompido. Foi justamente essa não interrupção que permitiu que no contexto de redemocratização aparecesse como ator de primeira grandeza na luta pela retomada da democracia no Brasil, unindo-se com outros movimentos sociais que passaram a se destacar na luta contra a ditadura, no final dos anos 1970.¹¹³ Por isso, pode não ser adequado usarmos a expressão “retorno”, por simplificar em demasia a história das mobilizações estudantis. Ao analisar as ações políticas dos estudantes a partir de 1975, talvez seja mais apropriado usarmos a expressão “fortalecimento”.

¹¹¹ GONZALEZ, op. cit.

¹¹² BENEVIDES, Sílvio. *Proibido Proibir: Uma geração na contramão do poder – O Movimento Estudantil na Bahia e o Jovem*. Salvador. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. UFBA. 1999.

¹¹³ MÜLLER, Angélica. Op. Cit. p. 19.

No caso da Bahia, a greve de Medicina da UFBA parece ter sido o primeiro movimento a atestar o fortalecimento do ME no Estado. No contexto em que a paralisação eclodiu, o “ensino médico”¹¹⁴ da UFBA encontrava-se em crise e a sociedade baiana sentia as consequências dela, como evidenciaremos adiante.

Diante da situação, desde os primeiros meses de 1975, pelo menos, os protestos dos estudantes de medicina já figuravam nas coberturas jornalísticas de periódicos de grande circulação no estado da Bahia, como o *Jornal da Bahia*, a *Tribuna da Bahia* e *A Tarde*.

Em 13 de março o *Jornal da Bahia* noticiou, em primeira página, as dificuldades enfrentadas pelos estudantes de Medicina, dificuldades estas que traziam consequências negativas para a sociedade baiana. Na manchete “UFBA e Baiana – poucos defuntos e muitos estudantes”, evidenciou-se:¹¹⁵

O Diretório Acadêmico e os representantes estudantis da Faculdade de Medicina da UFBA continuam buscando uma solução para a grave situação a que chegou o Hospital das Clínicas, inteiramente despreparado para o atendimento aos pacientes...¹¹⁶

No dia 21 de março foi a vez do *A Tarde* veicular notícias sobre os problemas enfrentados pelos estudantes de Medicina que se encontravam insatisfeitos com a possibilidade de transferência do hospital-escola Professor Edgard Santos para o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS): “Os estudantes de Medicina reivindicam que o Hospital das Clínicas continue sendo um Hospital Escola, pois, conforme dizem, ‘se ele for vinculado ao INPS, isto significa que o Curso de Medicina, já agonizante, chegará definitivamente ao seu fim’”.¹¹⁷

Em 17 de maio a *Tribuna da Bahia* também trouxe notícias sobre o movimento dos estudantes de medicina, informando que, através do Diretório Estudantil, haviam

¹¹⁴ “Ensino Médico” é uma expressão que aparece em alguns periódicos que cobriram a greve dos estudantes..

¹¹⁵ *Jornal da Bahia*, 13 de março de 1975.

¹¹⁶ *Jornal A Tarde*, 21 de maio de 1975.

¹¹⁷ *Jornal A Tarde*, 21 de março de 1975.

marcado “uma reunião com os professores da escola no sentido de estudar a situação em que se encontra o Hospital Edgard Santos...”¹¹⁸”

No dia 22 de maio o *Jornal da Bahia* voltou a se pronunciar sobre os problemas do “ensino médico”, desta vez, divulgando mais evidências de que o hospital escola seria transferido para o INPS. A matéria “Universitários perdem hospital das clínicas” trazia as seguintes informações:

Conseguindo furar o cerco montado à entrada do hospital das clínicas, a reportagem do JBa comprovou as afirmações correntes sobre reforma de pavilhões com unidades individuais destinadas ao INPS, precariedade das instalações e laboratórios e o esvaziamento dos leitos, consequência das últimas determinações em só atender ou internar pacientes segurados pela previdência social. Os estudantes de medicina vão ficar sem o hospital escola, único existente em Salvador.¹¹⁹

Um dos grandes temores dos estudantes de Medicina estava justamente na política de entrega do HPES para o controle do INPS, vinculado ao Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS). A vinculação do Hospital das Clínicas ao INPS retiraria da Escola de Medicina o controle sobre o Hospital. Para eles seria um duplo prejuízo. Primeiro para formação acadêmica dos futuros médicos, haja vista que a situação de sucateamento do hospital estava em estágio avançado, apresentando sinais de piora. Eles alegavam que a mudança prejudicaria decisivamente o atendimento a sociedade baiana, uma vez que firmando o convênio o atendimento ficaria restrito aos indivíduos inscritos no INPS. Apesar da resistência, a entrega do controle do Hospital Escola para o INPS parecia cada vez mais concreta.

O Hospital das Clínicas, como havia sido denunciado pelos estudantes, está realmente sendo adaptado para servir aos segurados do INPS, deixando de ser

¹¹⁸ *Tribuna da Bahia*, 17 de maio de 1975.

¹¹⁹ *Jornal da Bahia*, 22 de maio de 1975.

hospital-escola, com inegáveis prejuízos para o ensino da Medicina e para a própria população pobre não assistida pela Previdência Social¹²⁰.

No dia 28 de maio, Cícero Adolfo, diretor do Hospital das Clínicas se reuniu com o diretor da Escola de Medicina e com mais dois representantes estudantis para discutir os problemas do curso.

O objetivo principal da reunião foi o de informar ao diretor da Escola de Medicina a situação do hospital. Segundo o sr. Cícero Adolfo, a questão é que o crescimento da demanda de estudantes não está encontrando correspondência nas condições do “Edgard Santos”. [...] A política que foi aventada na reunião se refere apenas à redução de vários pontos, inclusive do número de vagas para o vestibular de Medicina. Não serão aumentados números de leitos e verbas entre outras coisas. Para o caso mais específico dos estudantes atuais, espera-se que a ex Clínica de Tisiologia seja reinaugurada e esse problema levará algum tempo para ser resolvido. Em referência aos currículos, ficou esclarecido que é uma função do MEC. O aparelhamento que por sua deficiência motivou o fechamento de algumas unidades do hospital, já foi resolvido pois, segundo foi esclarecido, não se tratava de um problema de verbas e sim de questões burocráticas. [...] No caso de fechamento do hospital resta aos estudantes o consolo de serem espalhados pelas diversas unidades de saúde do interior e capital do Estado, o que, segundo eles, não é uma boa ideia, pois a rede hospitalar estadual não apresenta estrutura para ensino e pesquisas, ou não terão professores e orientadores suficientes.¹²¹

Embora a transferência do hospital das clínicas estivesse em curso, o diretor do Conselho do Departamento de Assuntos Universitários do Ministério da Educação e Cultura – Edson Machado de Souza – negava que o processo de transferência do hospital-escola da UFBA para o INPS estivesse ocorrendo. Em entrevista ao *Jornal da Bahia*, declarou serem falsas as informações sobre a transferência.¹²² Na mesma página, o jornal publicou uma carta aberta dos estudantes da UFBA, que seria enviada ao Ministério da Educação (MEC), à reitoria e à Faculdade de Medicina. Na carta, os

¹²⁰ *Jornal da Bahia*, 22 de maio de 1975. (Manchete)

¹²¹ *Jornal da Bahia*, 28 de maio de 1975, p.

¹²² *Jornal da Bahia*, 8 de junho de 1975.

estudantes comunicaram que já havia sido decretada a falência do hospital-escola Professor Edgard Santos.¹²³

Evidências indicam que as reclamações dos estudantes acerca da transferência não era um mero delírio. O processo parecia mesmo estar em curso. Como destacamos, o próprio Cícero Adolpho reconheceu que o fato já estava consumado há cinco anos “e que agora haverá apenas reformulações. Confessou-se inclusive em desacordo com algumas delas, a exemplo da que se refere à obrigação do hospital de tratar do paciente onde esteja”.¹²⁴

O segundo problema que caracterizava a crise do “ensino médico” estava relacionado aos poucos investimentos públicos na melhoria da infraestrutura hospitalar. Somado a esses fatores, o próprio curso de Medicina como um todo corria o risco de minguar ainda mais com a transferência da administração do Hospital do ‘controle’ da Escola de Medicina (logo Ministério da Educação e Cultura - MEC) para o INPS.

A situação de crise do “ensino médico” gerou profunda insatisfação entre os estudantes da UFBA que logo organizaram o movimento paredista. No dia 04 de junho de 1975 cerca de 500 estudantes praticamente lotaram o anfiteatro do Hospital das Clínicas a fim de deliberar sobre a paralisação, o que efetivamente foi confirmada com a deflagração da greve. Inicialmente, determinou-se a suspensão das atividades no HPES, no Pronto Socorro, na maternidade Tsyla Balbino e no Hospital Couto Maia. No dia seguinte as aulas foram suspensas.

Reunidos ontem em assembleia geral, os estudantes de medicina decidiram paralisar totalmente as suas atividades didáticas – aulas e acompanhamento de pacientes dos Hospitais das Clínicas, Couto Maia, Pronto Socorro, Tsyla Balbino e Climério, até que sejam atendidas as suas reivindicações principais¹²⁵.

A decisão de suspender totalmente as atividades foi tomada 24 horas antes da deflagração da greve. No dia 3 de junho de 1975, véspera do movimento, os estudantes

¹²³ *Jornal da Bahia*, 8 junho de 1975.

¹²⁴ *Jornal da Bahia*, 28 de maio de 1975.

¹²⁵ *Tribuna da Bahia*, 5 de junho de 1975.

tinham uma reunião agendada para discutir a situação do “ensino médico” com o diretor da Escola de Medicina – Renato Tourinho Dantas. No entanto, o diretor não compareceu em duas reuniões agendadas (contando com a assembleia de 04 de junho).¹²⁶ A falta de diálogo com a direção da universidade contribuiu para que a greve fosse deflagrada antes do previsto¹²⁷.

Com o desenrolar do movimento, estudantes de outros cursos da UFBA, bem como de outras universidades da Bahia, apoiaram o movimento. Alguns professores também se posicionaram em defesa da greve e outras camadas da sociedade baiana prestaram solidariedade aos grevistas, a exemplo dos movimentos populares de bairros, como veremos no decorrer do capítulo.

Principais reivindicações

Nesse momento histórico de fortalecimento do ME, as reivindicações geralmente estavam relacionadas às bandeiras gerais contra a ditadura militar e pelas liberdades democráticas. Essas questões povoaram o cotidiano dos movimentos sociais em geral e do movimento estudantil, mais especificamente.

No caso da greve de Medicina da UFBA, as fontes consultadas indicam que foram as pautas específicas que deram o tom da greve. Durante a paralisação, reivindicou-se a manutenção do Hospital Professor Edgard Santos como hospital-escola ligado a Faculdade de Medicina, a reformulação do currículo escolar com crítica a Reforma Universitária, mais recursos humanos para o desenvolvimento das atividades, melhores condições materiais para o ensino médico. Dentro dessas reivindicações, eram apontados os problemas sociais que a crise do poder poderia gerar. Em 6 de junho de 1975, a *Tribuna da Bahia* estampou em suas páginas algumas das reivindicações que os estudantes lançaram assim que a greve foi deflagrada.

1. Manutenção do caráter hospital-escola (HPES) e sua ligação com a Faculdade de Medicina e ao MEC.

¹²⁶ *Tribuna da Bahia*, 5 de junho de 1975.

¹²⁷ *A Tarde*, 21 de maio de 1975.

2. Reformulação do currículo, através da formação de uma comissão, por nós escolhida, composta de estudantes e professores, para que possamos ter um ensino condizente com as nossas necessidades, que são também as da população.
 3. Recursos humanos necessários para uma real orientação em todas as nossas atividades.
 4. Todas as condições materiais necessárias para um bom ensino médico.
- Só reiniciaremos nossas atividades didáticas quando forem atendidas todas as nossas reivindicações e assegurado o cumprimento de outras, ou quando a Assembleia Geral assim o decidir.¹²⁸

No mesmo dia os estudantes realizaram nova assembleia com a finalidade de discutir a greve. Naquele momento, optaram pela continuidade do movimento, motivados pela constatação de que “uma má qualidade do ensino” prejudicaria a formação médico-profissional dos estudantes, como consequência à comunidade seria prejudicada por receber uma assistência inadequada, caso recebesse profissionais formados precariamente.¹²⁹

No dia 8 de junho foi a vez do *Jornal da Bahia* trazer as reivindicações dos estudantes que buscavam evidenciar de forma mais detalhada as pautas, diferenciando aquelas que deveriam ser resolvidas em médio prazo das consideradas mais imediatas. Sobre as melhorias nas condições materiais destacaram que era necessário, em médio prazo:

- a) aceleração das obras de reforma do Hospital, sendo estipulado um prazo de conclusão;
- b) Início das obras de transformação da ex-clínica tisiológica em ambulatório, sendo estipulado um prazo de conclusão
- c) Reinício imediato das obras de construção da faculdade de Medicina, sendo estipulado um prazo de conclusão
- d) Reequipamento e estoque de material de: Laboratório, Centro Cirúrgico, Farmácia, Radiologia, Enfermaria e Ambulatório, com aumento de sua eficiência e capacidade, sendo exigida a manutenção destas condições.¹³⁰

Entre as necessidades mais imediatas os estudantes destacaram:

¹²⁸ *Tribuna da Bahia*, 6 de junho de 1975.

¹²⁹ *Tribuna da Bahia*, 6 de junho de 1975.

¹³⁰ *Jornal da Bahia*, 8 de junho de 1975.

- a) Ampliação do Hospital-Escola, em todos os seus setores, visando atender a demanda do ensino médico;
- b) atualização e a aquisição de material bibliográfico compatível com o número de estudantes (Biblioteca do HPES, Instituto de Ciências da Saúde e Departamentos).¹³¹

Além das melhorias nas condições materiais também solicitaram melhoras nas condições de ensino. Para tal, alegavam ser necessário:

- a) Que o HPES continue sendo Hospital Escola ligado a Faculdade de Medicina da UFBA, e mantido pelo MEC;
- b) Formação de uma comissão paritária, de estudantes e professores, por nós escolhidos para avaliação e reformulação do currículo médio e a garantia oficial que a decisão será efetivada em prazo razoável;
- c) Real funcionamento dos convênios já firmados e dos que porventura venham a sê-los entre a Faculdade de Medicina e entidades médico-hospitalares com orientação didática fornecida pela própria faculdade, como exemplo citamos o Hospital Getúlio Vargas, Hospital Couto Maia, Maternidade Tysila Balbino, Instituto Médico Legal Nina Rodrigues e Hospital Juliano Moreira;
- d) Funcionamento da Maternidade Climério de Oliveira com abertura a todos os estudantes (inclusive com participação nas pesquisas aí realizadas). Ampliação do atendimento (aumento do número de leitos) e redução dos plantões dos estudantes de 24 para 12 horas, a fim de dar maiores oportunidades de estágio;
- e) Contratação de todos os professores necessários à orientação didática e cumprimento da carga horária estipulada aos mesmos em seus contratos
- f) Cumprimento da carga horária estabelecida para cada disciplina;
- g) Funcionamento do Hospital-Escola HPES nos dois turnos (matutino e vespertino) em todos os seus setores para melhorar remanejamento dos estudantes e professores;
- h) Garantia de cursos de férias para que haja nivelamento das turmas atingidas pela Reforma Universitária;
- i) Garantias de que será oferecido no próximo semestre simultaneamente a uma mesma turma as disciplinas: Iniciação ao Exame Clínico I e II e Bases da Técnica Cirúrgica e Anestesia, conforme documento abaixo assinado enviado ao Colegiado de Cursos de Medicina;
- j) Acesso dos estudantes aos serviços especializados do HPES., com a devida orientação didática, tais como: Eletroencefalografia, Eletrocardiografia, Endoscopia, Colposcopia, Broncoscopia, Hemodinâmica, UTI e outros.¹³²

Entre todos os problemas mencionados, no que diz respeito às melhorias nas condições materiais e de ensino, os estudantes consideraram como mais urgente,

¹³¹ Ibid.

¹³² Ibid.

naquele momento, a criação um berçário e centro de rehidratação no HPES para o Departamento de Pediatria.¹³³

Após pautarem os aspectos que consideravam responsáveis pela crise no “ensino médico”, demarcaram também uma série pontos que consideravam ser de direito dos estudantes, quais sejam:

- a) Ingresso livre de todos os estudantes de medicina no Hospital-Escola HPES, e suas dependências, a qualquer hora ou dia;
- b) Participação dos internos na Comissão de Internamento;
- c) Garantia de que não será aplicado o jubramento aos estudantes atingidos pela Reforma Universitária e submetidos a seleção específica;
- d) Abertura das salas e dos anfiteatros do HPES e do Instituto de Ciências da Saúde aos estudantes, a fim de que possam ser realizadas atividades culturais e científicas no horário em que não haja atividades didáticas, inclusive à noite;
- e) Abertura da sede do Diretório Acadêmico em qualquer horário;
- f) Liberação do nosso mimeógrafo que foi apreendido pelo Colegiado de Cursos sem justificativa, como também garantia de um mural do ICB para o estudante;
- g) Relatórios periódicos de todas as decisões que dizem respeito aos estudantes, inclusive quanto à aplicação da Dotação Orçamentária;
- h) Garantia de que as reivindicações a médio prazo serão atendidas
- i) Garantia oficial e definitiva de que não serão adotadas medidas repressivas em quaisquer níveis, estendendo-se a todos os estudantes de medicina.¹³⁴

Em 9 de junho os alunos de Medicina redigiram outro documento com a lista dos seus principais problemas. Pelo teor do texto, percebe-se que ele foi redigido com a finalidade de prestar contas à sociedade baiana sobre os motivos da paralisação.

Procurando mostrar de maneira simples e clara, a todo o povo que nos tem apoiado, as deficiências de ensino e trabalho porque passamos, nós, estudantes de Medicina, elaboramos uma lista, que reconhecemos ainda não ser completa, do que temos encontrado de concreto, e que já bastaria por si só, para justificar o nosso movimento.¹³⁵

¹³³ Ibid.

¹³⁴ Ibid.

¹³⁵ *Jornal Tribuna da Bahia*, 9 de junho de 1975.

No documento, foram evidenciados os problemas cotidianos enfrentados pelos estudantes, destacando que a gradativa política de redução dos recursos do Hospital das Clínicas acarretou uma deficiência material em níveis alarmantes, em todos os seus setores, desde medicamentos até materiais básicos, como esparadrapo, algodão, álcool, roupas, lençóis, seringas, agulhas, bisturi etc. Denunciaram que o serviço de radiologia era regularmente interrompido em decorrência de falta de filme; a deficiência de pessoal em serviços essenciais para o funcionamento das unidades hospitalares (enfermeiros, auxiliares e serventes) e a deficiência de leitos. Por último foi citada a deficiência curricular e de estrutura adequada para o desenvolvimento do ensino. Alegaram não haver unidades hospitalares suficientes para as aulas práticas dos estagiários, bem como a inadequada oferta das disciplinas, principalmente de turmas avançadas. O estudante acabava se matriculando em disciplinas específicas, mas por falta de infraestrutura tecnológica e científica acabava frequentando os mesmos ambientes: enfermarias de Clínicas Médicas e Cirúrgicas¹³⁶.

Os estudantes também questionaram a existência de um critério rígido de seleção para internamento de pacientes, dando prioridade aos pacientes do INPS e outros convênios (IAPSEB, FUNRURAL), em detrimento de pacientes indigentes. Nesse sentido, observamos que, embora as pautas da greve tenham tido um caráter mais específico, dentro dessas especificidades eram incorporados problemas sociais mais gerais. Nota-se que, ao sinalizar as prioridades do atendimento, os estudantes evidenciaram o caráter de diferenciação social no que diz respeito aos pacientes considerados prioritários. Tal posicionamento pode ter relação com a possível aproximação desses estudantes com o ideário de esquerda, visto que, à época, era forte a inserção de grupos de esquerda no ME, como já foi observado no primeiro capítulo.

Formas de resistência para a manutenção da greve

A preocupação com a ação repressora do Estado era algo que povoava os corações e mentes daqueles que, de alguma forma, participavam de lutas sociais em 1975. Em se tratando de uma universidade, as questões da segurança e a do jubramento preocupavam os estudantes. Observamos que na carta aberta, citada no tópico anterior,

¹³⁶ Ibid.

os estudantes pediram garantias “de que não será aplicado o jubramento aos estudantes atingidos pela Reforma Universitária e submetidos a seleção específica”, além de solicitarem a “Garantia oficial e definitiva de que não serão adotadas medidas repressivas em quaisquer níveis, estendendo-se a todos os estudantes de medicina”.¹³⁷ Desde, pelo menos, janeiro de 1975 a crítica ao jubramento já representava uma bandeira de luta dos estudantes da UFBA.¹³⁸ A luta contra o jubramento deu o tom de outra greve relevante que foi deflagrada no segundo semestre de 1975, tema que será abordado no capítulo seguinte.

No que diz respeito à greve do primeiro semestre, os estudantes utilizaram a tática da assembleia geral permanente. Desta forma evitavam a identificação das lideranças. A partir de então eles passaram a se comunicar via documento escrito. Todos eles, tanto os destinados para as autoridades da universidade, quanto os que visavam comunicar a sociedade baiana em geral, eram assinados como “Assembleia Geral Permanente dos Estudantes de Medicina da UFBA”. A tática foi utilizada, provavelmente, com o objetivo de burlar a ação repressora da ditadura que ficava impedida de identificar os autores dos comunicados, também contribuía para fortalecer os laços identitários do corpo estudantil.

Como é do conhecimento de todos nós, estudantes de Medicina da UFBA, decidimos paralisar as nossas atividades acadêmicas a partir do dia 4/6/75, e nos reunir em caráter de Assembleia Geral Permanente para fazermos um levantamento da condição atual do ensino e da prática médica, e suas implicações, na nossa Escola, Hospitais e Clínicas da rede federal, estadual, municipal e particular.¹³⁹

Além da tática mencionada, os estudantes também buscaram meios de comunicação com outros setores sociais, diretamente ou indiretamente envolvidos com o problema da crise do “ensino médico”. Na manhã do dia 5 de junho os grevistas

¹³⁷ *Jornal da Bahia*, 8 de junho de 1975.

¹³⁸ Consultar: *Tribuna da Bahia*, 10 de janeiro; 5 de junho de 1975 e *Jornal da Bahia*, 7 de junho de 1975.

¹³⁹ *Tribuna da Bahia*, 6 de junho de 1975.

divulgaram um “Comunicado aos hospitais”¹⁴⁰. O documento foi distribuído por diversas comissões formadas por estudantes. Percorreram vários hospitais nos quais as atividades foram paralisadas, entregando aos respectivos diretores um comunicado oficial, nos seguintes termos:

Nós, estudante de medicina da Universidade Federal da Bahia, analisando as deficiências gravíssimas que afetam nosso curso, comprometendo a nossa formação profissional e humana, prejudicando assim a toda a população necessitada de recursos humanos formados em condições de desempenhar a difícil missão de lidar com vidas humanas, resolvemos, em assembleia geral do dia 4 de junho de 1975, suspender todas as atividades didáticas, bem como em todos os hospitais e clínicas da rede federal, estadual e particular, com a finalidade de fazer um levantamento da atual situação e reivindicar todas as medidas corretivas que ora achamos necessárias. [...] Devido a nos encontramos em Assembleia geral permanente não poderemos comparecer a nossos estágios e atividades até que as reivindicações imediatas, que já estão sendo enviadas às autoridades responsáveis, sejam atendidas. [...] Esperamos contar com a compreensão e o apoio de V.Sa. à nossa justa causa, apresentamos os nossos protestos de estima e consideração. Saudações estudantis, Salvador, 5 de junho de 1975. Assinado: Assembleia Geral Permanente dos Estudantes de Medicina da UFBA¹⁴¹.

Em sintonia com o aspecto organizativo da “assembleia permanente”, também foram criados grupos de trabalho para ajudar na construção do movimento e adoção de outras ações, como a confecção de carta aberta visando dialogar com as autoridades competentes, bem como manter a sociedade baiana informada sobre as dificuldades enfrentadas pelos estudantes de medicina da UFBA. Como demonstramos, em 8 de junho o *Jornal da Bahia* publicou uma carta aberta que os estudantes enviariam para o Ministério da Educação (MEC), à reitoria e à Faculdade de Medicina. Na carta, indicavam que os problemas vinham “de longa data” e que não se restringia à Faculdade de Medicina da UFBA.

¹⁴⁰ Título dado por matéria do jornal *Tribuna da Bahia* ao primeiro comunicado feito pelos estudantes de medicina da UFBA para os Hospitais onde suspenderam as atividades. *Jornal Tribuna da Bahia*, 6 de junho de 1975.

¹⁴¹ *Tribuna da Bahia*, 06 de junho de 1975.

Todos viemos acompanhando a curva descendente que envolve o ensino universitário no Brasil, e de modo particular, a Faculdade de Medicina da UFBA. As deficiências tornaram-se agudas, entretanto, com a implantação da Reforma Universitária, o que motivou em 1970 o lançamento de um forte documento [...] em que faz uma avaliação da situação do ensino médico em nossa faculdade, em pronunciamento ao Conselho Departamental, apontando a sua gravidade e preconizando uma tomada de posição imediata. Daí por diante o processo de deterioração progrediu sempre, tendo sido necessário um outro documento, elaborado por uma comissão designada pela congregação, em 26. 06. 75, a qual admitiu as deficiências do ensino médico, geradas principalmente por redução de verbas e pelo sistema de reforma Universitária, e propunha uma solução simplista – a redução do número de vagas no vestibular e a contratação de 70 (setenta) professores. Daí pra cá temos constatado o agravamento da situação a níveis insuportáveis a ponto de ter sido decretada a falência do hospital-escola Professor Edgard Santos.¹⁴²

A construção de comunicados oficiais, visando informar os motivos que levaram os estudantes a deflagrarem a greve, indica que estes estavam preocupados em prestar contas à sociedade, muito provavelmente com a finalidade de obter apoio das camadas sociais. Além dos comunicados outra via de acesso à sociedade foi a confecção de abaixo-assinados, provavelmente visando demonstrar que os baianos apoiavam o movimento, como atesta a matéria da *Tribuna da Bahia*:

Divididos em equipes, os estudantes de Medicina da UFBA fizeram abaixo-assinado envolvendo todas as camadas da população de Salvador. Foram colhidas assinaturas de estudantes em todas as universidades, hospitais, bancos e nas ruas. Mais de 400 listas foram distribuídas entre os estudantes e calcula-se que cerca de 20 mil assinaturas foram colhidas. O grupo que procurava assinaturas na Avenida Sete enfrentou um sério problema: devido ao grande número de candidatos interessados em assinar a lista, foi registrado um ligeiro tumulto que chegou a provocar congestionamento no tráfego de pedestres na Avenida. No final, todos estavam contentes pelo apoio da população, ‘que já era esperado por nós, mas não com o volume registrado’.¹⁴³

¹⁴² *Jornal da Bahia*, 08 jun. 1975, p.

¹⁴³ *Tribuna da Bahia*, 12 de junho de 1975.

Se nos atermos ao teor da reportagem, fica demonstrado que o apoio popular à greve foi bastante amplo. Se isso for verdade, pode-se inferir que a população estava bastante insatisfeita com a qualidade dos hospitais públicos na Bahia. Entretanto, não temos meios que comprovem o suposto tumulto e a grande quantidade de assinaturas, senão a matéria jornalística. O texto é importante por nos indicar menos a quantidade das pessoas que assinaram a lista e mais a intenção dos estudantes entrevistados – e em alguma medida do próprio jornal – em demonstrar que grande parte da população apoiava a greve, ao mesmo tempo pressionar as autoridades para a solução dos problemas no “ensino médico”. Demonstrar que a maior parte dos baianos apoiava o movimento serviria para fortalecê-lo, no sentido de encurralar as autoridades competentes para que atendessem as reivindicações do movimento grevista.

Por outro lado, as autoridades universitárias também buscavam prestar esclarecimentos. Algumas vezes as autoridades negavam os problemas apontados pelos estudantes, como ocorreu no caso da transferência do HPES para o INPS. Ademais, o reitor da UFBA - Lafayette Pondé – chegou a desmentir uma reportagem da *Tribuna da Bahia*, em carta direcionado ao periódico.

Li com estranheza nesse jornal, em sua edição de hoje, [12/06] um comentário, na seção Raio Laser, sobre a reunião que tive com os professores Augusto Mascarenhas, Renato Tourinho Dantas, Gerson Pinto, Orlando Sales e Cícero Adolfo, segundo a qual eu os teria chamado de “omissos”. Peço-lhe que corrija essa notícia, porque inteiramente infundada. [...] Seria de todos inadmissível pudesse eu ofender colegas que colaboravam comigo no estudo de uma situação estudantil, que nos tomara de surpresa, permanente a qual, portanto, seria contra-senso acusar alguém de omissão. Peço-lhe que retifique essa notícia, menos talvez que para que ninguém creia que eu necessite ser indelicado para exercer meu cargo, do que para resguardar o respeito àqueles professores [...]¹⁴⁴

Outras vezes, as autoridades diziam que estavam buscando solucionar os problemas existentes, como fez o secretário de Saúde – Ubaldo Dantas - que declarou que a massa estudantil iria poder contar, de forma mais efetiva, com 600 leitos no Hospital Santa Terezinha, 200 no Couto Maia, 140 no Tysila Balbino, 700 no Juliano Moreira e 120 no Pronto Socorro. Os estagiários também seriam diretamente

¹⁴⁴ Ibid.

supervisionados por professores da UFBA. Ademais, o diretor da universidade havia se comprometido com a contratação de novos professores¹⁴⁵. Nesse sentido, fica evidente que a opinião da sociedade baiana estava em disputa entre os grevistas e as autoridades responsáveis pelo ensino.

Apoios à greve

A solidariedade entre os universitários foi um traço marcante desse período de reorganização do Movimento Estudantil¹⁴⁶. As bandeiras gerais de luta contra ditadura, por melhoria na qualidade do ensino, além do desgaste do regime militar¹⁴⁷, contribuíram para a gradual aproximação dos estudantes de diversos cursos da UFBA. Quase imediatamente depois da decisão de paralisação, diversas unidades manifestaram apoio ao movimento. “Logo após a decisão de paralisação, os estudantes começaram a receber apoio do DCE, Comissão Anti-jubilamento, Diretórios de Economia, Geologia, Veterinária, Jornalismo e outros”.¹⁴⁸

O Diretório do curso de Jornalismo, através de nota encabeçada pelo presidente Wellington Ribeiro e com mais cento e sete assinaturas, enviou documento de solidariedade à luta dos estudantes de Medicina. No documento, enfatizaram: “Contem com o apoio e solidariedade do Diretório Acadêmico de Jornalismo. Com o apoio dos estudantes de Comunicação da UFBA”¹⁴⁹. Segundo a nota, a manutenção do controle do Hospital Professor Edgard Santos pela Escola de Medicina da UFBA era condição indispensável para melhor atender as necessidades da formação acadêmica, bem como a de atendimento da demanda da sociedade baiana, já que a transferência para o INPS iria restringir o acesso da população ao Hospital. Mesmo considerando as péssimas condições em que se encontravam o Hospital, ele não deixava de ser fundamental para grande parcela da sociedade baiana.

¹⁴⁵ Ibid.

¹⁴⁶ A respeito ver, BENEVIDES, Sílvia. *Proibido Proibir: Uma geração na contramão do poder – O Movimento Estudantil na Bahia e o Jovem*. Salvador. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. UFBA, 1999. E, OLIVEIRA, Antonio Eduardo Alves de. *O Ressurgimento do movimento estudantil baiano na década de 70*. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. UFBA, 2002.

¹⁴⁷ Sobre o milagre “econômico” e os motivadores de sua crise ver: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs). *O BRASIL REPUBLICANO. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007.

¹⁴⁸ *Jornal da Bahia*, 5 junho de 1975.

¹⁴⁹ *Tribuna da Bahia*, 5 de junho de 1975.

Além dos estudantes de Comunicação, o Diretório de Economia também manifestou apoio, lançando como palavra de ordem a unificação do movimento. Entendia que a luta dos estudantes de Medicina era de interesse de toda a sociedade soteropolitana. E somente com a adesão de todos os demais estudantes universitários “resolverá os problemas do ensino médico, onde no momento acentua-se a crise que envolve a educação brasileira. Saudações do DAE”.¹⁵⁰

Os Diretórios de Geologia e o de Biologia também declararam apoio irrestrito a greve dos estudantes de Medicina. O de Geologia destacou a importância da “luta por condições de ensino condizentes com as necessidades do país”,¹⁵¹ enquanto que o de Biologia ressaltou a importância de se assegurar melhores condições de ensino para a garantia de uma melhor formação, “problemas estes que englobam o meio universitário do país”.¹⁵²

O DCE, a Comissão Anti-jubilamento e o diretório de veterinária somaram-se aos apoios.¹⁵³ A adesão quase imediata de diversos diretórios de outras unidades da UFBA nos permite constatar que a luta por melhores condições de ensino representou importante aglutinador de insatisfação com potencial explosivo e capacidade reorganizativa.

Além dos estudantes de outros cursos da UFBA, os grevistas também contaram com o apoio de estudantes de outras universidades, a exemplo dos estudantes da Escola Baiana de Medicina, instituição privada que concorria com a UFBA na atração de alunos interessados na área médica. Um acadêmico que esteve presente na assembleia permanente dos colegas da UFBA comunicou a decisão:

Na reunião realizada ontem, durante todo o dia, no anfiteatro do HPES pelos estudantes de medicina da UFBA, cujas atividades estão paralisadas desde anteontem, um representante da Escola Baiana de Medicina, comunicou a interrupção das suas atividades “por enquanto somente no Pronto-Socorro”, e a consequente adesão ao movimento iniciado pelos alunos da UFBA.¹⁵⁴

¹⁵⁰ *Tribuna da Bahia*, 5 de junho de 1975.

¹⁵¹ *Tribuna da Bahia*, 5 de junho de 1975.

¹⁵² *Tribuna da Bahia*, 5 de junho de 1975.

¹⁵³ *Jornal da Bahia*, 5 de junho de 1975.

¹⁵⁴ *Tribuna da Bahia*, 6 de junho de 1975.

Os estudantes de Medicina da Universidade Católica do Salvador (UCSal) também declararam apoio ao movimento, contribuindo para impulsionar a paralisação. Além disso, contribuíram para vencer o discurso moral de que algum atendimento a população devia ser garantido. Para a maioria a suspensão do atendimento para posterior melhoria seria menos danoso que um atendimento precário.¹⁵⁵

Embora os diretores dos hospitais neguem a gravidade da situação, a paralisação de todas as atividades por parte dos estudantes de Medicina da UFBA pode trazer sérias consequências para o padrão de atendimento nos hospitais de Pronto Socorro, Clínicas, Climério de Oliveira e Maternidade Tsyla Balbino. Ontem, mais de 400 estudantes estagiários não compareceram ao seu plantão e, segundo o diretor do Pronto Socorro, duas faltas seguidas ou três alternadas “eliminam o direito de estágio”.¹⁵⁶

A própria Associação Baiana de Medicina acabou reconhecendo a legitimidade do movimento, na medida em que divulgou, de forma envergonhada “o seu ‘reconhecimento’ das dificuldades porque passam os estudantes de Medicina, afirmando que ‘tudo faremos, nos limites da nossa modesta influência, no sentido de que se chegue a uma conclusão’”.¹⁵⁷

Os professores da Faculdade de Medicina da UFBA, embora declarassem que não apoiavam a paralisação, começaram a se pronunciar abertamente a favor das reivindicações dos estudantes, considerando válidas. Segundo afirmavam, o ensino médio na Bahia vinha sendo ministrado com deficiências. Como prova do problema, apontaram que no Hospital das Clínicas faltavam materiais. Além disso, destacaram que a reforma do ensino, com as modificações no currículo e a criação de departamentos, contribuiu para a precariedade do curso de Medicina. Em relação aos convênios com outras instituições, os professores foram unânimes em afirmar que eles eram necessários, do contrário o Hospital não teria como se manter. Mas observaram que

¹⁵⁵ A Escola Baiana de Medicina na época referida fazia parte da estrutura acadêmico-administrativa da UCSAL. Mais informações a respeito, ver: ALMEIDA, Paulo Henrique de. *A expansão recente do ensino superior privado no Brasil e na Bahia*. BAHIA ANÁLISE & DADOS. 2002.

¹⁵⁶ *Tribuna da Bahia*, 6 de junho de 1975.

¹⁵⁷ *Tribuna da Bahia*, 6 de junho de 1975.

fossem feitas mediante a supervisão dos médicos para a seleção dos pacientes, o que não ocorria.¹⁵⁸

Sobre a reforma do ensino, o professor Fernando Carvalho Luz, chegou a afirmar:

A reforma do ensino causou um certo problema, principalmente o que diz respeito ao acúmulo de estudantes, provocando um certo tumulto e, também, o fato de ter havido a criação de um departamento misto, procurando-se arrumar o currículo de acordo com as necessidades dos departamentos. Além do mais, a assistência do INPS não cobre toda a população. É preciso, para que se cumpra bem o atendimento médico sem prejudicar o ensino, que haja um custeio do tratamento dos doentes e uma seleção de casos enviados, a fim de que se possa fazer pesquisas e ensinar bem.¹⁵⁹

A manifestação dos professores denota um apoio implícito. Provavelmente, o apoio não foi aberto em decorrência do medo da repressão. Ao mesmo tempo, as declarações dos professores nos fazem retomar a questão da reforma do ensino universitário promovido durante a ditadura civil-militar. Como observamos no primeiro capítulo, de acordo com Rodrigo Patto Sá Motta, a reforma universitária, em alguma medida, representou a face modernizante do regime. Entre 1964 e 1967, embora a prioridade do governo fosse reduzir gastos, foram investidos recursos nas demandas de modernizar atividades de ensino e pesquisa. Um dos investimentos mais significativos foi a expansão das bolsas de pesquisa das agências federais, tendência que acompanhou o aumento de cursos de pós-graduação no Brasil.¹⁶⁰

O caso da crise do ensino médico da UFBA, que já vinha se arrastando desde, no mínimo, o início da década de 1970 indicam os limites dessa modernização. Na Bahia, ao que parece, os investimentos eram mais escassos e a reforma do ensino, aplicada sem o investimento necessário, deixou a situação do “ensino médico” ainda mais precária.

¹⁵⁸ *Tribuna da Bahia*, 11 de junho de 1975.

¹⁵⁹ *Ibid.*

¹⁶⁰ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p. 81.

Um estudante do sexto ano de Medicina, que preferiu não se identificar, apontou alguns aspectos da crise, citando como exemplo o problema que girava em torno da disciplina Neurologia. Segundo ele, as outras disciplinas enfrentavam deficiências semelhantes.

Não estamos aprendendo nada de Neurologia, de nada valendo o esforço do professor, pois contamos com oito leitos para atender às necessidades de aprendizagem de 27 estudantes, um médico residente, dois médicos estagiários e cinco médicos internos. [...] A enfermaria de Neurologia funciona juntamente com a de Ortopedia que, por incrível que pareça, possui 16 leitos. Não temos o mínimo de material necessário e o ensino não está sendo feito na enfermaria. Um ambulatório com oito metros quadrados não oferece o mínimo de condições para que o estudante aprenda alguma coisa. Tudo isso vai de encontro às normas da Organização Mundial de Saúde, que entre outras coisas diz que deve haver dois doentes para cada aluno.¹⁶¹

A reforma, através do Decreto nº 1252, definiu os departamentos como subunidades básicas das universidades. “Aos departamentos caberia a elaboração dos planos de trabalho, com a atribuição de encargos de ensino e pesquisa aos docentes”¹⁶². Mas, sem os investimentos necessários, a criação de departamentos na UFBA tornou-se um problema, como foi apontado linhas acima. Nesse sentido, a greve de medicina da UFBA pode ter representado, também, os limites da modernização autoritária do regime militar, usando a expressão proposta por Motta.

Retomando as declarações de apoio ao movimento dos estudantes de Medicina da UFBA, é importante dizer que elas se estenderam e ultrapassaram os limites territoriais baianos. Segundo consta no jornal *Tribuna da Bahia*, foi informado na assembleia geral permanente que os grevistas também receberam apoio da Faculdade de Ciências Médicas de Pernambuco.¹⁶³ Os estudantes de Brasília também prestaram solidariedade aos grevistas baianos.

Reconhecendo as dificuldades que ora atravessa a Faculdade de Medicina da UFBA, e sentindo nestas mais uma causa de nossa badalada Reforma Universitária, as denúncias feitas através da “Carta

¹⁶¹ *Tribuna da Bahia*, 11 de junho de 1975.

¹⁶² *Ibid.* p. 79.

¹⁶³ *Ibid.*

Aberta”, vêm compatibilizar-se com as dificuldades e deficiências universitárias brasileiras, que se acentuam em maior número nas faculdades de Medicina, como mostram os tão censurados noticiários do dia-a-dia. É nossa meta e dever lutar e continuar lutando para um ensino melhor e mais voltado para nossa população. Por isso entendemos como obrigatória e necessária a união dos estudantes em torno de problemas e objetivos que são comuns, e é por isso que os alunos de Medicina da Universidade de Brasília com esta nota e com a divulgação por todo *campus* de vossa carta aberta, solidariza-se integralmente com a luta dos companheiros da UFBA, através de nossos órgãos representativos. Concordamos com nossos colegas da UFBA, quando acentuam a decadência do ensino médico brasileiro e seu total distanciamento dos anseios e necessidades da população. Vemos aí que as medidas tomadas pela cúpula diretiva visa sempre a economia de verbas como resoluções simplistas. Vemos ainda que essas medidas levam a deformações no ensino e cujas consequências são visíveis:

- Formação de médicos para atender apenas às parcelas da população que podem pagar pela saúde;
- Ensino qualitativamente deficiente por não está voltando para as verdadeiras necessidades de saúde da população incapaz de pagar a uma empresa médica privada.

Finalizando, reiteramos nosso apoio à todas as reivindicações constantes na carta aberta e propomos que se mantenha e se fortifique o intercâmbio de nossas entidades.

Saudações Universitárias.¹⁶⁴

A carta dos estudantes de Brasília ratifica a nossa hipótese de que, dentro das pautas específicas, os estudantes incorporavam problemas que se relacionavam às desigualdades sociais presentes em todo o país. Denunciar a crise do ensino médico e apontar suas consequências para as pessoas que não podiam pagar por atendimentos significa, também, desmascarar as políticas públicas no que diz respeito ao atendimento das necessidades básicas das camadas populares, principalmente no que tange ao acesso à saúde de qualidade.

A teia de solidariedade estudantil foi mais ampla do que se supunha. Portanto, existe uma grande possibilidade do movimento dos estudantes baianos ter inspirado outros movimentos estudantis pelo Brasil.

O movimento não contou com apoio apenas de estudantes, outros setores sociais demonstraram solidariedade. Os estudantes de Medicina receberam moções de apoio do Centro de Estudos e Ação Social e da União de Moradores da Fazenda Grande.

¹⁶⁴ *Triibuna da Bahia*, 17 de junho de 1975.

A União de Moradores da Fazenda Grande, órgão representativo de seus moradores, em virtude da decisão tomada por vocês estudantes de Medicina da UFBA, acha justo e necessário o nosso apoio á paralisação total de atividades decidida em Assembleia Geral. A luta pela manutenção do “Hospital-Escola” e sua ligação com a Faculdade de Medicina e ao MEC interessa aos estudantes, como a toda a população de Salvador, principalmente a seus setores mais pobres. “A Fazenda Grande do Retiro e adjacências são bairros pobres e muitos dos seus moradores não tem direito ao INPS”. [...] Somos, portanto, diretamente interessados nessa luta e também na melhoria do curso médico, através de reformulação do currículo, aumento de recursos humanos e materiais que possibilitem um bom atendimento médico-hospitalar ás camadas baixas da população. Reafirmamos, mais uma vez o nosso total apoio e nos colocamos a disposição para qualquer auxílio que necessitem.¹⁶⁵

Além do apoio das organizações de bairro, alguns indivíduos escreveram cartas ao jornal para expressar solidariedade ao movimento, a exemplo de um servidor hospitalar que escreveu:

Sr Redador:

Não sou estudante, não tenho filho estudante de Medicina nem tenho nada com o assunto. Sou, entretanto, um obscuro e velho servidor hospitalar – que sabe onde as cobras dormem – tenho 60 nos de idade e muitas dezenas de contatos diários com médicos e estudantes de medicina. Sou, ainda, brasileiro e, por isso mesmo, vivendo num País onde se diz existir liberdade de opinião, razão pela qual venho até as colunas do Senhor Redador [...] para pedir a publicação destas linhas simplórias, mas, sinceras.

Tendo sido sindicalizado, há tempo atrás fui testemunha, muitas vezes, da espontaneidade do apoio de estudantes, quando nós, trabalhadores, reivindicávamos melhores salários, naqueles duros tempos. Achei por bem, nestes dias, trazer até eles, minha humilde solidariedade, quando eles reivindicam melhor ensino médico, mais ciência atualizada, melhor nível de compreensão para seus objetivos, mais hospitais, mais leitos, mais pacientes.¹⁶⁶

A greve dos estudantes de Medicina também foi pautada pelo legislativo estadual e municipal, principalmente através de parlamentares ligados ao MDB. O partido declarou apoio ao movimento, através da coordenação da ala jovem, que “após examinar em reunião simples, o problema dos estudantes de Medicina da Universidade

¹⁶⁵ *Tribuna da Bahia*, 09 de junho de 1975.

¹⁶⁶ *Tribuna da Bahia*, 14 de junho de 1975.

Federal da Bahia, expressou ontem [6 de jun.] publicamente sua irrestrita solidariedade aos universitários, por reconhecimento como justo o movimento [...]”¹⁶⁷.

O apoio, em alguma medida, servia como força de pressão para que as autoridades competentes resolvessem o impasse. Àquela altura foram praticamente obrigados a reconhecer publicamente o problema e apresentar possibilidades de resolvê-los.

Diante das possibilidades de repressão, o apoio dado pelo legislativo parecia constituir uma espécie de “porto seguro”. O deputado pelo MDB Clodoaldo Campos lamentou que “a venerada Escola de Medicina da Bahia, que já foi a melhor e a mais conceituada do país, esteja praticamente sem condições de funcionar, com um curso dos mais irregulares e levando os alunos ao gesto extremo da greve pelo desejo de aprender”.¹⁶⁸ Já o deputado estadual Elquisson Soares, também filiado ao MDB, solicitou sessão para discutir a formação de uma comissão composta de três deputados para mediar a discussão entre os alunos e as autoridades da UFBA. Salientou ainda a necessidade do governador Roberto Santos, intervir no problema, “pois não se pode separar a administração estatal da universitária”, e concluiu afirmando que já existe ameaças de expulsão de estudantes da Faculdade de Medicina que participam do movimento”.¹⁶⁹

Já na Câmara Municipal, a discussão girou em torno da aprovação de um requerimento, com pedido de urgência, proposto pelo vereador mdbista Sérgio Santana. O parlamentar pretendia comunicar às autoridades da UFBA que a casa estava preocupada com a situação que se encontrava o “ensino médico” da Bahia. A grande polêmica que pautou o debate girava entorno da aprovação do “caráter de urgência” do requerimento. Sem consenso, os mdbistas foram derrotados pelos vereadores arenistas, que eram contra o caráter emergencial, embora reconhecessem a gravidade do problema.

O arenista Rubem Amorim, apesar de votar contra a urgência, disse que não se entende estudante de medicina sem hospitais para praticar

¹⁶⁷ *Jornal da Bahia*, 7 de junho de 1975.

¹⁶⁸ *A Tarde*, 7 de Junho de 1975.

¹⁶⁹ *Jornal da Bahia*, 7 de junho de 1975.

o que no futuro servirá para o bem da coletividade. Sua preocupação “não é tão somente por causa dos universitários, mas da população brasileira e em particular da Bahia, uma vez que o Brasil precisa de bons profissionais deste gênero”.

O Vereador Clementino Heitor de Carvalho disse que “não é possível que haja tanta insensibilidade do governo para com o ensino no Brasil. Quando é trazido a casa problema da escola de medicina sou favorável. A situação chegou à humilhação e devemos todos ter a coragem de dizer que a agitação só medra onde existem o erro e a omissão. Quando se fala em subversão, deveria se falar sobre níveis compatíveis de crescimento do país”.¹⁷⁰

A fala dos dois vereadores da ARENA indica que a situação precária na qual se encontrava a educação superior, mais especificamente o ensino médico, virou uma questão substancialmente pública. A Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia gozava de grande tradição e prestígio no país. Foi o primeiro curso de ensino superior do Brasil.¹⁷¹ Ao longo de sua história, a Faculdade de Medicina da UFBA, formou importantes personalidades públicas da Bahia e do Brasil, como Roberto Santos que era governador da Bahia na época da greve.

Além das demonstrações de solidariedade, a greve de Medicina da UFBA parece ter inspirado o movimento de outros cursos. Como foi dito, uma das principais motivações da greve foi a péssima situação em que se encontrava a educação superior, algo que se estendia para a saúde pública. A situação de crise do ensino não era exclusiva da Medicina. Como indica a matéria do *Jornal da Bahia*, os laboratórios básicos de Mecânica e Eletricidade do Instituto de Física da UFBA chegaram a ser fechados:

Professores e chefes de Departamento do Instituto de Física da UFBA reconheceram a necessidade de serem reabertos e equipados os laboratórios básicos de Mecânica e Eletricidade do estabelecimento para que os alunos adquiram o chamado “espírito científico” e não se limite apenas a um conhecimento teórico num curso que deve formar

¹⁷⁰ *Jornal da Bahia*, 07 de junho de 1975.

¹⁷¹ Com a chegada da Família Real ao Brasil em 1808, uma das medidas adotadas pelo Príncipe Regente D. João VI foi acabar com a proibição de cursos superiores no Brasil, para a formação de profissionais liberais. Posteriormente em 18 de fevereiro do mesmo ano, foi criada a Escola de Cirurgia da Bahia que, mais tarde, em 1832, recebeu o nome de Faculdade de Medicina da Bahia. Sobre o assunto, ver, FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 13 edição, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

profissionais capazes de realizar experimentações práticas. Salientam, contudo, que há uma grande carência de professores disponíveis para orientar os alunos nas experiências práticas. E revelam que caso os novos laboratórios fossem implantados, seu funcionamento seria precário e traria enormes prejuízos para o trabalho que o Instituto vem desenvolvendo no sentido de consolidar o setor de pesquisa em Geofísica e Física do Estado Sólido, este último, ainda em projeto, mas que deverá ser criado no próximo ano. [...] Enquanto o impasse evidenciado pelos chefes se mantém, os estudantes vão continuar a pagar com a ignorância o preço de entrar numa Universidade sem a mínima infraestrutura, incapaz de possibilitar um funcionamento satisfatório, compatível com o seu “*status*” de nível superior.¹⁷²

Problemas como falta de espaços adequados para a realização das aulas práticas, bem como carência quantitativa de professores não eram sentidos apenas pelos estudantes de Medicina. Provavelmente todos os cursos que prestaram apoio ao movimento grevista percebiam que a realidade de crise não se restringia à categoria. Estudantes de outros cursos da UFBA sofreram e reclamaram da carência do ensino, a exemplo do alunado do curso de Física, que citamos acima. Os estudantes de Veterinária chegaram a formar comissões para avaliar a situação de seus respectivos cursos.

As comissões de estudo encarregadas de levantar as deficiências da Escola de Veterinária deverão estender seu trabalho aos diversos institutos relacionados com o curso, como Matemática, Química, Biologia, Ciências da Saúde, Economia e Ciências Humanas. Os resultados serão apresentados na próxima quinta-feira.¹⁷³

Também houve mobilização por parte dos estudantes de Jornalismo que resolveram realizar uma assembleia geral para discutir os problemas dos cursos.

Os estudantes de Jornalismo, da Escola de Comunicação da Universidade Federal da Bahia, após nomear uma comissão que irá acompanhar o movimento dos universitários de Medicina, resolveram realizar uma assembleia geral na próxima terça-feira, quando serão levantados os problemas relativos à baixa qualidade de ensino em toda

¹⁷² Jornal da Bahia, 29 de abril de 1975.

¹⁷³ Tribuna da Bahia, 6 de junho de 1975.

a Universidade. Eles próprios revelam que “a escola não dispõe sequer de um jornal laboratório, onde poderiam adquirir a experiência prática que a profissão requer”¹⁷⁴

Os fatos apresentados evidenciam que os estudantes de outros cursos da UFBA não se limitaram a prestar solidariedade à greve do curso de Medicina. Provavelmente, as monções de apoio estavam relacionadas à problemas compartilhados por todos os cursos. Desse modo, aproveitaram a iniciativa dos grevistas de Medicina para se organizar e debater os problemas de seus respectivos cursos. Por isso, possivelmente a greve de Medicina lançou o germe do que mais tarde se transformaria em uma greve geral, como veremos no próximo capítulo.

A posição das autoridades do ensino

Toda ação acaba produzindo uma reação. Essa expressão nos ajuda a iniciar a discussão sobre a posição adotada pela reitoria e diretores de departamentos e hospitais. Mesmo correndo riscos, acreditamos que os primeiros passos adotados pelas autoridades da UFBA e dos Hospitais, principalmente o HPES, se traduz em uma reação ao movimento deflagrado pelos futuros médicos.

Segundo reportagem da *Tribuna da Bahia*, Cícero Adolpho, diretor do Hospital das Clínicas participou da assembleia estudantil que decidiu pela decretação da greve. Sentando-se entre os estudantes, teve direito a uma fala de 20 minutos, passando a maior parte do tempo prestando contas de sua gestão. Antes, porém, fez uma “autocrítica”, assumindo que os recursos destinados ao hospital não eram suficientes. Mas o que ficou evidente, a partir da análise dos periódicos, foi à tentativa de esvaziar as críticas feitas pelos estudantes, apresentando uma cortina de fumaça de dados da sua gestão. Outro aspecto foi à confirmação da denúncia dos estudantes sobre o convênio em curso entre o HPES e o INPS. Sobre o assunto, Cícero Adolfo afirmou “que não via inconveniência, esclarecendo tratar-se de uma determinação de cima para baixo, dos altos escalões”¹⁷⁵.

¹⁷⁴ *Jornal da Bahia*, 7 de junho de 1975.

¹⁷⁵ *Tribuna da Bahia*, 5 de junho de 1975.

Segundo descrições do jornalista, na Assembleia dos estudantes, Cícero Adolfo aparentava estar calmo e seguro. No entanto, na sala da diretoria a calma e a segurança foram substituídas pela irritação.

Bastante irritado, o diretor do Hospital, Cícero Adolfo da Silva, entrou na sala da diretoria, gritando: “eu convido toda a imprensa a se retirar do Hospital, imediatamente. Não tenho nada a declarar sobre a paralisação do HPES e quanto às atividades didáticas é com o diretor da Escola”. Em seguida, pegou os repórteres pelo braço, empurrando-os para fora da diretoria¹⁷⁶.

A maioria dos professores se recusou a falar, possivelmente para evitar que fossem responsabilizados pela paralisação das atividades da Faculdade de Medicina da UFBA e dos hospitais a ela ligados. A maior parte dos poucos que opinaram apresentaram opinião contrária à decisão dos alunos, acusando-a de ilegal. Diziam que a greve só iria contribuir para um maior atraso do curso. Entretanto, como demonstrado anteriormente, alguns professores, embora dissessem não concordar com a paralisação, reconheciam as deficiências do “ensino médico”. Falando sobre o problema, o professor Adeodato Filho – membro do Conselho Departamental da UFBA – declarou ao jornal que noticiou:

Embora não quisesse falar sobre essas razões, o professor Adeodato após certa insistência, declarou ser uma das razões “a incapacidade do Hospital das Clínicas atender bem os estudantes, que estão se sentindo soltos, sem campo de trabalho”. Procurando justificar essa opinião, o chefe do Conselho Departamental da UFBA salientou ter sido o Hospital construído com capacidade para atender 80 alunos e, atualmente, este número se elevou, contando inclusive com estudantes de Nutrição, Enfermagem e outros¹⁷⁷.

¹⁷⁶ Ibid.

¹⁷⁷ *Tribuna da Bahia*, 5 de junho de 1975.

A repressão ainda era algo muito presente na sociedade e entre os ativistas sociais. Essa conjuntura de distensão política¹⁷⁸, com o ressurgimento do Movimento Estudantil,¹⁷⁹ foi mesclada com prisões e perseguições. Então a ordem do dia continuava sendo: “todo cuidado é pouco!”. Portanto, como já foi destacado, não é nenhuma surpresa que a maioria dos professores não tenha assumido, publicamente, nenhuma posição. Mas os jornais foram taxativos quanto à posição contrária dos professores em relação ao movimento dos estudantes. Analisando cuidadosamente as reportagens, percebemos que foi ínfima a quantidade de professores que se posicionou de alguma maneira. A pesquisa nos permitiu identificar o Diretor do Hospital das Clínicas, Cícero Adolfo e um membro do Conselho Departamental da UFBA, Adeodato Filho. O primeiro foi claramente contrário e o segundo reconhecia as deficiências do ensino e que “até certo ponto” os estudantes tinham razão¹⁸⁰. Não era pra menos que os poucos professores que tornassem sua opinião favorável ao movimento dos “rapazes”¹⁸¹ de Medicina resguardassem alguma cautela para evitar a repressão.

No entanto a situação de crise, sentida tanto por estudantes quanto por professores, nos leva a questionar: como a maioria do corpo docente do curso de Medicina poderia estar contrária a um movimento que reivindicava melhorias no “ensino médico”? As escolhas políticas dos indivíduos podem não ser necessariamente ditadas pelo seu *status* sócio profissional. Muitas vezes as pessoas se posicionam de maneira contraditória às suas necessidades materiais.¹⁸² No caso específico dos professores da UFBA, se nos ativermos acriticamente às matérias jornalísticas, teremos a impressão de que a categoria estava indo na contramão de seus interesses, visto que a precariedade denunciada pelos alunos também era sentida pelos docentes.

Contudo, analisando acontecimentos anteriores percebemos que a situação não era tão simples. Em 1971 os próprios professores elaboraram um documento que

¹⁷⁸ A exemplo de: POERNER, op. cit. GONZALEZ, Maria Victoria Espiñeira. *O Partido, a Igreja e o Estado*. EDUFBA, Salvador, Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, 1997. E, SANTOS, Nilton (ORG.). *História da UNE – Volume I: depoimentos de ex-dirigentes*. São Paulo: Livramento, 1980.

¹⁷⁹ A respeito ver, OLIVEIRA, Antonio Eduardo Alves de. *O Ressurgimento do movimento estudantil baiano na década de 70*. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. UFBA, 2002.

¹⁸⁰ *Tribuna da Bahia*, 5 de junho de 1975. A nossa pesquisa utilizou inicialmente a farta cobertura jornalística dos eventos estudados, seguindo dois critérios básicos, oferta de coleções e qualidade. Nesse sentido fizemos o levantamento dos periódicos: *Jornal A Tarde*, *Jornal da Bahia* e *Tribuna da Bahia*.

¹⁸¹ *Tribuna da Bahia*, 5 de junho de 1975. Esse termo “rapazes” foi utilizado pelo próprio Adeodato Filho para se referir aos estudantes de medicina.

¹⁸² RÉMOND, René. Do Político. In: _____. Por uma história política. Rio de Janeiro. FGV, 2003. p. 446.

classificava a situação do curso de medicina como a mais negativa de sua história. Como é possível que em 1975, em situação semelhante, a maioria dos professores tenham se posicionado contra?¹⁸³

Em matéria do dia 5 de junho o *Jornal da Bahia* trouxe uma reportagem informando que os professores de Medicina, questionados a respeito da decisão de paralisação dos estudantes, manifestaram-se contra. “Os professores de medicina se manifestaram contrários ao movimento. O Dr. Gerson Pinto queria que os estudantes aprofundassem o diálogo com os seus professores. O Dr. Rodrigo Argolo considera greve uma coisa séria. O fato é que ela foi deflagrada”¹⁸⁴

Em outra matéria o jornal se contradisse no que tange ao posicionamento dos professores. Segundo o periódico as duas decisões favoráveis

à causa dos estudantes de Medicina evidenciaram uma tendência ainda não assumida oficialmente pelos professores de apoio e sensibilidade às reivindicações esboçadas, segundo os comentários ontem na assembleia permanente dos alunos¹⁸⁵.

Ao contrário da afirmação do periódico, que dizia que a maioria dos professores era contrária à greve, ao mergulharmos na análise do conteúdo das matérias observamos que a afirmação não se sustenta. Ao que tudo indica, poucos professores se posicionaram publicamente, como destaquei acima, ao menos não o fizeram quando falaram para os jornais de grande circulação.

No que se refere à posição da reitoria, observamos que ela estava em sintonia com o diretor do Hospital das Clínicas. Para o reitor Lafayette Pondé, a universidade já vinha adotando diversas medidas no sentido de superar os problemas estruturais do HPES. Em nota oficial, a reitoria expressou a estratégia de desconstruir as reivindicações dos estudantes, omitindo-se em explicar a crise anunciada que se instalou em Medicina. A declaração limitou-se a responder as questões apenas relacionadas ao HPES.

¹⁸³ *Revista Veja*, 18 de junho de 1975.

¹⁸⁴ *Jornal da Bahia*, 5 de junho de 1975.

¹⁸⁵ *Jornal Tribuna da Bahia*, 7 de junho de 1975.

Tendo em vista o noticiário sobre estudantes da Faculdade de Medicina, a Reitoria vem a público prestar os seguintes esclarecimentos:

1. O Hospital continua sendo um hospital-escola e em nenhum momento foi admitida a hipótese de modificar esta atuação.
2. Não deve haver por outro lado, nenhum receio quanto à possibilidade de que venha o Hospital a perder o vínculo com o MEC, haja vista que os recursos para as despesas de custeio do hospital continuam a ser predominantemente oriundas do orçamento desse Ministério. E este vínculo continuará a existir, sem dúvida, não obstante outros recursos que o hospital deva captar através de convênio.
3. A reformulação do Currículo mínimo de qualquer curso da Universidade é prerrogativa do Conselho Federal de Educação. Cabe aos colegiados de Curso estabelecer os Currículos Plenos, sempre dentro das normas emanadas do CFE.¹⁸⁶

Ainda segundo nota, a reivindicação referente aos recursos humanos não correspondia à realidade. Um gráfico produzido pela reitoria apresenta um conjunto de profissionais admitidos em 1973 e 1974 que supostamente supriria a demanda de pessoal na Faculdade de Medicina e no HPES. Aqui observamos uma contradição. O gráfico aponta que não havia problemas no que tange à quantidade de profissionais disponíveis no curso de medicina. Contudo, em momento anterior o mesmo reitor informou que a “administração superior da Universidade” estaria tomando as providências cabíveis para resolver o problema¹⁸⁷.

Sobre o posicionamento do diretor da Faculdade de Medicina – Renato Tourinho Dantas – é relevante pontuar que desde pelo menos o segundo dia de paralisação os estudantes vinham denunciando a sua ausência nas reuniões convocadas pelos manifestantes para discutir a situação do “ensino médico” na UFBA.¹⁸⁸ De acordo com as palavras dos grevistas, o Diretor da Faculdade “tem sido comunicado sempre, mas nunca compareceu a nenhuma reunião”. Segundo eles, é incompreensível que “os principais interessados e responsáveis pela situação se omitam”¹⁸⁹.

A cobertura jornalística nos indica que a “ausência” do diretor pode ser explicada como uma estratégia de adoção de medidas repressivas contra o movimento. A repressão ficou expressa logo nas primeiras declarações das autoridades da UFBA

¹⁸⁶ *Jornal Tribuna da Bahia*, 5 de junho de 1975.

¹⁸⁷ *Jornal Tribuna da Bahia*, 5 de junho de 1975.

¹⁸⁸ Vale lembrar que ao contrário do Diretor da Faculdade de Medicina, Dr. Renato Tourinho Dantas, o Diretor do Hospital Escola, Cícero Adolfo, chegou a participar de parte da assembleia que deflagrou o movimento grevista como destacamos em passagem anterior.

¹⁸⁹ *Tribuna da Bahia*, 6 de junho de 1975.

que, direta ou indiretamente, eram contrárias ao movimento dos estudantes. As insinuações feitas pelo diretor do HPES após a confirmação da paralisação das atividades, somada as declarações do diretor da Faculdade de Medicina indicam que não seria fácil para os estudantes continuarem com o movimento grevista.

O Colegiado do Curso de Medicina chegou a marcar uma reunião com os estudantes, que seria realizada no dia 06 de junho. Da reunião deveria participar um representante do diretório. No convite, foi apresentada a “ordem do dia”:¹⁹⁰

1. Exame de participação do Diretório no movimento de falta coletiva aos trabalhos escolares dos alunos desta Faculdade;
2. Aplicação do parágrafo único do artigo 199 do Regimento Interno da Universidade Federal da Bahia.¹⁹¹

Os estudantes interpretaram o convite para uma “reunião extraordinária” como o “início das represálias”, uma vez que o artigo do regimento interno citado – Art. 199 – dizia respeito à dissolução dos diretórios pelas autoridades.¹⁹² O Artigo proibia “a realização de qualquer ação, manifestação ou propaganda em caráter político partidário, racial ou religioso, bem como incitar ou apoiar ausências coletivas aos trabalhos escolares”. Em parágrafo único, destacava que “o descobrimento desse artigo poderá levar à pena de suspensão ou dissolução do Diretório em falta, imposta pelos competentes Cursos ou pelo Conselho Universitário”.¹⁹³

Após a assinatura do decreto 477 (de 26 de fevereiro de 1969), considerado por muitos o AI-5 das universidades, as Instituições Públicas de Ensino Superior acabaram adequando sua legislação específica ao decreto. Na prática aconteceu um endurecimento dos regimentos e estatutos das IES. Nesse sentido, o temor dos estudantes da UFBA era real.

No dia 6 de junho os estudantes sentiram ainda mais a ameaça repressiva. Receberam uma circular autorizando o chefe da Monitoria a punir os responsáveis pelo movimento, com base no decreto 477. Outro problema para os estudantes eram as faltas, pois o próprio diretor do Pronto Socorro – Gilson Menezes – salientou que iria apontar

¹⁹⁰ Expressão que aparece em diversas matérias de jornais e atas do Conselho Universitário da UFBA, que pode ser definida hoje como pauta principal ou apenas pauta da reunião.

¹⁹¹ *Tribuna da Bahia*, 6 de junho de 1975,

¹⁹² *Tribuna da Bahia*, 6 de junho de 1975.

¹⁹³ Regimento Interno da UFBA, Decreto Nº 64.899 em 31 de julho de 1969.

as faltas dos estudantes que não comparecessem ao estágio, seguindo o regulamento do Hospital. Em linhas gerais, o regulamento definia que os estagiários que obtiverem duas faltas seguidas ou três alternadas estariam automaticamente eliminados do estágio.

Negociações e final da greve

Diante das investidas repressivas e sentindo-se cada vez mais encurralados, os grevistas resolveram negociar o fim da greve. O processo de negociação foi tenso, marcado por avanços e recuos. A partir do dia 11 de junho a imprensa baiana passou a veicular informações acerca das negociações para o final da greve.

Após quatro dias de paralisação mediante pressão dos estudantes e, em alguma medida, da sociedade baiana, o reitor Lafayette Pondé, se reuniu com os universitários. Segundo a *Tribuna da Bahia*, na reunião o reitor assegurou que não adotaria nenhuma medida repressiva, por não classificar o movimento como grevista. Segundo o periódico, “o reitor analisou um por um os pontos da Carta aberta da Assembleia Geral Permanente, anunciando algumas medidas de competência da reitoria e garantindo interferir junto a outros órgãos que as providências sejam tomadas, visando a normalização do ensino”. Entre as promessas, destacou que as obras de construção da Faculdade de Medicina seriam reiniciadas de imediato, alegando que o reinício já estava previsto para o segundo semestre. No entanto, não definiu o prazo de conclusão. No que diz respeito ao reequipamento e estoque de material de laboratório, Centro Cirúrgico, Farmácia, Radiologia etc., o reitor destacou que já estava trabalhando para atender a todas as solicitações. Quanto à ampliação do hospital escola e ao funcionamento dos convênios com outros hospitais com orientação para os alunos que os frequentam, informou que se reuniria com o Diretor da faculdade de Medicina para designar professores da própria unidade.¹⁹⁴

Ainda de acordo com a *Tribuna da Bahia*, os estudantes consideraram que o posicionamento do reitor foi “vazio”. “As providências que o reitor diz ter tomado para solucionar o problema nada de novo acrescentam. [...] Nada de novidade foi

¹⁹⁴ *Tribuna da Bahia*, 11 de junho de 1975.

apresentado”.¹⁹⁵ Diante do impasse, resolveram convidar o Diretor do Hospital das Clínicas, mediante ofício, para que assumisse “um compromisso oficial” sobre as possíveis soluções.

Sr. Diretor da Faculdade de Medicina: Diante do pronunciamento do magnífico reitor, no dia 09/06/75, a respeito da situação do ensino médico em nossa faculdade, ficou caracterizada a responsabilidade que cabe a V. Sa., em solucionar o problema. [...] A Assembleia Geral Permanente dos Estudantes de Medicina resolve convidar V. Sa., a participar de uma reunião no dia 11/06/75, às 15 horas, no anfiteatro do Hospital professor Edgard Santos, oportunidade em que tomará conhecimento das soluções propostas por V. Sa., soluções estas que determinarão o retorno às nossas atividades normais.
Saudações estudantis dos Estudantes de Medicina da UFBA.¹⁹⁶

No dia seguinte, 10/06, o reitor voltou a se reunir com os representantes estudantis, fato que sugere que a greve já estava incomodando em demasia as autoridades universitárias. No encontro, Lafayette Pondé reforçou a promessa de atendimento às reivindicações, concluindo que o movimento era “sério e justo”.¹⁹⁷

Durante o encontro, aguardado pelos participantes da assembleia de estudantes reunida pouco antes, o Sr. Lafayette Pondé assegurou que nenhuma forma de repressão será adotada pela reitoria afirmando, após a conversa com os estudantes universitários, desconhecer certas reivindicações, inclusive a falta de professores. Concluindo os entendimentos, o reitor pediu aos alunos “um voto de confiança”. No entanto admitiu não poder concluir as construções, mas prometeu acelerá-las. Terminada a reunião, o reitor pediu aos universitários que retornassem às aulas, ao que os representantes estudantis responderam que levaria à consideração dos colegas o diálogo, mesmo porque haviam assumido um compromisso, não só entre si, mas com a comunidade de Salvador.¹⁹⁸

Depois do segundo encontro com o reitor, os estudantes marcaram para o dia 11/06 uma reunião da Assembleia Geral dos Estudantes de Medicina para debaterem a continuidade ou não da greve. Durante o evento, receberam de um suposto funcionário da reitoria, um recado da secretária do Reitor pedindo que comparecessem à reitoria

¹⁹⁵ Ibid.

¹⁹⁶ Ibid.

¹⁹⁷ *Tribuna da Bahia e A Tarde*, 11 de junho de 1975.

¹⁹⁸ *A Tarde*, 11 de junho de 1975.

para uma nova conversa. Os estudantes responderam que só compareceriam mediante ofício. Atendendo as exigências estudantis, o Reitor enviou ofício marcando uma reunião para aquele mesmo dia à tarde. “Do encontro, participaram dois representantes dos alunos, o Reitor e o Diretor do Hospital das Clínicas, Cícero Adolpho”. O Reitor voltou a reafirmar as promessas de que trabalharia para atender às demandas estudantis que competiam a ele.

Na reunião foi elaborado um documento pelo Conselho Departamental da Faculdade de Medicina. Após o encontro e a elaboração do documento, os estudantes acenaram para o retorno às atividades, desde que o documento fosse oficializado.

Considerando o documento como um triunfo apenas teórico, os estudantes querem que o mesmo seja oficializado pelo Ministério da Educação e Cultura, Reitoria da UFBA, Secretaria da Educação e Cultura, Câmara de Graduação, redes hospitalares de Salvador, Instituto de Ciências da Saúde e outros órgãos vinculados ao Ensino Médico. Pedem inclusive que esses organismos assumam o compromisso de não reprimi-los.¹⁹⁹

As exigências dos estudantes apontam para um nível organizativo surpreendente, demonstrando que eles não seriam levados apenas pelos discursos. Ao contrário, durante as negociações para o fim da greve, adotaram a tática de solicitar a oficialização das promessas feitas por parte das autoridades, visando se proteger, ao máximo, das possíveis medidas repressivas. Ao mesmo tempo, provavelmente, a tática tinha a finalidade de documentar todas as promessas feitas para que pudessem cobrar mais tarde, caso não fossem cumpridas.

No dia 13 de junho os estudantes de Medicina já estavam certos de que iriam voltar às aulas, mas dois fatos modificaram completamente as expectativas: primeiro, os diretores do instituto se recusaram a abonar as faltas dos alunos; segundo, a Comissão Paritária, recomendada pelo Conselho Departamental não pode se reunir por ter sido proibida pelo reitor, evidenciando que as promessas de não repressão, feitas por ele dias antes, eram duvidosas.

¹⁹⁹ *A Tarde*, 12 de junho de 1975.

Durante toda a manhã de ontem, notava-se a alegria dos estudantes quando tiveram confirmação de ter sido instalada a comissão paritária formada por quatro estudantes, pelo diretor do HPES, [pelo] diretor da Faculdade de Medicina, [por] um membro do Colegiado de Curso e [por] um representante do ICS , às 14 horas. Os estudantes acharam que faltava pouco para ser decidido o retorno às aulas. Bastava apenas a comissão oficializar as reivindicações e os diretores de institutos ou Reitoria abonar as faltas. O otimismo dos estudantes, pouco a pouco, foi se desfazendo. Inicialmente, os diretores do Instituto de Ciência da Saúde, Biologia e Física alegaram que não poderiam abonar faltas às aulas e que só quem poderia fazer isto era a reitoria. Imediatamente, os alunos de medicina da UFBA procuraram entrar em entendimentos com o Reitor Lafayette Pondé, buscando uma solução para o caso, mas este anunciou, através de uma secretária, que abono às faltas competia aos diretores dos institutos.²⁰⁰

Logo, os estudantes alegaram que a atitude dos diretores e da reitoria parecia se constituir em uma “jogada psicológica”: “Ficam nos mandando de um lado para o outro e não resolvem nada. Isto é mais uma jogada psicológica para conter nossa força”.²⁰¹

Além da recusa do abono das faltas, os estudantes foram noticiados de que os quatro representantes estudantis convocados para a reunião da comissão paritária não poderiam mais participar, pois o diretor da Faculdade de Medicina havia recebido um documento do Reitor que proibia a instalação da comissão, por considerá-la extra-regulamentar. Com isso, a decisão de retorno às aulas foi abortada. Para os estudantes, “esta era a única saída que tínhamos para o retorno às aulas. A instalação da comissão foi proposta pelo conselho departamental e iria oficializar a ‘carta-aberta’ como guia para o atendimento a todas as nossas reivindicações”²⁰².

Cícero Adolpho, diretor do Hospital das Clínicas, deixou evidente, em entrevista à *Tribuna da Bahia*, que ele também não estava de acordo com a presença da representação estudantil:

Me recusei a reunir por causa dos termos indelicados do documento de reivindicações dos estudantes. Os estudantes costumam ditar as ordens e encarei o documento deles como pressão, coisa que não

²⁰⁰ *Tribuna da Bahia*, 14 de junho de 1975.

²⁰¹ *Ibid.*

²⁰² *Ibid.*

admito, pois nesta idade (apontou para os seus cabelos grisalhos) nunca fui pressionado.²⁰³

Ao que parece, parte das autoridades não se sentiam confortáveis com a pressão estudantil, embora, muitas vezes, fossem negligentes diante do problema. O fato dos estudantes porem a nu os problemas enfrentados e cobrarem, de forma veemente, que as autoridades competentes os solucionassem, foi interpretado pelo Diretor do Hospital uma mera “pressão” indelicada de alunos mau acostumados a “ditar ordens”.

Em que pese o incômodo gerado em algumas autoridades do “ensino médico”, durante o processo de negociação os estudantes procuraram estabelecer as condições de retorno das atividades escolares, entre elas, a anistia integral de qualquer tipo de punição a qualquer estudante participante da greve, seja por parte da Universidade ou de qualquer outro órgão e mesmo instituição externa.

Como vimos, durante toda a greve os estudantes lançaram mão de táticas visando burlar a repressão, a exemplo da assembleia permanente. A adoção da medida visava minimizar a possibilidade de aplicação da legislação autoritária. Apesar das tentativas de dificultar a ação repressiva, em nenhum momento desconsiderou-se o risco de punições. A própria ameaça de dissolução do Diretório Acadêmico do curso de Medicina era um forte indicativo dos riscos aos quais estavam expostos. Ademais, o Conselho Departamental estava disposto a julgar individualmente os estudantes responsáveis pela paralisação das aulas.²⁰⁴

Em alguns momentos, a repressão parece ter afrouxado, suspendendo-se a adoção de medidas autoritárias contra o movimento. No entanto, nem todas as autoridades ligadas ao “ensino médico” pareciam estar dispostas a aliviar.

O colegiado de cursos e o Conselho Departamental da UFBA reuniram-se ontem para apreciar a paralisação das atividades dos estudantes de Medicina, mas desistiram de adotar qualquer medida punitiva. Na ordem do dia, estava previsto o exame da aplicação do dispositivo do regulamento da Universidade que prescreve a dissolução do Diretório Acadêmico que participar de movimentos de

²⁰³ *Tribuna da Bahia*, 14 de junho de 1975.

²⁰⁴ *Jornal da Bahia*, 7 de junho de 1975.

faltas coletivas. O diretor do Pronto Socorro, contudo, numa decisão unilateral, anunciou que havia registrado a falta de todos os estagiários, anteontem e ontem, o que, segundo as normas do estágio, implica em afastamento dos estudantes dos plantões.²⁰⁵

Apesar dos impasses, no dia 18 de junho os estudantes voltaram às aulas. A decisão foi tomada após se reunirem com o diretor do Departamento de Assuntos Universitários do MEC – Edson Machado.

Após a reunião, Edson Machado buscou, em alguma medida, desqualificar o movimento grevista. Afirmou que o Governo reconhecia as deficiências do ensino universitário, especialmente na área médica. “A própria comissão de Ensino Médico já disse isto por escrito em diversos relatórios. ‘Reclamar então, não é mais novidade’”.²⁰⁶ Mais adiante, o diretor destacou que paralisar as atividades não era a melhor forma de fazer reivindicações. Em suas palavras:

Para os estudantes, hoje é muito fácil fazer reivindicações sem atingir extremos como a paralisação das aulas. E que providências como a locação de recursos para reforma das enfermarias e contratação de professores já estavam sendo tomadas desde o final do ano passado, tomando como base não o memorial enviado pelos estudantes da UFBA, mas, dois relatórios elaborados pela Diretoria da Faculdade de Medicina encaminhado pela reitoria.²⁰⁷

Claramente, as palavras de Edson Machado visavam desqualificar o movimento, indicando que a paralisação foi desnecessária. Ao apontar que, antes da paralisação, as autoridades já estavam trabalhando para melhorar o “ensino médico”, provavelmente o diretor quis indicar que as possíveis reformas que seriam feitas após a greve não representavam uma vitória do movimento, visto que, as providências já estavam sendo tomadas antes dele. Ele fez questão de reforçar que os problemas seriam solucionados com base nos relatórios da Diretoria da Faculdade de Medicina, não no memorial feito pelos estudantes. Nesse sentido, observa-se um certo reforço da autoridade e uma

²⁰⁵ *Jornal Tribuna da Bahia*, 7 de Junho de 1975.

²⁰⁶ *Tribuna da Bahia*, 17 de junho de 1975.

²⁰⁷ *Ibid.*

tentativa de esvaziar o movimento estudantil que, segundo Edson Machado, foi desnecessário e objetivamente não obteve nenhuma vantagem. Supostamente, as reformas já estavam pautadas pelas autoridades no ano anterior à greve.

Apesar disso, os estudantes não deixaram de perceber a força do movimento e voltaram às aulas sem “renegar reivindicações”. Em alguma medida, tinham consciência de que as promessas feitas durante as negociações não seriam todas e/ou plenamente atendidas e que a luta continuaria, mesmo com o retorno às aulas. Em última assembleia, realizado na tarde do dia 17 de junho, “declararam-se satisfeitos principalmente com o processo de conscientização desencadeado entre os alunos”.²⁰⁸

Mesmo voltando às aulas pretendem continuar em constante questionamento das atividades didáticas pois estão convictos da justeza de suas reivindicações. O clima da reunião ontem não era de euforia, mas, refletia o amadurecimento das decisões tomadas e a análise cuidadosas de todos os fatos, feita em conjunto por todos os alunos que nestas duas semanas lotaram diariamente o anfiteatro do Hospital das Clínicas. O desânimo e os temores de alguns alunos eram logo suplantados pela certeza da maioria de sua força. Todos, entretanto, estão dispostos a continuar a luta, a permanecer alerta no encaminhamento de suas reivindicações que visam exclusivamente a qualidade do ensino médico e a formação de profissionais que em sem trabalho vão manipular a saúde e a vida humana. [...] Voltamos às nossas atividades didáticas porque confiamos em nós, estudantes de medicina, porque estamos cientes da nossa força, e da nossa capacidade de levarmos adiante o nosso movimento. Voltamos também, dando um voto de confiança ao Conselho Departamental e a todos os professores na esperança de nos aliarmos numa luta mais ampla que foi reconhecida comum: a falta de verbas para o ensino que decorre de uma má distribuição de verbas do País, em que as prioridades, decididamente, não são para a Educação e a Saúde.²⁰⁹

O pronunciamento pela Assembleia Permanente dos Estudantes de Medicina da UFBA, feito imediatamente após a decisão de terminarem a greve, indica que, após avaliarem o movimento, observaram que, mais importante do que os compromissos firmados por parte das autoridades para a melhoria do ensino médico, foi a força

²⁰⁸ Ibid.

²⁰⁹ Ibid.

adquirida pelos estudantes, que continuariam mobilizados em prol das melhorias do ensino superior. Força esta que será mobilizada no segundo semestre, em uma nova greve estudantil, que será analisada no próximo capítulo.

CAPÍTULO 3 – “AGORA É GERAL!” A GREVE CONTRA O JUBILAMENTO NA UFBA

De 23 de setembro a 27 de outubro de 1975 a Universidade Federal da Bahia foi sacudida por mais uma greve estudantil, desta vez envolvendo a maioria dos cursos. Inicialmente, a greve foi deflagrada pelos estudantes de Geologia e Geografia, em assembleia realizada no dia 23 de setembro, mas, gradativamente os outros cursos aderiram ao movimento.

A greve teve como questão central, mas, não única, a eliminação do jubramento que foi instituído pelo Decreto Lei 464, aprovado em 11 de fevereiro de 1969, sofrendo modificações ao longo dos anos. Em linhas gerais, o decreto Lei estabelecia o seguinte:

Na forma dos estatutos e regimentos será recusada nova matrícula nas instituições oficiais de ensino superior ao aluno que não concluir o curso completo de graduação, incluindo o primeiro ciclo, no prazo máximo fixado para a integralização do respectivo curso, estabelecendo em seu parágrafo primeiro que: o prazo máximo a que se refere esse artigo será estabelecido pelo Conselho Federal de Educação quando for o caso de currículo mínimo, devendo constar no estatuto ou regimento na hipótese de primeiro ciclo e de cursos criados na forma do artigo 18 da Lei 5.540 de 29/11/68. Não será computado no prazo de integralização de ciclo ou curso o período correspondente a trancamento de matrícula feito na forma regimental.²¹⁰

Para os alunos, o jubramento representava “uma forma de transferir a responsabilidade das condições precárias de ensino para o estudante”²¹¹. No entendimento do alunado “a implantação de novas formas de jubramento virá a agravar a segurança do estudante que fica a partir de agora sujeito a ser desligado da Universidade”.²¹² Além disso, alegavam que o método era utilizado para conter o “inchamento causado pelo reduzido número de vagas em todos os cursos, frente a uma crescente procura destas vagas e um elevado índice de reprovação, sobremaneira nos

²¹⁰ *Jornal da Bahia*, 30 de setembro de 1975.

²¹¹ *Tribuna da Bahia*, 02 de outubro de 1975.

²¹² *A Tarde*, 25 de setembro de 1975.

Institutos Básicos, como o de Matemática e Física”.²¹³ Na contramão dos estudantes, as autoridades universitárias insistiam em manter a prática do jubramento, sob a justificativa de que, como salientou o professor Edson Machado, Diretor do Departamento de Assuntos Universitários do Ministério de Educação e Cultura: “o Governo não pode aguentar dentro da universidade os alunos que não tenham condições de absorver o ensino”. Machado ressaltou ainda, “que a entrada na Universidade não garante que o aluno saia dela com um diploma e que os incapazes terão de ser afastados”.²¹⁴ Já para Augusto Mascarenhas – vice-reitor em exercício – o jubramento seria “uma norma para regular a produtividade social da Universidade”, sendo justa e sua aplicação²¹⁵.

Comparando os discursos dos estudantes e o das autoridades universitárias, observamos que enquanto os primeiros lançavam luz sobre o problema da precariedade do ensino, justificando que a falta de qualidade era responsável pelo baixo rendimento de boa parte dos alunos; as autoridades insistiam em legitimá-lo. O diretor do MEC – Edson Machado – chegou a apelar, simplesmente, para as capacidades individuais, mesmo sabendo que a universidade não oferecia as condições estruturais e de ensino mais adequadas. Como ele próprio salientou em conversa com estudantes: “Não me venham dizer que o ensino é ruim, isto eu já sei!”²¹⁶

Embora existissem outras reivindicações, a exemplo da melhoria do ensino, a questão do jubramento foi a responsável pelo principal impasse entre estudantes e autoridades universitárias. Enquanto os acadêmicos diziam que só retornariam as aulas com o fim do jubramento, as autoridades responsáveis pelo ensino superior argumentavam que só dialogariam após o retorno das atividades.

A maioria dos estudantes da Universidade Federal da Bahia mantêm-se dispostos a não retornar as aulas, depois de 18 dias de paralisação, no seu movimento contra o sistema de jubramento e outras reivindicações. Com essa decisão prossegue o impasse, pois, no encontro com representantes da classe, o vice-reitor em exercício, professor Augusto Mascarenhas, condicionou qualquer providência

²¹³ Ibid.

²¹⁴ Ibid.

²¹⁵ *A Tarde*, 10 de outubro de 1975.

²¹⁶ Ibid.

relativa ao temário do movimento ao retorno dos estudantes às aulas.²¹⁷

O presente capítulo tem por objetivo, justamente a análise do desenvolvimento da paralisação que ficou conhecida como greve contra o jubramento e dos seus desdobramentos. O estudo será feito a partir das matérias publicadas por jornais de grande circulação na Bahia.

Desenvolvimento do movimento grevista

Muito antes da deflagração da greve, os estudantes já travavam discussões acerca dos problemas do ensino superior e do jubramento. Como vimos no capítulo anterior, na greve de medicina ocorrida meses antes, o problema do jubramento foi pautado. Mas, em anos anteriores antes mesmo da greve de medicina, o problema já vinha sendo discutido pelos estudantes. Como indica matéria do *A Tarde*:

Desde 1972 os estudantes vêm se manifestando contra a aplicação do jubramento. Como confiamos na vontade das autoridades em solucionar problemas e crises, supomos que a Reitoria tenha tomado conhecimento da questão logo nessa época. De 1972 até hoje já se vão três anos e tanto. O jubramento não desapareceu. Pelo contrário, foram aprovados pela Câmara de Graduação cinco maneiras de eliminar um aluno (além daquela prevista pelo Decreto 464). Duas novas modalidades estão “em estudo” aguardando aprovação.²¹⁸

Diante do problema, em 23 de setembro de 1975 os alunos dos cursos de Geologia e Geografia se reuniram em assembleia geral e decidiram parar suas atividades em prol da luta contra o jubramento e da melhoria do ensino superior. A assembleia foi realizada um dia antes de uma reunião na qual a Câmara de Graduação da Universidade Federal da Bahia decidiria pela aprovação de mais duas novas modalidades de

²¹⁷ *A Tarde*, 11 de outubro de 1975.

²¹⁸ *A Tarde*, 11 de outubro de 1975.

jubilamento. Diante da situação e das deficiências do curso, “os estudantes de Geologia e Geografia da UFBA decidiram [...] pela paralisação das aulas até que suas reivindicações [fossem] atendidas”.²¹⁹

A decisão dos estudantes foi encaminhada a direção do Instituto de Geociências, que após entendimentos mantidos com o reitor Augusto Mascarenhas [vice-reitor em exercício] distribuiu comunicação aos alunos, classificando o movimento de “grevista e ilegal”, além de proibir a utilização das dependências de estabelecimentos para as assembleias gerais.²²⁰

Certamente, já sabendo da possibilidade da acusação pretensamente desqualificante de “grevista”, e provavelmente visando fugir da repressão, durante a assembleia os estudantes fizeram questão de demarcar que “o movimento não tem nada a ver com greve, tratando-se apenas de uma ‘medida que tomamos para reivindicarmos melhorias para o nosso nível de ensino contra o jubilaro na universidade, que este ano vai atingir mais de 500 estudantes”.²²¹

Dois dias depois da paralisação de Geologia e Geografia, os estudantes de Arquitetura aderiram ao movimento. No dia seguinte foi à vez da Faculdade de Economia.²²² Os estudantes de Arquitetura elaboraram e aprovaram um documento para ser encaminhado ao reitor Augusto Mascarenhas, à diretoria da Faculdade e à Câmara de Graduação da UFBA, “relatando os motivos que levaram à paralisação das aulas, além de criarem comissões de trabalho, com o objetivo de divulgar e estudar os problemas que afetam o curso”²²³.

A decisão do curso de Economia foi tomada depois de três horas de reunião onde se decidiu pela marcação de uma nova assembleia para o dia 27 de setembro à noite, quando seria elaborado um documento contendo todas as exigências,

²¹⁹ *Jornal da Bahia*, 24 de setembro de 1975.

²²⁰ *Ibid.*

²²¹ *Tribuna da Bahia*, 23 de setembro de 1975.

²²² *Tribuna da Bahia*, 26 de setembro e 28 de outubro de 1975.

²²³ *Ibid.*

“principalmente com relação ao jubramento, falta de livros e deficiência do currículo”²²⁴.

Seguindo o movimento, no dia 29 de setembro os estudantes de Engenharia, reunidos em assembleia geral, decidiram também paralisar suas atividades. A adesão do curso de Engenharia deixou a Área I da Universidade praticamente toda parada. Segundo matéria veiculada pelo *Jornal da Bahia*, os estudantes “suspenderam o comparecimento às aulas em solidariedade ao movimento que teve início na semana passada no Instituto de Geociências e se alastrou pelas escolas de Arquitetura e Economia”. Ainda de acordo com o jornal:

A decisão dos estudantes de Engenharia ocorreu durante uma assembleia bastante agitada, realizada em pleno sol, em virtude do diretor ter proibido reuniões no recinto da Escola [Politécnica]. Por outro lado, a movimentação estudantil prosseguiu ontem nas escolas paralisadas, com envio de documentos às autoridades, reuniões com professores e a elaboração de programas mínimos para o retorno às aulas. Enquanto outras reuniões foram realizadas em Veterinária, Medicina, Psicologia, outras marcadas para hoje [30/09] em outras unidades.

O jornal *A Tarde* também fez referência à agitação da assembleia, destacando que cerca de 400 alunos decidiram paralisar suas atividades em uma assembleia bastante tumultuada, pois alguns estudantes resistiam à ideia de paralisação das aulas, argumentando que o problema do jubramento não atinge “de modo direto os estudantes de Engenharia”. No final das contas, a proposta de paralisação, “para obter melhores condições de ensino e da força ao movimento pela revogação do jubramento foi reforçada pelos presentes”²²⁵.

No dia 30 de setembro os cursos de Administração de Empresas, Jornalismo e Ciências Sociais aderiram ao movimento reivindicatório por melhores condições de ensino e contra o jubramento. Com a adesão, subiu para 13 o número de cursos com

²²⁴ *A Tarde*, 27 de setembro de 1975.

²²⁵ *A Tarde*, 30 de setembro de 1975.

atividades didáticas paralisadas.²²⁶ De acordo com a *Tribuna da Bahia* as assembleias gerais dos respectivos cursos foram marcadas por muita discussão.

Como sempre acontece nas reuniões de assembleia, houve muita discussão dos problemas referentes ao jubramento e as suas consequências para a vida universitária. Situados todos os problemas e definidas todas as reivindicações necessárias para o curso, os alunos de Ciências Sociais colocaram em votação a proposta de paralisação das atividades, que foi aceita pela maioria presente. Foi decretado, então, o abandono das aulas. Na Escola de Administração de Empresas a reunião de assembleia geral foi iniciada às 10 horas, estendendo-se até as 12:30h. Inicialmente não foi levantada a possibilidade de paralisação das atividades didáticas. Os estudantes estavam dispostos a elaborar um documento contendo reivindicações para o curso. Contudo, momentos depois eles definiram também pela paralisação. Paralelamente, foram criados os grupos de trabalho para atuar junto à diretoria da escola, estudantes e outros cursos.²²⁷

Em 01 de outubro os estudantes de Biblioteconomia, Letras, Biologia, Processamento de Dados e Matemática engrossaram o movimento, paralisando suas atividades²²⁸. No dia seguinte, a Faculdade de Educação, o Instituto de Química, o Instituto de Física, a Escola de Dança e a Escola de Teatro paralisaram, somando-se aos paredistas.²²⁹

No dia 03 de outubro os estudantes dos cursos de Belas Artes e Medicina Veterinária também aderiram ao movimento. “Com esses dois cursos que entraram no movimento estudantil, a maioria das unidades da Federal está sem aulas, e outras poderão paralisar também [...]”²³⁰ Em 06 de outubro os estudantes de Licenciatura em Ciências mergulharam na onda de paralisações.²³¹

Embora não tenham paralisado suas atividades, no dia 08 de outubro os estudantes de Medicina se reuniram em assembleia geral e decidiram “não comparecer

²²⁶ *Tribuna da Bahia*, 01 de outubro de 1975.

²²⁷ *Tribuna da Bahia*, 01 de outubro de 1975.

²²⁸ *Tribuna da Bahia*, 02 de outubro de 1975.

²²⁹ *Tribuna da Bahia*, 03 de outubro de 1975.

²³⁰ *A Tarde*, 04 de outubro de 1975.

²³¹ *A tarde*, 07 de outubro de 1975.

as aulas em escolas que estejam com as atividades paralisadas”.²³² No dia seguinte, os discentes de agronomia engrossaram a greve após o reitor ter pronunciado que não resolveria o problema antes da retomada das aulas.

Encontro com o Reitor não resolveu e Agronomia aderiu. O Vice-Reitor em exercício, Prof. Augusto Mascarenhas disse ontem [09/10] que qualquer solução para o problema do jubramento será tomada com o retorno às aulas. [...] A posição do reitor foi definida na reunião realizada, durante duas horas, com os estudantes. Os estudantes, ao saírem da reunião, se dirigiram às escolas para informar o resultado das discussões com o reitor.²³³

Em 14 de outubro, o curso de Farmácia também paralisou. Com a adesão do curso, aumentou para 32 o número de cursos paralisados.²³⁴ Fazendo um balanço do processo de paralisação, observamos que no dia 01 de outubro, 1/3 dos estudantes da UFBA estava com suas atividades paralisadas, num total de catorze cursos.²³⁵ Após dez dias de paralisação o número já havia subido para 28 cursos de cinco estabelecimentos: Faculdade de Educação, Instituto de Química, Instituto de Física, Escola de Dança e Escola de Teatro.²³⁶ Após quinze dias de greve, trinta cursos, num total de cerca de 8 mil estudantes, encontravam-se paralisados²³⁷. “Todos firmes no propósito de não encerrar o movimento enquanto não for suspensa a aplicação do jubramento”.²³⁸ No dia 15 de outubro, trinta e dois cursos se encontravam em greve num total de 10. 708 estudantes. Apenas onze cursos encontravam-se em funcionamento, entre eles, Medicina, Direito e Odontologia, embora prestassem apoio aos grevistas.²³⁹

Principais reivindicações

²³² *Jornal da Bahia*, 09 de outubro de 1975.

²³³ *Jornal da Bahia*, 10 de outubro de 1975.

²³⁴ *Tribuna da Bahia*, 15 de outubro de 1975 e *Jornal da Bahia*, 15 de outubro de 1975.

²³⁵ *Tribuna da Bahia*, 01 de outubro de 1975.

²³⁶ *A Tarde*, 03 de outubro de 1975.

²³⁷ *Jornal da Bahia*, 09 de outubro de 1975

²³⁸ *A Tarde*, 06 de outubro de 1975.

²³⁹ *Tribuna da Bahia*, 15 de outubro de 1975.

Em linhas gerais, todos os cursos se organizaram na luta contra o jubramento pela melhoria do ensino superior. Como vimos no capítulo anterior, à greve de Medicina já tinha apontado que os problemas no ensino não se restringiam ao “ensino médico”. Quando a greve contra o jubramento foi deflagrada, cada curso aproveitou para evidenciar os principais problemas que enfrentavam, todos eles relacionados às deficiências do ensino. Assim, com a exposição das condições necessárias para o retorno às aulas pelos estudantes, como veremos adiante não vai ser diferente.

Como pontos comuns, logo nos momentos iniciais da greve os estudantes elaboraram um documento com a finalidade de destacar os problemas que atravessavam todo o ensino superior na UFBA.

Segundo o documento as condições de precariedade do ensino se caracterizavam pela desvinculação das matérias dos institutos com os cursos e a falta de unidade dos próprios cursos, falta de material didático, desaparelhamento dos laboratórios, salas de aula superlotadas, ausência de pesquisas voltadas para os interesses nacionais, deficiência de professores e defasagem entre teoria e prática. Alegam ainda razões quanto ao jubramento, que segundo o documento é uma forma de transferir a responsabilidade das condições precárias de ensino para o estudante. Salientam ainda que a atividade adotada atualmente pelos estudantes tende a se tornar cada vez mais coletiva, englobando cada vez mais cursos. Os estudantes reivindicaram o compromisso oficial da Universidade de suspender imediatamente a aplicação do jubramento e a não adoção de novas modalidades como as que estão em julgamento na Câmara de Graduação. Pedem ainda o abono das faltas e a realização de provas que estavam previstas para este período além da formação de uma comissão paritária de estudantes e professores para fazer cumprir as deliberações de caráter não imediatos tomadas em assembleias e de encaminhar as discussões tendo por objetivo garantir a volta dos estudantes já jubilados.²⁴⁰

No decorrer da greve, todos os problemas pautados continuaram aparecendo nos documentos elaborados pelos cursos que aderiram ao movimento, indicando o diálogo e consenso entre eles que apontavam a precariedade das condições de ensino como o principal problema, ao lado do jubramento.

²⁴⁰ *Tribuna da Bahia*, 02 de outubro de 1975.

Os estudantes de Geografia e Geologia reivindicaram a melhoria no Instituto de Geociências, destacando a necessidade da aquisição de um ônibus para o Instituto, da aquisição de material para aulas de campo e para os laboratórios, como microscópios e estereoscópios. Solicitaram a ampliação física e adequadas instalações para os laboratórios, que deveriam ser equipados com condicionadores de ar. No que diz respeito ao ensino, reivindicaram que todas as disciplinas fossem oferecidas em todos os semestres e a promoção de cursos de férias das disciplinas que estavam “engarrafando” o curso, além de solicitarem a organização de horários compatíveis com os períodos de trabalho dos estudantes, destacando a necessidade de aulas noturnas.²⁴¹

Os estudantes de economia destacaram que só retornariam às aulas quando as seguintes exigências fossem satisfeitas:

Não aprovação das duas novas modalidades de jubramento pela Câmara de Graduação; abono das faltas e remarcação dos trabalhos escolares; garantia de não aplicação de qualquer medida repressiva contra os estudantes e suas entidades; formação de uma comissão paritária de alunos e professores para reformulação do currículo. Enfim, o retorno às aulas está condicionado à extinção do jubramento.²⁴²

Os estudantes de Arquitetura, por sua vez, alegaram que o ensino era precário, especialmente após a implantação da Reforma Universitária, em 1971. Reforçaram que eram contra o jubramento e a reprovação em massa dos alunos do Instituto de Matemática, que teria motivado o afastamento de alguns estudantes. Como condições para o retorno às aulas pediram que lhes fossem assegurados o direito de livre participação, juntamente com os professores, nos debates e deliberações da assembleia permanente, sem medidas restritivas. Pediram que fossem abonadas todas as faltas, provas e trabalhos transferidos. Também solicitaram uma posição da escola, “baseada na análise das atuais condições do ensino, afirmando, claramente, a inadequação do jubramento na atual situação do curso”. Por fim, pautaram que a Universidade

²⁴¹ Tribuna da Bahia, 23 de setembro de 2015; *A Tarde*, 25 de setembro de 1975.

²⁴² *A Tarde*, 29 de setembro de 1975.

assumisse o compromisso público de suspender a aplicação do Decreto 464 aos estudantes de Arquitetura.²⁴³

Os alunos do curso de Ciências Sociais chegaram a fazer um levantamento do problema curricular da escola, especialmente do jubramento. Como exemplo da deficiência do curso citaram o próprio “desleixo de alguns professores que chegam na aula e não fazem nada, limitando-se apenas a dizer que o nosso curso é muito precário e outras coisas mais”. Apontaram também para os problemas como as disciplinas do Instituto de Matemática, a exemplo de Estatística que levava muita gente ao jubramento. “O número de repetentes é cada vez maior. Quando o professor vai dar um assunto diz sempre que isto eu já dei no ano passado a vocês e não adianta reclamações porque não explico mais. E os calouros, como vão aprender?”²⁴⁴.

Os estudantes de Engenharia pleitearam que o programa do curso fosse retomado do ponto em que estavam no início da paralisação. Também solicitaram o abono das faltas das aulas. Reivindicaram o adiamento das provas e trabalhos marcados para o mesmo período, além de solicitarem que fosse assegurada “a comunicação com nossos colegas através de todos os meios de que dispomos, e garantia a não aplicação de qualquer medida punitiva contra estudantes, professores e entidades estudantis”.²⁴⁵

Os alunos de Agronomia, de Cruz das Almas, também elaboraram um documento que foi endereçado à reitoria, contendo as principais condições para o retorno às aulas. Como os demais cursos, foi reivindicada a imediata suspensão do jubramento na UFBA, o abono de faltas, a garantia de nenhuma aplicação de medidas repressivas e a criação de uma comissão paritária para avaliar e reformular currículos, além de outras demandas encaminhadas ao ministro Alyson Paulinelli, da Agricultura, em documento de três laudas em que se explicava situação caótica do ensino na escola de Agronomia”.²⁴⁶

Os estudantes de jornalismo documentaram as diversas falhas e deficiências materiais do curso, destacando que faltavam salas de projeções e slides, projetores, filmadoras, material fotográfico apropriado e condicionado ao trabalho prático de

²⁴³ *A Tarde*, 30 de setembro de 1975. Em linhas gerais, o Decreto Lei Federal 464 de 11 de fevereiro de 1969, entre outras questões, regulamenta o jubramento por tempo de curso.

²⁴⁴ *Tribuna da Bahia*, 01 de outubro de 1975.

²⁴⁵ *A Tarde*, 04 de outubro de 1975.

²⁴⁶ *Tribuna da Bahia*, 10 de outubro de 1975.

turmas mínimas de trinta alunos. “Tudo isso impede, mesmo aos bons professores, ministrarem um curso prático e eficiente”²⁴⁷.

Analisando as reivindicações de cada curso, observamos que as exigências para o retorno as aulas acabaram girando em torno das seguintes questões: extinção do jubramento, abono de faltas, formação de uma comissão paritária para discutir os problemas dos cursos e suas possíveis soluções e adiamento das provas e trabalhos marcados para o período da paralisação. Além disso, foram apontados os principais problemas materiais que enfrentavam, e que impediam o pleno desenvolvimento do ensino aprendizagem.

Nesse sentido a gradativa e volumosa adesão dos demais cursos ao movimento paredista iniciado no Instituto de Geociências também se explica pela situação de crise do ensino vivida pela UFBA em 1975. A luta dos estudantes contra o jubramento, bandeira central do movimento, passa primeiro pelo questionamento das precárias condições estruturais da universidade, como já foi destacada nesse capítulo. Não que aceitassem as outras modalidades, mas para os acadêmicos não tinha validade a definição de critérios acadêmicos, como, por exemplo, bi-reprovação em disciplina para justificar o afastamento de um aluno da universidade.

Formas de resistência

Para verem suas demandas atendidas, os estudantes grevistas lançaram mão de táticas diversas. Destacaram que com a retomada da luta “antijubramento” tornava-se urgente saber que atitudes assumir e definir quais as medidas que deveriam ser tomadas para assegurar vitórias.

Algumas escolas já estão se movimentando em função de definir sua posição e atitude frente ao jubramento: Geologia, Arquitetura, Licenciatura em Ciências, além de Engenharia, que no Seminário

²⁴⁷ Tribuna da Bahia, 15 de outubro de 1975.

Nacional de Estudantes de Engenharias definiu um trabalho antijubilamento em nível nacional.²⁴⁸

Para fortalecer e unificar a luta, o Diretório Central dos Estudantes (DCE) organizou uma Comissão “antijubilamento”, responsável pela articulação dos estudantes. Através dela, no dia em que a greve foi deflagrada, o DCE convocou para o dia 25 de setembro uma concentração em frente à Reitoria. Naquele dia seria julgado o projeto de modificações do Regulamento Geral da Matrícula, que pretendia inserir mais duas novas modalidades de jubilar. Na leitura dos estudantes:

A tentativa [...] significa que a burocracia universitária está em posição de força suficiente para avançar na implantação desse processo. Portanto, é importante para nós estudantes que essa ampliação do jubilar seja sustada, sendo que uma vitória na quinta-feira [25/09] será apenas um passo na luta pela extinção do jubilar. [...] Nosso objetivo deve ser a extinção completa de toda e qualquer forma de jubilar, o que só será concretizado a partir de uma forte unidade entre todos os estudantes. Esta unidade deve começar desde já com a mobilização de todos nós contra o absurdo que é o jubilar.²⁴⁹

As palavras acima evidenciam que um dos meios de manutenção de força do movimento foi o investimento em manter a unidade. Fato que explica as semelhanças nas questões pontuadas pelos cursos que aderiram à greve, como evidenciamos linhas acima.

Essa unidade permitiu a elaboração de diversos documentos direcionados às autoridades responsáveis pelo ensino superior, tanto da UFBA, quanto de instâncias nacionais. No dia 1º de outubro, os estudantes realizaram várias assembleias permanentes e marcaram novas reuniões para o dia seguinte. Durante esse processo, elaboraram um documento que encaminharam ao reitor da Universidade. No documento, apontaram as principais deficiências do ensino universitário na Bahia e reivindicaram soluções. Como mencionamos, entre os principais problemas destacaram: a desvinculação das matérias dos Institutos com os cursos, a falta de unidade dos

²⁴⁸ *Tribuna da Bahia*, 23 de setembro de 1975.

²⁴⁹ *Tribuna da Bahia*, 23 de setembro de 1975.

principais cursos, a falta de material didático, o desaparelhamento dos laboratórios, etc.²⁵⁰

A tática das assembleias permanentes foi adotada com a finalidade de discutir o processo grevista e as medidas de resistência necessárias para terem as demandas estudantis atendidas. Além disso, as constantes assembleias dificultavam a identificação de lideranças. Essa postura, muito provavelmente, tem relação com a experiência da greve de Medicina que, como mencionamos no capítulo anterior, lançou mão dessa tática com o objetivo de burlar as possíveis investidas das forças de repressão.

Além da assembleia apontada acima, no dia 11 de outubro os estudantes dos trinta e um cursos que até aquele momento encontravam-se paralisados, realizaram uma assembleia geral universitária na Faculdade de Arquitetura, “visando uma discussão dos resultados alcançados até o momento e a formação e avaliação das novas diretrizes a serem adotadas”.²⁵¹

O objetivo da assembleia foi levar todos os estudantes e representantes de cada curso a apresentarem as suas posições com relação ao último encontro com o Reitor, quanto este condicionou a solução dos problemas ao retorno às aulas. Vários estudantes, na oportunidade, disseram que se a Reitoria não aceita pressões por parte dos estudantes traduzida na paralisação das aulas, eles também não aceitam pressões da Reitoria. [...] Durante o transcurso da assembleia, todos os representantes das unidades fizeram questão de ressaltar a importância de se fazer um trabalho em todas as escolas, com objetivo de despertar o interesse dos alunos em participar das assembleias nas suas escolas, “pois a força das nossas reivindicações está na nossa união”. Alguns deles chegaram inclusive a afirmar que deveriam pegar os endereços daqueles alunos que não estão participando das discussões e enviar cartas informando os últimos acontecimentos e mostrando a eles o quanto é importante a sua presença nas discussões.²⁵²

Embora não tivesse um caráter deliberativo, a reunião decidiu pela manutenção da greve, sob o argumento de que Reitor se mantinha intransigente impedindo a possibilidade de diálogo. De acordo com estimativas do *A Tarde*, mais de novecentos alunos participaram da assembleia e foram “unânicos em afirmar que não poderiam

²⁵⁰ *Tribuna da Bahia*, 02 de outubro de 1975.

²⁵¹ *Tribuna da Bahia*, 11 de outubro de 1975.

²⁵² *A Tarde*, 13 de outubro de 1975.

condicionar a volta às aulas pela simples promessa do Reitor em resolver o problema de jubramento, uma vez que são sobejamente conhecidas de todos as promessas feitas por ele aos estudantes de medicina, sem que até hoje nada ficasse resolvido”²⁵³.

A fala dos estudantes é ilustrativa de como a experiência vivida meses antes pelos acadêmicos de Medicina serviu para eles avaliarem suas táticas de resistência. Como apontado por eles, os estudantes de Medicina encerraram a paralisação confiando nas promessas das autoridades universitárias. No entanto, na prática, a maior parte delas ainda não havia sido cumprida até aquele momento. Nesse sentido, o movimento contra o jubramento não estava disposto a ceder até que as promessas fossem efetivamente cumpridas.

No dia 17 de outubro ocorreu outra Assembleia Geral Universitária, na Faculdade de Filosofia, em São Lázaro. Dessa vez os estudantes se reuniram para discutir a possibilidade de ampliar o movimento a um nível nacional.²⁵⁴

Além das assembleias gerais, cada curso costumava convocar assembleias para discutirem seus problemas específicos. Em 11 de outubro, por exemplo, os estudantes de Comunicação realizaram uma assembleia. Eles chegaram a convidar os professores, a diretoria e o Coordenador do Departamento de Jornalismo (DJ). Entretanto, os convidados não compareceram. De acordo com o professor Antônio Loureiro de Souza, coordenador do DJ, a recusa se dava, pois, “a discussão em assembleia fica muito generalizada, além do que, participar dessas assembleias seria reconhecer uma situação que até o momento não estava devidamente esclarecida”. Por outro lado, o assessor de Imprensa da Reitoria – Othon Jambeiro – salientou que o reitor havia recomendado que nenhum funcionário da Universidade, fosse ele professor ou diretor, participasse das assembleias, “desde quando a reitoria não as reconhece como atitude legal, pois elas são proibidas”.²⁵⁵

Observamos que as autoridades universitárias, mais uma vez, lançaram mão da autoridade para impedir e fragilizar o movimento dos estudantes, fato que analisaremos mais adiante.

²⁵³ Ibid.

²⁵⁴ *Tribuna da Bahia*, 16 de outubro de 1975.

²⁵⁵ *Tribuna da Bahia*, 15 de outubro de 1975.

Apesar da tentativa de estrangular o movimento, a assembleia ocorreu, mesmo sem a participação de parte dos convidados, algo que foi noticiado pela *Tribuna da Bahia*:

Na oportunidade foi discutido o documento que está sendo encaminhado à Reitoria, Conselho Universitário, Câmara de Graduação e Departamentos do Curso. Em um dos trechos do documento os alunos de Jornalismo apontam as diversas falhas e deficiências materiais [...] ²⁵⁶

Geralmente, após as assembleias os estudantes elaboravam documentos que eram direcionados às autoridades universitárias e continham suas principais insatisfações, bem como as condições para retornarem às atividades. Nesse sentido, diversos documentos foram direcionados à reitoria, bem como ao MEC e ao Senado. ²⁵⁷ Em 29 de setembro, os estudantes de Arquitetura enviaram um documento reivindicatório ao Ministro da Educação, ao Conselho Federal de Educação, ao Conselho Universitário, à Câmara de Educação, ao diretor da Escola, ao Colegiado de Curso, ao Departamento, aos professores e aos diretores de nove unidades da UFBA.

Os estudantes de economia também elaboraram um documento direcionado ao diretor da Escola, contendo as reivindicações que consideravam fundamentais para retornarem às aulas. ²⁵⁸ Os estudantes de Ciências Sociais divulgaram um documento em que fizeram questão de demarcar que a paralisação não possuía nenhum caráter político, implícito ou explícito. Nesse sentido, reforçaram que não deveriam ser responsabilizados “por possíveis distorções que conduzam a falsas interpretações com relação aos nossos objetivos”. ²⁵⁹ Fica evidente, portanto, o esforço dos estudantes em se esquivar das possíveis medidas repressivas.

Os estudantes também chegaram a discutir a possibilidade de elaboração de uma carta aberta, direcionada a todos os setores representativos da sociedade brasileira. “Com isso os estudantes baianos pretendem levar o problema que estão vivendo ao

²⁵⁶ *Tribuna da Bahia*, 15 de outubro de 1975.

²⁵⁷ *Tribuna da Bahia*, 15 de outubro de 1975.

²⁵⁸ *Jornal da Bahia*, 30 de setembro de 1975.

²⁵⁹ *Jornal da Bahia*, 01 de outubro de 1975.

presidente da República, ao ministro da Educação, ao Senado e à Câmara Federal em busca de uma solução”.²⁶⁰

Outro meio de luta encontrado pelos estudantes para fortalecer o movimento e assegurar a unidade pretendida foi o de deixar de fazer as provas. Já no dia 24 de setembro, um dia, portanto, do início da greve, eles deixaram de realizar três provas: duas de Química e uma de Geologia Geral II. “Esta última seria feita por grande parte dos alunos de Ciências Biológicas que, após ouvir a explanação dos estudantes de Geologia e Geografia sobre a natureza do movimento que estão fazendo, decidiram não mais realizar a prova”.²⁶¹

Como foi feito na greve de Medicina, ocorrida meses antes, durante a greve contra o jubileamento, os estudantes procuraram dialogar com outras camadas da sociedade, a exemplo da Igreja Católica. Formaram uma comissão e no dia 3 de outubro estabeleceram contato com o Cardeal D. Avelar Brandão, “solicitando sua colaboração nos entendimentos que estão sendo estabelecidos entre alunos e a Universidade”.²⁶²

Prontamente, o Cardeal aceitou o encargo de mediador entre os alunos e a Reitoria da UFBA. Visando solucionar o impasse, D. Avelar Brandão chegou a elaborar um documento emitindo sua opinião sobre a presença da juventude nas lutas daquele contexto. No documento declarou:

Um dos problemas mais sérios de nossos dias é o de sabermos situar no contexto da realidade local, nacional e universal, a presença justa e extra da juventude. Não é tarefa simples porque de início nos encontramos com dois obstáculos e desafios poderosos: teses que pretendem alijar os jovens da reflexão, equacionamento e decisão das questões universitárias e humanas de nosso tempo ou então a atividade soberana dos jovens de quererem substituir, sem maiores preocupações, o comando das operações no campo raso da luta pela vida cotidiana. Estes dois confrontos, em nosso parecer, seriam prejudiciais à causa do bem-estar social, das conquistas legítimas, que hora a hora se devem alcançar do princípio equânime da integração, a serviço da comunidade. [...] Em face dessa verificação, o que se poderia dizer? [...] De nossa parte, observamos que o problema traz

²⁶⁰ *Jornal da Bahia*, 15 de outubro de 1975.

²⁶¹ *A Tarde*, 25 de setembro de 1975.

²⁶² *A Tarde*, 04 de outubro de 1975.

aspectos delicados que não podemos esgotá-los jamais. Seguem, no entanto, algumas considerações à guisa de contribuição:

- 1) A Universidade, hoje, mais do que antigamente é um pequeno mundo dentro do qual todos os problemas se refletem.
- 2) Criar-se para os estudantes um clima universitário importado, como se não tivéssemos características próprias, necessidades peculiares e culturais específicas, seria cometer-se um crime de lesa pátria.
- 3) Exigir dos estudantes uma atitude servil de apenas serem copistas, sem que se faça apelo ao poder de sua criatividade, em ordem a sua própria formação dos futuros líderes de nosso País, parece-nos desastroso.
- 4) De outro lado, traçarem os estudantes, ao seu modo, as normas que devem ser observadas pelas autoridades do ensino e pelo povo em geral, seria também jogar-se um tributo exagerado à atual alienação dos estudantes daquele tipo ideal do país.²⁶³

Como exploraremos mais adiante, a Reitoria da UFBA estava pouco disposta a ceder às demandas estudantis, mas, procurava de alguma maneira, persuadir os estudantes a encerrarem o movimento e retornarem às aulas. Após tomarem conhecimento da carta do cardeal, Augusto Mascarenhas, reitor em exercício da UFBA, a respondeu com as seguintes palavras:

A interferência de Vossa Eminência no sentido de colaborar para que o obtenha o entendimento capaz de solucionar os problemas que, no momento, perturbam as atividades acadêmicas da Universidade, deixa-nos gratos. [...] Jamais recusaríamos uma solicitação de Vossa Eminência, sobretudo quando se trata de convite ao diálogo. [...] A partir do instante em que os atuais problemas estudantis se apresentam, e em toda sua evolução, sozinho ou acompanhado pelo Professor Edson Machado de Souza, Diretor do departamento de Assuntos Universitários do Ministério da Educação e Cultura e ilustre Membro do Conselho Federal de Educação, dialogamos com alunos do Instituto de Geociências, das Faculdades de Arquitetura, Odontologia, Ciências Econômicas e de Filosofia e Ciências Humanas. Convocamos ao diálogo, de acordo com as suas atribuições regimentais específicas, todos os presidentes do Diretório, inclusive o Diretório Central dos Estudantes. Recusamos, por outro lado, o entendimento pessoal com um grupo de jovens que se diziam do Instituto de Física, uma vez que não poderíamos identificá-los como tal e principalmente porque desacompanhados do seu Diretor, responsável pela referida unidade e autoridade competente para o encaminhamento de qualquer pretensão. Estamos absolutamente certos de que Vossa Eminência compreenderá a impossibilidade de incorremos neste desvio ético e profissional.²⁶⁴

²⁶³ A íntegra do documento pode ser lida no *A tarde*, 08 de outubro de 1975.

²⁶⁴ *A Tarde*, 07 de outubro de 1975.

Além de recusar o suposto aluno do Instituto de Física, o reitor destacou que Edson Machado de Souza e a própria reitoria havia deixado de atender um grupo de jovens que se intitulava representantes da Assembleia Permanente da Universidade. A recusa foi justificada com base na legislação que regia as universidades brasileiras que, segundo o Reitor, não incluía “dentre os órgãos de representação estudantil a assembleia referida, evidencia a impossibilidade da sua existência legal”.²⁶⁵

Embora Augusto Mascarenhas afirmasse estar disposto ao diálogo, suas palavras evidenciam que esse diálogo deveria ocorrer segundo os seus termos e vontade. Apelando para a legalidade, o reitor se recusou, como ele próprio assumiu, a discutir com alguns estudantes as questões que afligiam o alunado e os cursos, denotando arbitrariedade por parte da reitoria.

Além da Igreja, os estudantes buscaram mobilizar outros setores da sociedade baiana. O DCE levou suas manifestações ao grande público, vislumbrando conquistar adesões de amplas camadas para que apoiassem a luta contra o jubramento. Assim como os estudantes de Medicina, também fizeram abaixo assinados. Segundo estimativas da *Tribuna da Bahia*, o DCE conseguiu reunir mais de duas mil e quinhentas assinaturas de vários setores da sociedade apoiando o movimento, como camponeses, parlamentares do MDB, clero, profissionais liberais, donas de casa, entre outros.²⁶⁶

De parte, os estudantes de Arquitetura resolveram organizar uma reunião com os pais e familiares, com o objetivo de garantir “uma maior participação dos pais no incentivo à procura de melhores soluções, e esclarecermos melhor a presente situação e as perspectivas que se colocam”.²⁶⁷

Diante da precariedade de informação da maioria de nossos pais e familiares, a respeito dos motivos que nos levaram à paralisação de nossas atividades didáticas, bem como da maneira como estamos conduzindo os trabalhos, em busca de nossos objetivos, e cientes de

²⁶⁵ Ibid.

²⁶⁶ *Tribuna da Bahia*, 25 de setembro de 1975.

²⁶⁷ *Tribuna da Bahia*, 15 de outubro de 1975.

que uma maior participação dos familiares no incentivo à procura das melhores soluções é importante, convidamo-los a comparecer a uma reunião dia 15 [de outubro], às 20 horas, no auditório de nossa escola, a fim de, juntos, esclarecermos melhor a presente situação e as perspectivas que se colocam.²⁶⁸

A reunião não ocorreu, pois foi proibida de última hora pelo diretor da escola, sob a alegação de que havia recebido ordens da reitoria neste sentido. Fica demonstrado mais uma vez, que as autoridades universitárias tentavam através de vários meios coibir o movimento estudantil. Desse modo, cabe analisar mais detalhadamente o comportamento das autoridades responsáveis pelo ensino superior de forma geral, e da UFBA em particular.

A posição das autoridades

As autoridades responsáveis pelo ensino superior não receberam de bom grado a paralisação dos alunos. Em reunião com os estudantes, o reitor em exercício – Augusto Mascarenhas – reconheceu as deficiências da Universidade e que por isso:

“Desde o momento que passou a exercer o cargo, está trabalhando no sentido de estudar mais de perto os problemas, acrescentando que mesmo que não venha a ser escolhido para Reitor, procurará deixar para o futuro ocupante do cargo o mínimo de condições para que ele possa trabalhar com mais tranquilidade.”²⁶⁹

Após o discurso que tentava imprimir solidariedade à causa dos estudantes, Augusto Mascarenhas disse discordar do instrumento que eles escolheram para protestar, “para ilustrar sua observação lembrou que ele mesmo já foi presidente de

²⁶⁸ *A Tarde*, 15 de outubro de 1975.

²⁶⁹ *A Tarde*, 09 de outubro de 1975.

diretório e já participou de vários movimentos de paralisação de aulas, sem que isto resultasse em qualquer benefício”.²⁷⁰

De várias maneiras, as autoridades tentaram estancar o movimento, sob a justificativa de que não poderiam resolver de imediato a principal reivindicação dos grevistas: a extinção do jubramento. De acordo com Othon Jambeiro, assessor de imprensa da Reitoria da UFBA:

O jubramento é uma lei e só resta à reitoria fazê-la cumprir. [...] advertindo que a atitude dos estudantes universitários de paralisarem as atividades didáticas com o objetivo de modificar uma lei federal em nada resultará, pois somente o Presidente da República tem autoridade para modificá-la. Quanto ao problema de reformulação do currículo e melhores condições de ensino, o professor Jambeiro anunciou que os colegiados de curso e coordenadores estão conduzindo os estudos para encontrar uma solução rápida visando atender às reivindicações dos alunos que ele considera como “justas”.²⁷¹

No que se refere ao abono de faltas e a suspensão das provas e trabalhos durante a paralisação, exigências centrais dos alunos para retornarem às aulas, Jambeiro advertiu:

Eles pretendem abono de faltas e a transferência de data de prova e entrega de trabalho. A figura abono de faltas não existe e só o Congresso Nacional poderá se pronunciar quanto a esse assunto. A transferência de provas e trabalhos é da alçada do Departamento, em conjunto com a Direção da escola. Admitiu ainda que a Reitoria não interferirá nas unidades de ensino que paralisarem, “pois conforme foi amplamente divulgado, o problema deve ser solucionado pelos Coordenadores e Colegiados de Curso”.²⁷²

Podemos notar que se estabeleceu uma espécie de “jogo de empurra” e, sob o argumento legalista, uma tentativa de esvaziar o sentido do movimento, dando a entender que os alunos estavam fazendo exigências que não poderiam ser resolvidas

²⁷⁰ *A Tarde*, 09 de outubro de 1975.

²⁷¹ *Jornal da Bahia*, 30 de setembro de 1975.

²⁷² *Jornal da Bahia*, 30 de setembro de 1975.

diretamente pela UFBA e/ou de forma rápida, sem discussões entre as diversas instâncias da Universidade.

Mas a experiência da greve dos estudantes de Medicina permitiu aos estudantes saberem das possibilidades de verem suas demandas atendidas. Após a declaração do Jambeyro, eles contra argumentaram que o abono das faltas e a remarcação de provas e trabalhos só dependiam do Departamento do curso. Nas palavras de um aluno de Arquitetura: “Quando houve a paralisação em Medicina as faltas foram abonadas sem precisar decreto do Presidente. Acho que o Sr. Jambeyro foi bastante infeliz ou está desinformado”.²⁷³

No que diz respeito ao jubramento, os alunos voltaram a fazer referência às experiências passadas e destacaram:

A maior prova de que a UFBA pode suspender a aplicação do jubramento e recusa de matrícula imediatamente, é a existência de uma resolução tomada pelo Conselho Universitário em 06/12/72 suspendendo a aplicação do Art. 9 da resolução de 25 de novembro de 1971.²⁷⁴

À época, o artigo foi modificado em função da repercussão social que o desligamento em massa acarretaria, “sem vantagem para as atividades de ensino, senão com inteira perda de custos nelas já dispendidas”.²⁷⁵

Fica claro, então, que a Reitoria tem poderes para suspender a aplicação de qualquer artigo, mesmo do regimento geral, em função de objetivos pedagógicos e sociais. “Se em 1972 foi suspenso o desligamento dos estudantes do 1º e 2º ano da Universidade, considerando o grande número de alunos em tal situação e a ‘repercussão social que o desligamento em massa acarretaria’, agora, esses motivos se tornam mais fortes para a suspensão da aplicação do jubramento, que atinge um contingente muito mais numeroso de alunos. Isso sem contar a perda de custos dispendidos na formação de estudantes que estão na Universidade há mais tempo, alguns já próximos do término do curso. Os prejuízos sociais ainda se agravam

²⁷³ *Tribuna da Bahia*, 01 de outubro de 1975.

²⁷⁴ *A Tarde*, 09 de outubro de 1975.

²⁷⁵ *A Tarde*, 09 de outubro de 1975.

quando, com a marginalização dos jubilados decorrente do corte perpétuo do seu acesso ao ensino superior, traz consequências funestas para toda a comunidade.²⁷⁶

Apesar dessas considerações, Augusto Mascarenhas mostrava-se irredutível, dizendo que só negociaria quando os estudantes retomassem suas atividades. “Independente de ser legal ou não, não tomarei nenhuma posição com relação ao jubramento caso vocês não voltem às atividades”.²⁷⁷

Outra forma utilizada pelas autoridades para tentar enfraquecer o movimento, foi a divulgação de retorno às aulas, antes que os estudantes decidissem pelo final da paralisação. O professor Edson Machado – diretor do Departamento de Assuntos Universitários do MEC – chegou a fazer um pronunciamento na televisão assegurando que a partir do dia 06 de outubro os estudantes voltariam às aulas. Destacou ainda, que a Universidade, com o apoio dos órgãos competentes do Governo, garantiria o acesso às aulas a todos que quisessem retornar às atividades discentes. Afirmou que tomaria providências “para coibir práticas atentatórias ao pleno desenvolvimento da normalidade universitária”. Mais adiante, afirmou que “a Universidade fará cumprir fielmente a legislação do ensino, notadamente em relação àqueles alunos que venham a atingir o limite permissível de faltas”.²⁷⁸ Sobre o jubramento, declarou:

Existe disposição efetiva para rever a séria questão do jubramento, que tanto aflige os alunos e seus familiares, e os estudos para sugerir a melhor forma de proceder já foram completados. A Universidade já deu conhecimento disso aos alunos. O Conselho Universitário, órgão competente para decidir sobre o assunto, não pode, porém, chegar a uma deliberação final sem ampla discussão e, sobretudo, como órgão máximo da Universidade não deve deliberar sob emoção das circunstâncias e debaixo de uma pressão que por ser ilegal é absolutamente imprópria.²⁷⁹

As palavras do representante do MEC são emblemáticas por evidenciar, mais uma vez, que as autoridades estavam tentando persuadir os estudantes para que

²⁷⁶ *A Tarde*, 09 de outubro de 1975.

²⁷⁷ *A Tarde*, 10 de outubro de 1975.

²⁷⁸ *A Tarde*, 02 de outubro de 1975.

²⁷⁹ *Jornal da Bahia*, 18 de outubro de 1975.

encerrassem o movimento. Lembremos que Jambreiro, assessor de imprensa da Reitoria, afirmou aos alunos que a alteração do regulamento caberia ao Presidente da República. Edson Machado, por sua vez, delegou ao Conselho Universitário, apelando para a necessidade de uma ampla discussão. Certamente, o diretor do MEC procurava ganhar tempo, na tentativa de convencer os alunos a retornarem às aulas, apelando para o argumento de que o problema não teria solução imediata.

Mas, os alunos queriam muito mais que promessas. Como mencionado, a experiência da greve de Medicina serviu para que eles percebessem as consequências de retornarem às aulas apenas confiando nos discursos das autoridades. Visto que na prática, pouca coisa mudou após o retorno.

As autoridades estavam pouco dispostas a negociar e utilizaram o discurso da autoridade e da ameaça para tentar coibir os estudantes e por freio ao movimento. Entretanto, num primeiro momento, isso não pareceu funcionar. Tanto que, mesmo após o pronunciamento de Edson Machado, outros cursos aderiram à paralisação.

Apoios aos grevistas

Tal qual a greve de Medicina, a paralisação contra o jubramento também recebeu moções de apoio, tanto de estudantes de outras universidades, quanto de outros setores sociais. Assim que a greve foi deflagrada e antes das adesões dos diversos cursos, os estudantes de Geologia e Geografia começaram a receber moções de apoio de vários diretórios acadêmicos da UFBA. Sobre o assunto o Diretório de Medicina – que não chegou a aderir à greve, mas há pouco havia encetado uma luta em favor de melhores condições de ensino, destacou: “A luta não é só dos estudantes de Geologia e Geografia. É de todos os estudantes brasileiros. Damos, portanto, o nosso inteiro apoio à justa causa dos estudantes dispostos a prestar qualquer ajuda que estiver ao nosso alcance”.²⁸⁰

²⁸⁰ *Tribuna da Bahia*, 26 de setembro de 1975.

Os estudantes grevistas da UFBA, tal qual no caso de Medicina, também receberam apoio de parlamentares do MDB. O deputado Aristeu Almeida fez uma análise da crise na qual a UFBA estava inserida, bem como da reforma universitária que, segundo ele, apresentava uma série de deficiências prejudiciais ao corpo discente. Em suas palavras:

A propalada reforma universitária, consubstanciada em “institutos” e outras unidades, para onde os alunos têm que se deslocar, em vez de seus professores irem ministrar aulas nas diversas faculdades, apenas pode ter barateado o custo médio de cada aluno, já que as classes estão sempre cheias. A melhoria do ensino, que era o principal objetivo dos que propugnavam uma reforma, não ocorreu, a não ser em casos isolados.²⁸¹

Além do discurso acima, em seção plenária do dia 15 de outubro, Aristeu Almeida leu um documento elaborado pelos estudantes de Comunicação, sugerindo medidas capazes de contornar a crise na qual o ensino universitário atravessava na Bahia. Novamente, o parlamentar fez um apelo ao reitor Augusto Mascarenhas no sentido de que ele procurasse dialogar com os estudantes, para que o problema fosse solucionado. O documento trazia as seguintes reivindicações:

- 1 – Que sejam abonadas às faltas, remarcados os trabalhos e provas previstos para o período em que as aulas estiverem paralisadas. Essa reivindicação é extensiva a todos os colegas de outras unidades, que, em solidariedade à nossa luta tenham faltado às atividades escolares que nos sejam comuns.
- 2 – Que as aulas sejam reiniciadas em todas as matérias a partir do ponto em que os programas foram paralisados.
- 3 – Que nenhuma medida repressiva seja aplicada contra os estudantes da UFBA, ou quaisquer das nossas entidades.
- 4 – Que não sejam aprovadas pela Câmara de Graduação as duas modalidades de jubramento, bem como sejam suspensas imediatamente as formas existentes.
- 5 – Que seja formada uma comissão paritária da Universidade para estudar o Jubramento, considerado a volta dos alunos jubilados e o nível de ensino na UFBA.²⁸²

²⁸¹ *Tribuna da Bahia*, 02 de outubro de 1975; o discurso também foi publicado no *Jornal da Bahia*, 02 de outubro de 1975.

²⁸² *Jornal da Bahia*, 16 de outubro de 1975.

A paralisação também foi apoiada por estudantes de outros estados do país. A comissão organizadora do Seminário Nacional de Engenharia, em São Paulo, se reuniu com representantes estudantis da UFBA para criar meios de conscientização sobre o movimento, assim como para estudar as melhores formas de apoio.²⁸³ As Escolas de Engenharia de São Paulo, inclusive, começaram a discutir sobre o jubramento, considerado como “espinha dorsal da reforma” que trazia consequências devastadoras aos estudantes. “Precisamos ver que o jubramento é, atualmente, pior que um preso perpétuo, pois não pode mais se integrar na sociedade profissional incompetente”.²⁸⁴

O jornalista Sérgio Coelho Borges também prestou solidariedade ao movimento e declarando-se contra o jubramento e as justificativas da UFBA em mantê-lo. De acordo com Borges, “o que os estudantes exigem é exatamente o que a UFBA já fez durante o período 1969-1973 – suspender a aplicação do jubramento até que sejam criadas as condições necessárias para uma boa formação dos profissionais que serão lançados no mercado”.²⁸⁵

Negociações, conflitos e final da greve

Como todo processo de greve, as tensões e os conflitos são iminentes e incontroláveis. As linhas acima já indicam que o processo grevista foi marcado por disputas entre estudantes e autoridades universitárias. As reuniões marcadas para discutir o fim ou não da paralisação se caracterizaram por tensões, disputas, arbitrariedades por parte das autoridades universitárias e tentativas de negociações.

Antes mesmo de a greve ser deflagrada, as autoridades universitárias já adotavam medidas arbitrárias, muito provavelmente para enfraquecer as articulações estudantis. Uma semana antes da paralisação, o reitor proibiu a instalação de um mimeógrafo das entidades estudantis no recinto da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA. As discussões sobre o “caso do mimeógrafo” se estenderam após a deflagração do movimento grevista. O mimeógrafo havia sido adquirido com dinheiro

²⁸³ *Tribuna da Bahia*, 11 de outubro de 1975.

²⁸⁴ *Tribuna da Bahia*, 13 de outubro de 1975.

²⁸⁵ *A Tarde*, 11 de outubro de 1975.

arrecadado através das campanhas da Comissão de Finanças (*xerox*, blocos, canetas). A máquina foi comprada com a finalidade de imprimir os boletins e jornais dos Diretórios, bem como para rodar os trabalhos escolares.²⁸⁶

Mas no dia 1º de outubro, data que os estudantes receberam o mimeógrafo, a reitoria o apreendeu sob a alegação, em linhas gerais de que os estudantes não tinham autorização prévia para instalá-lo na universidade. Antes porem, a máquina foi comprada pelos estudantes após intensa campanha financeira, iniciada em abril e concretizada em setembro.

Os estudantes conseguiram pela metade do preço o mimeógrafo que a Companhia T-Janer utilizava como amostra para as firmas. Assim que fosse entregue, seria instalado no Diretório Acadêmico da Faculdade de Ciências Humanas e passaria a reproduzir boletins e jornais das entidades estudantis, assim como os trabalhos escolares dos estudantes. Divulgado o dia da chegada, o diretor da Faculdade, professor Eduardo Saback, após contato com o reitor, transmitiu aos estudantes a proibição da instalação do mimeógrafo.²⁸⁷

Os alunos logo reagiram e fizeram um abaixo-assinado firmando posição de coproprietários do mimeógrafo e contrários a qualquer medida que impedisse o seu funcionamento. No dia 02 de outubro os estudantes se reuniram com o reitor para discutir a questão. Inicialmente, Augusto Mascarenhas argumentou que a proibição ocorria dentro da legalidade, justificando que qualquer material existente na área da UFBA pertencia a Universidade. Os estudantes contra argumentaram com o exemplo das radiolas que alguns diretores possuíam em suas salas que nunca despertaram interesse de apropriação por parte da Reitoria. Além disso, destacaram que há muito as autoridades da UFBA já vinham adotando uma série de medidas restritivas ao trabalho das entidades estudantis, a exemplo de corte de verbas, proibição de reuniões, censura a publicações, ameaças de aplicação do decreto 477, etc.²⁸⁸ No final, o reitor deixou duas alternativas aos estudantes:

²⁸⁶ A tarde, 24 de setembro de 1975; *Jornal da Bahia*, 03 de outubro de 1975.

²⁸⁷ *A tarde*, 16 de outubro de 1975.

²⁸⁸ *A Tarde*, 24 de setembro de 1975.

- 1^a) que requisitassem a devolução do mimeógrafo e o levassem para qualquer lugar neutro, isto é, fora da UFBA;
- 2^a) que o mimeógrafo fosse doado à Universidade para que ela escolhesse o local onde ficaria, que não seria absolutamente em algum Diretório. Seria permitida a utilização pelos estudantes, desde que houvesse autorização prévia da diretoria da escola.²⁸⁹

Mas os representantes estudantis não aceitaram de bom grado, sob o argumento de que haveria censura a todos os jornais e boletins. Depois de algumas horas de discussão, sem chegar a um consenso, o Reitor usou da autoridade, declarando aos estudantes que “tinha o direito de escolher o local onde ficaria qualquer material da UFBA e que nada o obrigava a escolher do Diretório Acadêmico como esse local”. Augusto Mascarenhas chegou a destacar que não tinha motivos para ser “amistoso” com os estudantes já que esses não foram com ele: “Paralisaram as aulas sem ao menos comunicar-lhe ou pedir consentimento, e tampouco procuraram dialogar”²⁹⁰.

O caso do mimeógrafo é significativo por indicar os limites da negociação entre os estudantes e as autoridades. As matérias analisadas indicam que, sempre que pressionados, os responsáveis pelo ensino superior lançavam mão da autoridade para resolver o impasse. Como mencionamos, muitas vezes condicionavam o diálogo ao encerramento da paralisação, ao mesmo tempo criavam meios de proibir as movimentações estudantis, a exemplo da proibição da reunião com os pais, da recusa de dialogar com alguns estudantes, entre outros casos citados anteriormente.

Em reunião ocorrida no dia 09 de outubro, o Reitor afirmou enfaticamente que não estava disposto a receber “pressão de grupo nenhum!” e que o diálogo só seria possível “sem pressões”. Logo foi rebatido por um dos representantes estudantis que afirmou que “a pressão partiu da própria reitoria quando mandou rasgar os cartazes afixados nas escolas e apreendeu o mimeógrafo”.²⁹¹ Nessa mesma reunião, a presença da imprensa foi proibida. De acordo com Augusto Mascarenhas, aquela era uma “reunião universitária”. Dirigindo-se aos repórteres acrescentou: “Peço aos jornalistas

²⁸⁹ Ibid.

²⁹⁰ Ibid.

²⁹¹ *A Tarde*, 10 de outubro de 1975.

que se retirem e desde já manifesto o meu desagrado pela imprensa ter entrado sem pedir licença”.²⁹²

Após uma série de medidas restritivas e arbitrárias, das dificuldades de diálogo e diante da possibilidade de repressão cada vez maior, a greve foi perdendo força. Conseqüentemente, no dia 28 de outubro os estudantes retornaram às aulas.

Os estudantes da UFBA decidiram voltar às aulas depois de 33 dias de paralisação das atividades didáticas num movimento reivindicatório por melhores condições de ensino e contra o jubramento. A decisão foi tomada diante das impossibilidades surgidas com a repressão e o conseqüente esvaziamento do movimento. [...] Para muitos, o movimento iniciado no dia 23 de setembro no Instituto de Geociências não trouxe nada de positivo em termos de atendimento das reivindicações. Para outros, porém, muita coisa foi conseguida: “A população ficou informada das deficiências da UFBA e as autoridades, acreditamos, pode se empenhar mais em solucionar os nossos problemas mais urgentes”²⁹³

O texto é interessante, pois nos remete às sensações experimentadas no momento em que os fatos estavam sendo vividos. Um balanço da greve feito a *posteriori* por Antonio Oliveira e Silvio Benevides, indica que a greve foi vitoriosa, pois, a principal demanda foi atendida: o jubramento foi suspenso. Entretanto, a suspensão do jubramento não ocorreu imediatamente após o retorno das atividades, portanto, naquele momento a sensação ainda era de indefinição. Em alguma medida, parte dos estudantes se sentia derrotada, por terem retomado mais por pressão das autoridades do que por verem suas demandas atendidas. Por outro lado, aqueles que fizeram uma avaliação positiva do movimento, o fizeram mais pelos impactos sociais que supostamente teria causado do que pela solução imediata do problema.

Fazendo uma análise retrospectiva observamos que a luta contra o jubramento não se encerrou na greve. Após o retorno as atividades os estudantes tiveram de continuar pautando a questão e buscando meios de resolvê-la.

²⁹² *Tribuna da Bahia*, 10 de outubro de 1975.

²⁹³ *Tribuna da Bahia*, 28 de outubro de 1975.

Desdobramentos

Como foi apontando, durante a greve a Reitoria se recusou a dialogar com o alunado sobre os problemas do ensino e do jubramento enquanto eles estivessem com as atividades paralisadas. A princípio, os estudantes procuraram resistir e se recusavam a voltar à sala de aula enquanto as autoridades não resolvessem as questões. No jogo de forças desigual, os estudantes foram obrigados a ceder e retomar as atividades antes que a UFBA resolvesse, efetivamente, os problemas da precariedade do ensino e do jubramento.

Com o retorno das atividades, a Reitoria da UFBA não cumpriu imediatamente sua parte do acordo. No dia 31 de outubro, de acordo com reportagem do *Tribuna da Bahia*, nenhuma providência havia sido tomada. Além disso, as faltas dos alunos durante a paralisação continuavam sendo contabilizadas e corria o boato de que o conceito Sem Rendimento (SR) continuaria mantido para as provas que foram agendadas durante a greve.

O clima entre os estudantes da UFBA é de total insatisfação, pois se não houver qualquer solução concreta para o problema das faltas, a maioria absoluta dos alunos estará com o semestre perdido. Na Escola de Comunicação, há três dias uma funcionária da secretaria vem marcando as faltas de cada disciplina, correspondentes ao dia da greve. Outra questão que vem causando aborrecimento entre os alunos da UFBA é quanto à “retomada dos assuntos” que, segundo eles, a Reitoria e o próprio Edson Machado [...] teriam prometido que seria feita com o fim da paralisação. “Isto não vem sendo cumprido por muitos professores. O que eles estão fazendo é um resumo dos assuntos. Assim, um assunto que seria dado em duas semanas, por exemplo, eles vão dar em menos de uma, tornando humanamente impossível tirarmos algum proveito” – reclama.²⁹⁴

De acordo com os estudantes, de todas as reivindicações que foram feitas durante a greve, “eles estão apenas procurando atender a modificação do currículo, que muitas escolas estão procurando melhorar”. No que diz respeito ao jubramento, suspendeu-se as duas novas modalidades. Entretanto, os alunos afirmavam que a

²⁹⁴ *Tribuna da Bahia*, 31 de outubro de 1975.

Câmara de Graduação iria apreciar o processo no período de férias, quando a Universidade estaria sem a presença massiva dos estudantes.²⁹⁵

Observamos, portanto, que os momentos iniciais pós-greve foram de muita tensão e indefinições. Concretamente, os estudantes ainda não conseguiam avaliar o resultado prático do movimento, já que medidas arbitrárias continuavam ocorrendo. Foi apenas no dia 07 de novembro que Augusto Mascarenhas, agora efetivado como reitor, discursou sobre os problemas enfrentados pelos estudantes. As palavras foram proferidas na cerimônia de sua posse:

O Professor Augusto da Silveira Mascarenhas disse, no discurso que proferiu na oportunidade, que o plano de reclassificação de cargos do corpo docente (pelo qual o professorado tem o maior interesse) está com sua elaboração bastante adiantada e deverá ser encaminhado ainda este mês ao Ministério da Educação, onde, segundo adiantou, “terá rápido encaminhamento”. Outra comunicação feita pelo novo Reitor referiu-se ao jubramento, assunto que recentemente levou os estudantes da Universidade a deixarem as aulas por cerca de um mês. Disse o professor Mascarenhas: “Na próxima semana enviaremos ao Conselho Universitário a proposta de Reforma dos nossos Estatuto e Regimento Geral que se adequará aos novos preceitos legais, inclusive para o preenchimento de cargos docentes. Nesta proposta de reforma do Regimento, a Comissão, com o firme endosso, propõe a reedição do conteúdo do artigo 59 do Regimento Geral, que trata de casos de recusa de matrículas, aos preceitos contidos no Decreto-Lei 464, preceitos estes que foram responsáveis por apenas 2,63 por cento do jubramento na UFBA.²⁹⁶

Embora cedendo a principal pauta da greve: o jubramento, e prometendo revisar Artigo 59 do Regimento Geral, Augusto Mascarenhas procurou esvaziar o sentido do movimento e da sua principal reivindicação, ao afirmar que os preceitos do Decreto-Lei 464 não eram os principais responsáveis pelo jubramento. Provavelmente, esse posicionamento estava relacionado com uma tentativa de afirmar sua autoridade, sob a justificativa de que a reforma estava sendo feita mais por uma inaplicabilidade da lei, no campo prático, do que pela pressão do movimento estudantil.

²⁹⁵ Ibid.

²⁹⁶ *A Tarde*, 08 de novembro de 1975.

Sobre as deficiências do ensino, que também foram reclamadas pelos estudantes durante a paralisação, o Reitor afirmou que “uma comissão, especialmente formada, entregará nos próximos dias um estudo de viabilidade de reivindicações dos alunos em relação as suas Unidades e que serão atendidas dentro do possível [...]”²⁹⁷

No dia 17 de novembro o jornal *A Tarde* trouxe indícios de que, apesar da resistência das autoridades universitárias em reconhecer a força do movimento estudantil, as greves haviam abalado a UFBA, quiçá, o ensino superior no Brasil. O fato levou a necessidade de uma discussão a nível nacional. De acordo com o periódico, o MEC e os reitores se reuniram para discutir as bases de comunicação estudantes.

O Ministro Nei Braga vai reunir os reitores das universidades brasileiras, aos poucos e em pequenos grupos, para analisar com elas as bases do atual relacionamento entre as autoridades universitárias e os estudantes e, nas mesmas linhas de um aviso que enviou a todos recentemente, combinar algumas medidas concretas que os reitores deverão adotar para melhorar este relacionamento. Na expressão do Professor Edson Machado de Souza, diretor do Departamento de Assuntos Universitários do MEC, o que se pretende é ‘engraxar os canais de comunicação’²⁹⁸.

No calor dos acontecimentos os estudantes ainda não tinham a dimensão da força da paralisação e dos seus resultados práticos. Mas, o desenrolar do processo evidencia que a pressão estudantil obrigou as autoridades a pensarem em soluções para os problemas levantados pelos estudantes, ao mesmo tempo, se abrirem para o diálogo. Certamente, as paralisações arranhavam a imagem das universidades, bem como das autoridades responsáveis pelo ensino superior. Desse modo, tornava-se urgente abrir-se para o diálogo, sob o risco de novas greves.

Nei Braga, em comunicado aos reitores, chegou a afirmar que “o relacionamento dos dirigentes universitários com o aluno, apesar de regulado por lei e outras disposições, depende mais da sensibilidade dos reitores às diferenças de cada momento e de cada caso”. Por isso, solicitou “humildade aos reitores” que estes reconhecessem

²⁹⁷ Ibid.

²⁹⁸ *A Tarde*, 17 de novembro de 1975.

“as falhas e insuficiências e procurar dar-lhe imediata solução, pois este é o melhor caminho para impedir o fermento da agitação”.²⁹⁹

Apesar desse reconhecimento, no MEC ainda não se discutia a revisão da legislação que dispunha sobre a organização dos “enfraquecidos” diretórios estudantis, nem a extinção do Decreto-Lei 477, que punia estudantes, funcionários e professores, “e é considerado como uma ameaça ao êxito de qualquer programa de estímulo à atividade política dos estudantes”.³⁰⁰ O fato indica que a luta estudantil ainda teria de enfrentar importantes obstáculos.

Na Bahia, o impasse sobre o jubramento, começou a ser efetivamente negociado no mês de dezembro, sob o olhar desconfiado dos estudantes. Quanto à reitoria da UFBA, esta se mostrou disposta a negociar, mas, advertiu para os empecilhos que poderiam ser encontrados em instâncias superiores.

A redução do jubramento para o tempo máximo de conclusão de curso pode não ser aprovada pelo Conselho Federal de Educação, que inclusive poderá recusar as modificações e acrescentar outras, segundo informou ontem o assessor de imprensa da Reitoria da UFBA, Othon Jambeiro. Ele argumentou ainda que, caso isso aconteça, não será por iniciativa da Universidade, embora ache que dificilmente o Conselho não aprovará a redução. Para o presidente do Diretório do Instituto de Física esse argumento não passa de um mero artifício jurídico, pois, enquanto o Conselho não aprova, a redução entra automaticamente em vigência.³⁰¹

Sobre os outros problemas, levantados pelos estudantes durante a greve, Jambeiro informou que estava havendo uma discussão sobre todo o estatuto e o regimento da UFBA, e que outras reformas nesses setores estavam sendo debatidas tanto pelo Conselho Universitário, quanto pelo Conselho de Coordenação. De acordo com ele, as modificações seriam encaminhadas ao Conselho Federal de Educação e homologadas pelo Ministro da Educação.

²⁹⁹ Ibid.

³⁰⁰ Ibid.

³⁰¹ *Tribuna da Bahia*, 17 de dezembro de 1975.

Othon Jambeiro advertiu, ainda, que haveria uma discussão sobre a situação dos alunos já jubilados que só poderia ser feita após “a aprovação e modificação do estatuto da Universidade. Possivelmente não haverá mais jubilados aprovada a modificação, mas, quanto à situação dos já jubilados, nada se sabe – informou”.³⁰²

Em 15 de dezembro, o jubramento foi efetivamente suspenso. Após três horas e meia de reunião na Reitoria, o Conselho Universitário decidiu suspender todas as modalidades de aplicação. Novecentos estudantes da UFBA, que estavam ameaçados de jubramento puderam respirar aliviados [...]”³⁰³

Como ficou estabelecido pelo Conselho, de agora por diante somente ficarão impedidos de se matricular os estudantes que não concluírem os seus cursos no tempo máximo, prazo esse determinado pelo Conselho Federal de Educação, do MEC. A reunião foi iniciada às 9 horas e encerrada às 12:30 horas. Paralelamente às discussões sobre o jubramento, foram abordadas ainda as modificações a serem executadas no Estatuto e no Regimento da UFBA, que por enquanto não tinham sido divulgadas. Sobre as reivindicações feitas pelos estudantes durante a greve, tais como melhoria do ensino, melhores equipamentos para os laboratórios, livros para as bibliotecas, organização de estágios, redução das taxas de matrículas, entre outras, foi nomeada uma comissão, sob a direção da Professora Iêda Ferreira, que se pôs a analisar os problemas com a promessa de que dentro em breve apresentaria soluções mais viáveis.³⁰⁴

A extinção do jubramento foi recebida com certa surpresa e bastante alegria pelos estudantes. Eles haviam marcado uma reunião na Politécnica para estabelecer novas posições a serem tomadas de acordo com as decisões do Conselho Universitário. Diante de tantos impasses, muito provavelmente esperavam o pior. Mas, como o resultado foi positivo, o sentido da reunião foi alterado.

Agora, os participantes resolveram discutir os efeitos da extinção do jubramento e do movimento grevista em si, além de trocarem opiniões acerca da situação da Universidade anteriormente. Assim, se encerrou mais um capítulo da história do movimento estudantil na UFBA. Certamente, a partir dessas experiências, novas histórias foram construídas e estão à espera de novas investigações.

³⁰² Ibid.

³⁰³ *Jornal da Bahia*, 16 de dezembro de 1975.

³⁰⁴ Ibid.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa procurou investigar o ‘dia a dia’ das jornadas grevistas do Movimento Estudantil da UFBA de 1975. Desde os seus antecedentes, passando pela deflagração, bandeiras e formas de luta, a posição das autoridades educacionais (intramuros e externas); os apoios aos movimentos até os seus desfechos mais imediatos. A princípio, a análise da variada coleção de periódicos esteve amparada em metodologia específica, em literatura sobre o período e sobre o ME.

Para tanto, e partindo da assertiva de que não se faz pesquisa histórica sem contexto, é possível afirmar que ‘após a longa noite’, imposta aos movimentos de oposição, com a instituição do AI-5, veio a conjuntura de ‘distensão’ iniciada no Governo Geisel. Essa fase contribuiu para o fortalecimento das ações do ME da UFBA na cena política baiana³⁰⁵. É razoável supor que o misto de censura e ‘abertura’, igualmente, possibilitou a regular e diária cobertura da Greve de Medicina em Junho, e da Greve contra o Jubilamento entre setembro e outubro. Mesmo considerando a ausência de neutralidade dessa fonte histórica.

A organização de ambas as greves não só confirma uma tendência nacional do Movimento Estudantil de “revitalização” da sua estrutura funcional institucional a partir de 1974, como pôs em cheque o modelo de universidade gestado até aquele momento. A greve de medicina já tinha apontado que os problemas no ensino não se restringiam ao “ensino médico”. Quando a greve contra o jubilamento foi deflagrada, cada curso aproveitou para evidenciar os principais problemas que enfrentavam. Em linhas gerais, expuseram à sociedade baiana os problemas enfrentados pela comunidade universitária. As reivindicações dos estudantes giravam em torno da melhoria do ensino, denunciando o “quadro de crise” da UFBA.

Como não poderia ser diferente, os sujeitos desses eventos estudados até aqui foram os próprios estudantes, que envolvidos em bandeiras de luta específicas tomaram para si a responsabilidade de revitalização do ME da UFBA. Nesse sentido, destacamos

³⁰⁵ Essa perspectiva de ‘revitalização’ e ‘fortalecimento’ do ME no lugar de ‘ressurgimento’ no nosso caso se sustenta também com as movimentações estudantis apontadas respectivamente nos capítulos dois e três antes mesmo de 1974.

a participação de ativistas ligados a entidades estudantis, pois, ainda que figurem em poucas matérias dos periódicos analisados, acreditamos que essa ação representava forma de pulverização das lideranças para evitar a repressão.

Outro aspecto de destaque nas greves foi à tática adotada pelos estudantes da organização de assembleias permanentes, que cumpriu com duas finalidades básicas: uma organizativa, na medida em que possibilitava a discussão do processo grevista e as medidas de resistência necessárias para terem as demandas estudantis atendidas. E outra de proteção contra a repressão, pois as constantes assembleias dificultavam a identificação de lideranças.

Quando analisamos o papel social desses movimentos paredistas nessa conjuntura, é possível afirmar que o enfrentamento à ditadura civil-militar não representou seu principal objetivo. Ao menos nesses primeiros momentos da ‘distensão política’. O ME da UFBA acabou se ocupando com pautas específicas da universidade. Esse caminho por si só pode significar, taticamente, outra forma de burlar a ação da repressão. Mesmo considerando que algumas dessas pautas podem – direta ou indiretamente – suscitar a crítica ao regime, como é o caso apontado pelos estudantes sobre a proibição de matrícula que feriu a autonomia universitária.

No que concerne à posição dos professores em relação aos movimentos grevistas, acreditamos que as manifestações denotaram um apoio implícito. Provavelmente, o apoio não foi aberto em decorrência do medo da repressão. Apenas alguns professores assumiram esse ‘risco’ e reconheceram publicamente a “legitimidade parcial” de uma ou outra greve. Para nós, essa tomada de decisão sugere o reconhecimento da crise que o ensino universitário atravessava. Como evidenciamos, desde o início da década de 70 a melhoria do ensino também já era pauta dos professores. As próprias autoridades da universidade no ‘afã’ de responder aos grevistas acabaram também por reconhecer essa conjuntura de crise.

Nesse sentido, é razoável afirmar que a crise do ensino na UFBA,³⁰⁶ se estendia para a maioria esmagadora dos cursos em 1975, não sendo por acaso as

³⁰⁶ Sem qualquer pretensão de esvaziar o debate sobre o papel que o Movimento Estudantil desempenhou na luta contra a ditadura civil-militar, pelos direitos democráticos; nossa pretensão aqui é unicamente reafirmar o peso significativo que as bandeiras específicas desempenharam nessa conjuntura de 1975.

declarações de apoio de acadêmicos de outras universidades brasileiras e de outros setores da sociedade civil.

Outra dimensão desta crise está no seu caráter público, pois, nos ajuda a entender com certa razoabilidade os apoios de outros atores do cenário político soteropolitano, como o Centro de Estudos e Ação Social e da União de Moradores da Fazenda Grande, vereadores e deputados ligados ao MDB e dos estudantes da UCSAL.

Os apoios do ME de outras instituições, como da UCSAL e de outras universidades no Brasil, podem ser a medida certa da solidariedade entre os estudantes naquela conjuntura de ditadura, ao mesmo tempo que abre possibilidades de novas pesquisas.

O desfecho dos movimentos grevistas apresentaram mais semelhanças do que diferenças. Foram marcados, de um lado, por incertezas e ameaças de repressão, a exemplo das faltas que não foram imediatamente abonadas com o retorno às aulas, bem como a não organização da comissão para discutir as reivindicações. Apesar das incertezas imediatas, as duas greves serviram como termômetro para os estudantes perceberem a força social do movimento estudantil tanto no contexto local, quanto nacional.

REFERÊNCIAS

- Fontes

PERIÓDICOS:

Jornal da Bahia	Janeiro a dezembro de 1975.
Jornal A Tarde	Janeiro a dezembro de 1975.
Jornal Tribuna da Bahia	Janeiro à dezembro de 1975.

LEGISLAÇÕES:

Ato Institucional n° 5	13 de dezembro de 1968
Decreto Lei n. 477	26 de fevereiro de 1969
Decreto Lei 464	11 de fevereiro de 1969

- Bibliografia

ALMEIDA, Paulo Henrique de. A expansão recente do ensino superior privado no Brasil e na Bahia. *BAHIA ANÁLISE & DADOS*. 2002.

ARAÚJO, Maria Paulo Nascimento. Lutas democráticas contra a ditadura. In: FERREIRA, Jorge. REIS, Daniel Aarão. *As esquerdas no Brasil: Revolução e democracia: 1964...* vol 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

BARROS, José D' Assunção. O CAMPO DA HISTÓRIA: Especialidades e Abordagens. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

BOAVENTURA, Edivaldo M. (org.). *UFBA: Trajetória de uma universidade (1946-1996)*. Salvador, 1999.

BRITO, Antônio Maurício Freitas. *O Golpe de 1964, o movimento estudantil na UFBA e a resistência à ditadura militar (1964-1968)*. Tese. (Programa de Pós-Graduação em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFBA, 2008. 243 f.

BENEVIDES, Sílvio César Oliveira. *É proibido proibir. Uma geração na contramão do poder: O movimento na Bahia e o jovem*. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFBA, 1999.

BURKE, Peter. *A Escola dos Annales:1929-1989- A Revolução Francesa da Historiografia*. Rio de Janeiro.

_____. *A Escrita da História: Novas Perspectivas*. Rio de Janeiro.

_____. *História e teoria social*. São Paulo: UNESP, 2002.

CODATO, Adriano Nervo. Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia. *Revista Sociologia Política*, nº 25, p. 83-106, nov. 2005.

CASTILHO, A. (org.). *Apesar de tudo UNE-Revista – Elementos para uma história da UNE*, SP, Ed. Guaraná/DCE - livre da USP “Alexandre Vanuchi Leme”, s.d., São Paulo.

CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História*. Rio de Janeiro, Editora Campus, 1997.

CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. *Os Limites do Movimento Estudantil: 1964-1980*. Dissertação de Mestrado UNICAMP, 1987.

DIAS, Reginaldo Benedito. *Uma universidade de ponta-cabeça: a ocupação da reitoria e a luta dos estudantes da UEM pela gratuidade do ensino e pela democratização da universidade*. 21 edição, Maringá, Clichetec, 2000.

FÁVERO, Maria de Lourdes de A. *A UNE em tempos de autoritarismo*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

FICO, Carlos. A pluralidade das censuras e das propagandas da ditadura. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs). *O golpe e a ditadura: quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru: Edusc, 2004.

_____. *O grande irmão: da operação brother sam aos anos de chumbo. o governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2008.

FORACCHI, Marialice M.. *O estudante e a transformação da sociedade brasileira*. 2ª edição, São Paulo, Companhia Editora nacional, 1965.

LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. Mudanças sociais no período militar (1964-1985). In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. NAPOLITANO, Marcos. *O regime militar brasileiro: 1964-1985*. São Paulo: Atual, 1998.

MARIANI, Bethânia. *O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)*. Rio de Janeiro/São Paulo: Renavan/Unicamp, 1998. p. 209.

MATTOS, Marco Aurélio Vannucchi L. de; SWENSSON JUNIOR, Walter Cruz. *Contra inimigos da ordem: a repressão política do Regime Militar brasileiro (1964-1985)*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MANDEL, Ernest. *Os estudantes, os intelectuais e a luta de classes*. Lisboa, Edições Antídoto, 1979.

MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento Estudantil e Ditadura Militar no Brasil: 1964-1968*. Campinas: Papyrus, 1987.

MEIHY, José Carlos Bom, e HOLANDA, Fabíola. *História Oral: como fazer, como pensar*. São Paulo: Contexto, 2007.

MENDES JR., Antonio. *Movimento estudantil no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1981.

MOREIRAALVES, M. H. *Estado e oposição no Brasil – 1964-1984*, Petrópolis, 1984.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “perigo vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva/FAPESP, 2002.

_____. A modernização autoritário-conservadora nas universidades e a influência na cultura política. In: REIS FILHO, Daniel Aarão RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Parro Sá. *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p. 31-38.

_____. *As universidades e o Regime Militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. O Golpe de 1964: testemunho de uma geração. In: REIS FILHO, Daniel Aarão Reis; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs). *O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)*. Buru: Edusc, 2004.

MÜLLER, Angélica. No caminho ao retorno democrático: Greves e Manifestações Estudantis nos Primeiros Anos do Governo Geisel (1974-1975). *Revista Mestrado História*, Vassouras, v. 13, n. 2. p. 17-32, jul./dez. 2011.

OLIVEIRA, Antônio Eduardo Alves de. *O ressurgimento do movimento estudantil baiano na década de 70*. (Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFBA, 2002. 159 f.

PELLICCIOTTA, Mirza Maria Baffi. *Uma aventura política: as movimentações estudantis dos anos 70*. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, 1997. 235 f.

POLLACK, Michael. “Memória, Esquecimento e Silêncio”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

_____. “Memória e identidade social”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212. 1992.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum. In: Ferreira, Marieta de Moraes & Amado, Janaína (org.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2001.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

RÉMOND, René. Do Político. In: _____. Por uma história política. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

RIDENTI, Marcelo. *O Fantasma da Revolução Brasileira*. 2 ed. São Paulo: UNESP, 2010.

_____. Esquerdas revolucionárias armadas nos anos 1960-1970. In: FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão. *Revolução e democracia (1964-...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. As oposições à ditadura: resistência e integração. In: REIS FILHO, Daniel Aarão RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Parro Sá. *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política, 1974-1985. In: FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. (Orgs). *O Brasil Republicano: o tempo da ditadura: Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

ANEXOS

Figura 1

- *Jornal da Bahia* - UFBA - Estudantes de medicina pedindo soluções – Início da greve dos estudantes de Medicina. 05 de junho de 1975.

Figura 2

- *Jornal Tribuna da Bahia* – Greve dos Estudantes de Medicina – Assembleia Geral Permanente. 05 de junho de 1975.

Figura 3

- *Jornal A Tarde* – Greve dos Estudantes Medicina – Momento de deflagração da greve – 05 de Junho de 1975.

Figura 4

- *Jornal da Bahia* - Greve dos Estudantes de Medicina – Paralisação Prossegue – 06 de junho de 1975.

Figura 5

- *Jornal Tribuna da Bahia* – Greve dos Estudantes de Medicina – Assembleia para leitura do documento com reivindicações para enviar ao MEC. 07 de junho de 1975.

Figura 6



- *Jornal da Bahia* – Greve dos Estudantes de Medicina - UFBA - Universitários encaminham suas reivindicações ao MEC – 08 de Junho de 1975.

Figura 7

- *Jornal da Bahia* – Greve dos Estudantes de Medicina – Penúltimo dia de Greve. 17 de junho de 1975.

Figura 8



- *Jornal Tribuna da Bahia* – Greve dos Estudantes de Medicina – Final da Greve. 18 de junho de 1975.

Figura 9

- *Jornal Tribuna da Bahia* – Greve dos Estudantes de Medicina – Assembleia Geral Permanente, que decidiu o final da greve. 18 de junho de 1975.

Figura 10



- *Jornal A Tarde* - UFBA Engenharia sem aulas devido ao jubilamento – 30 de setembro de 1975.

Figura 11

- Jornal Tribuna da Bahia – Greve dos Estudantes contra o Jubilamento – 02 de outubro de 1975.